

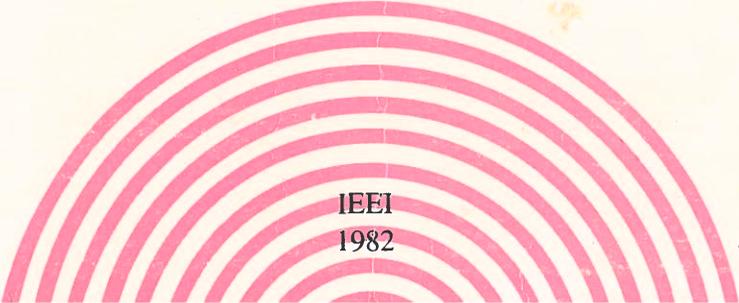


ESTUDOS ESTRATÉGICOS



**A SEGURANÇA EUROPEIA
E A DEFESA CIVIL
DAS GRANDES CIDADES**

Textos da I Conferência Internacional de Lisboa 1981



IEEI
1982



F

INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E INTERNACIONAIS

O Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI) foi fundado em Fevereiro de 1980. É uma instituição que promove uma acção independente e no interesse público. Tem como objectivos gerais ser um centro de investigação, de debate, de informação e formação sobre as relações internacionais e as questões dizendo respeito à paz, à segurança, à defesa e ao desenvolvimento.

Como Portugal se situa no mundo e as relações internacionais que foi criando ao longo da sua história, é a base da especificidade do trabalho do IEEI. Atenção especial é atribuída à inserção atlântica de Portugal, à integração europeia e às relações com os países africanos nomeadamente os de língua oficial portuguesa, ao papel de Portugal na NATO e a questões relacionadas com a opinião pública.

O IEEI desenvolve a sua actividade de investigação em colaboração com centros e institutos de estudos estratégicos e universidades no país como no estrangeiro.

Título: A Segurança Europeia e a Defesa Civil das Grandes Cidades

A tradução das comunicações apresentadas em francês e inglês é da responsabilidade do IEEI.

Composição e impressão:
Scarpa, Lda.

Data de publicação: 2.º semestre de 1982.

COLECÇÃO ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Publicado:

1. A Segurança Europeia e a Defesa Civil das Grandes Cidades

A publicar:

2. Portugal, a Espanha e as Relações Transatlânticas

3. Virgílio de Carvalho, Contributos para uma Filosofia Nacional de Defesa

ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Com a publicação dos principais textos apresentados na I Conferência Internacional de Lisboa, o Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais dá início a esta colecção — Estudos Estratégicos — que pretendemos possa transformar-se num instrumento de estudo e de referência para os especialistas e interessados em questões de estratégia.

O início desta colecção justifica-se plenamente. As edições portuguesas neste domínio são escassas e é nossa intenção que Estudos Estratégicos possa contribuir para preencher essa lacuna. Em pequenas brochuras, daremos a conhecer os resultados da actividade do IEEI, trabalhos de investigação realizados no âmbito do seu programa de acção e ainda recolhas de textos e documentos sobre questões da cena nacional e mundial.

Que Estudos Estratégicos possa contribuir para o diálogo e o debate entre o cada vez maior número de portugueses interessados em questões estratégicas é o nosso objectivo e será a nossa satisfação.

SUMÁRIO

Programa da Conferência	7
Abertura	
Victor de Sá Machado, Discurso na Sessão Inaugural	11
A NATO, a Segurança Europeia e as Relações Transatlânticas	
Cor. Jonathan Alford, Continuidade e Mudança na NATO	17
J. Baptista Comprido, A Dimensão Cultural da Aliança	27
Joseph Godson, Diferentes Percepções nas Relações Europa-América	31
F. Lucas Pires, A Defesa do Ocidente e a Revolução das Ideias	37
Jacques Soppelsa, As Relações Transatlânticas no Final dos Anos '70. Estudo de Geopolítica	43
Zhang Xichang, Reflexões sobre a Segurança Europeia	55
Opinião Pública, Defesa e Segurança	
Robert Brown, Opinião Pública, Defesa e Segurança ...	63
Jacquelyn Davis, A Opinião Pública Norte-Americana e a Política Externa	67
A. Gomes de Pinho, A Defesa e a Importância da Opinião Pública	73
Nuno Cintra Torres, Os Portugueses e a Defesa da Europa	77

Defesa Total e Dissuasão

- Wg. Cdr. D. C. Charlier, **O Papel da Defesa Civil na Defesa Total. As Responsabilidades do Governo** ... 87
- Gen. Robert Close, **Defesa Civil e Dissuasão** 95

A Defesa Civil das Grandes Cidades

- Gen. J. J. Neves Cardoso e Ten. Cor. J. C. Pais, **A Protecção Civil e a Defesa: Catástrofe Sísmica, um Problema de Defesa** 99
- Wg. Cdr. D. C. Charlier, **A Organização da Defesa Civil numa Grande Cidade** 107
- Fritz Sager, **A Abordagem Suíça do Problema** 119

Conclusões

- Alvaro Vasconcelos, **Nem Só de Armas Vive a Estratégia** 127
- Lista Parcial dos Participantes da Conferência 133
- Nota sobre os Autores 135

PROGRAMA DA CONFERÊNCIA

19 DE OUTUBRO

09.30 — Sessão solene de abertura

11.00 — Painel (1.ª sessão):

«A segurança europeia de um ponto de vista global, as tendências actuais da política europeia e as relações transatlânticas»

15.00 — Painel (2.ª sessão)

20 DE OUTUBRO

15.00 — Painel:

«Opinião pública, defesa e segurança»

17.30 — Painel:

«Defesa total e dissuasão»

21 DE OUTUBRO

09.00 — Painel:

«A defesa civil das grandes cidades»

15.00 — Perspectivas:

«A Aliança Atlântica e a problemática do seu reforço»

18.00 — Sessão de encerramento

Abertura

DR. VICTOR SÁ MACHADO

DISCURSO NA SESSÃO INAUGURAL

Senhor Secretário de Estado,
Minhas Senhoras,
Meus Senhores,

É com muito prazer que, em nome do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, vos apresento as boas-vindas e os agradecimentos pela vossa participação nesta Conferência, cuja oportunidade nos parece indiscutível.

Vivemos num mundo que viu, nos últimos anos, nos últimos meses, senão mesmo nos últimos dias, acumularem-se perigosamente os factores de crise, tanto a nível global como nas áreas de grande sensibilidade onde se desenham, desenvolvem ou alimentam conflitos que arrastam, todos eles, potencialidades de generalização dificilmente controláveis.

E isto, depois de termos assistido, com um sentimento de frustração amarga, ao desmoronamento da **détente**, que enchera de esperanças os anos '70. Dessa **détente**, durante a qual e paradoxalmente, a União Soviética não cessou de aumentar o seu poderio militar, em termos de atingir a paridade com os Estados Unidos ao nível nuclear estratégico e de o romper significativamente em seu favor, vis a vis da NATO, no que respeita às armas tácticas e de teatro bem como ao armamento convencional.

Mas, mais do que isso, a União Soviética operou alterações qualitativas importantes na sua política externa, abandonando a tradicional prudência que a caracterizava, e que havia, até então, feito confinar aos limites da sua zona clássica de influência as suas empresas militares.

Com o seu envolvimento directo ou indirecto em África, e de maneira clamorosa no Afeganistão, a União Soviética deu corpo à sua ambição de tornar-se uma potência global e introduziu, na condução da sua política externa, um elemento de aventureirismo e de risco, que torna legítima a interrogação que nos fazemos sobre se a lógica expansionista da União Soviética ou a lógica da sua própria dinâmica militar a não forçarão, mais cedo ou mais tarde, a utilizar o seu potencial militar na Europa.

Trata-se aqui de uma interrogação que temos de colocar, embora, como é evidente, pelas consequências que lhe estariam ligadas, a hipótese em causa pareça de concretização menos que provável.

Mas a segurança do Ocidente não é apenas ameaçada pela hipótese extrema de um ataque à Europa Ocidental: essa segurança joga-se também e de maneira particularmente aguda nas áreas que são alvo efectivo do expansionismo soviético e da sua política de desenvolvimento periférico: o Médio Oriente e determinadas regiões do Terceiro Mundo, cujo controle daria à União Soviética todas as vantagens da vitória sem os custos da guerra e que, como aqui em Lisboa e não há muito tempo o explicou Raymond Aron, tornaria a Europa Ocidental num protectorado soviético.

A natureza das diferentes ameaças que pesam sobre o Ocidente e que têm a ver com uma multiplicidade de causas potenciais, que vão, como resumidamente apontámos, desde a lógica interna do sistema político-militar soviético ao ambicionado controle de zonas de abastecimento vital em petróleo e matérias primas, da eventual eclosão de conflitos, que, embora por causas autónomas, poderão revelar-se de difícil limitação geográfica, até às situações de perigosidade iminente determinadas pela evolução de processos de liberalização no interior da órbita soviética, de que é exemplar o caso da Polónia, a natureza e o número dessas ameaças aconselham ou impõem aos países do Ocidente uma séria meditação da problemática da segurança e, certamente, a adopção de um conjunto de medidas que tenham em vista o reforço da sua capacidade de defesa, nas suas múltiplas dimensões, e a motivação das respectivas opiniões públicas para esse esforço alargado que supõe, naturalmente, sacrifícios importantes, financeiros e outros, a par de uma vontade política maioritariamente apoiada.

É neste contexto que as iniciativas como as que hoje inauguramos têm importância e utilidade; chamando a atenção para os perigos reais que nos espreitam, alertam e mobilizam a opinião pública para a necessidade de os encarar com determinação e rigor.

Esta consideração é importante, não naturalmente porque se pense que seja útil ou aconselhável contribuir para adensar um clima que é já hoje em muitos países da Europa dominado pelo que poderíamos chamar o síndrome da guerra: mas para explicitar que a melhor maneira de evitar a guerra é reforçar os factores de dissuasão.

Neste perspectiva, e nos países em que o processo da decisão política conhece as dificuldades e deve respeitar os delicados equilíbrios próprios das democracias parlamentares, a sensibilização da opinião pública é de importância decisiva e deve fazer-se, sob pena de não sermos capazes de garantir minimamente a liberdade e muito menos uma presença actuante no mundo que, estreitando a solidariedade com os nossos parceiros, seja de molde a criar os instru-

mentos e as políticas que comecem por garantir a segurança nos lugares periféricos onde ela hoje prioritariamente se joga.

Conviria, a este propósito, referir a importância de uma política externa concertada e atenta às causas profundas e autónomas de alguns dos conflitos que agitam o Médio Oriente e o Terceiro Mundo: uma política desperta para as responsabilidades que ao Ocidente, e à Europa em particular, cabem no confronto desses povos, cuja condição é ainda marcada por injustiças intoleráveis.

País aberto à convivência com os povos do Sul, por vocação historicamente provada e culturalmente significativa, tem Portugal certamente uma palavra a dizer, modesta que seja, sobre a dimensão nova que nos parecem comportar uma política de defesa e uma política externa concebidas ao nível da Aliança Atlântica e da Europa: dimensão e qualidade necessárias para responder aos desafios novos que a conjuntura propõe e que poderiam traduzir-se, numa formulação breve, pela necessidade de a Europa, designadamente, se perfilar como uma alternativa permanente e consistente à presença soviética nesses países. Para tanto, e além da coordenação para a qual a institucionalização da cooperação política na CEE representa um progresso considerável, importará perceber a natureza da estratégia soviética, os instrumentos de que se serve e também as suas incapacidades, sobretudo no que respeita à assistência económica.

Que a realização desta conferência em Lisboa possa funcionar como um estímulo para a valorização do contributo dos pequenos países para a obra colectiva de segurança do Ocidente — sobretudo se daí puderem resultar novas perspectivas ou um olhar diferente sobre questões de tão capital importância — é o voto que formulo para terminar esta rápida introdução, que serve principalmente o propósito de vos saudar e vos desejar um bom trabalho.

Muito obrigado.

**A NATO, a Segurança Europeia
e as Relações Transatlânticas**

CONTINUIDADE E MUDANÇA NA NATO

Em qualquer exame geral do estado da Aliança Ocidental é costume começar-se por uma declaração da posição pessoal do autor. Num dos extremos do espectro encontram-se os maximalistas, os que esperam que a NATO resolva sempre todos os problemas de segurança da área atlântica e se enfurecem continuamente por isso não acontecer. A NATO é ineficiente e, em muitos aspectos, é muito menos do que a soma das suas parcelas. O conjunto dos recursos da Aliança Ocidental — industriais, humanos e de riqueza — ultrapassam consideravelmente os recursos disponíveis por qualquer potencial agrupamento de inimigos. O notável falhanço da NATO em integrar todos esses recursos numa aliança defensiva coerente e **unificada** é, por isso, uma fonte de irritação para os maximalistas. Porque razão, perguntam os maximalistas, não conseguimos uniformizar as nossas armas em vez de dependermos de uma misturada que só pode servir para aumentar os custos por unidades e provocar uma duplicação de esforços, em especial na investigação e desenvolvimento? Porque nos prendemos a uma estrutura de comando rígida e nacionalista que limita a flexibilidade e permite que se frustrem todas as tentativas de unificação da doutrina? A Aliança, argumentam os maximalistas, constitui um falhanço precisamente porque o conjunto é mesmo muito menos do que a soma das parcelas. Sou por instinto um minimalista — e os minimalistas acham notável que quinze nações soberanas se mantivessem unidas numa causa comum desde há trinta e cinco anos. Argumentaríamos que a NATO, com todos os seus defeitos, **manteve** até aqui a paz na Europa. Nem uma só polegada do território da NATO, nem mesmo esse oásis de democracia no interior do Império soviético — Berlim Ocidental — foi cedida ao inimigo. Além disso, como defenderei vigorosamente, a NATO até permite àqueles Estados europeus que não pertencem à Aliança e preferem seguir uma política mais independente que continuem livres de o fazer. Os países neutros e não-alinhados — Suécia, Áustria, Suíça, Finlândia e Jugoslávia — só conseguem preservar mais ou menos a sua liberdade e beneficiar imenso do **status quo** na Europa porque a NATO mantém um equilíbrio de poder na Europa. É, na verdade, a própria diversidade da Aliança Atlântica que constitui uma fonte de força. Eu prefiro pertencer a uma orga-

nização **não** monolítica, no sentido em que o Pacto de Varsóvia é monolítico precisamente porque a União Soviética **impõe** a unidade e a coesão. No seio da NATO, as nações têm liberdade de escolha e em última instância isso significa liberdade de escolha entre pertencer ou deixar a Aliança. Significa ser livre de entregar-lhe mais ou menos recursos. Significa ser livre de fazer coisas mais adaptadas às características nacionais e às circunstâncias geográficas. No fundo, a Aliança foi construída precisamente para manter essa liberdade de escolha.

Contudo, como a experiência liberal já provou suficientemente, a liberdade conduz à anarquia se for levada aos extremos, existindo uma contínua tensão entre liberdade e disciplina, entre o abuso e a contenção. O que a NATO realmente faz é conciliar continuamente a liberdade nacional com um objectivo comum — tal como, em qualquer democracia, o processo político visa conciliar a liberdade pessoal de escolha com as restrições impostas para o bem comum. Há, todavia, uma diferença importante entre a NATO e um governo nacional — ponto a que voltarei na segunda parte da minha comunicação de hoje. A diferença é que a NATO não constitui uma autoridade supranacional. Na verdade, até as nações concordarem em colocar as suas forças nacionais sob o comando da Aliança numa crise ou numa guerra, a NATO enquanto tal não tem virtualmente qualquer autoridade, não é muito mais do que um fórum de debate que pode recomendar mas não impor. Não há qualquer meio de **obrigar** um membro da NATO a fazer coisas que considere serem contra o interesse nacional. Ele **escolherá** o que considere ser do interesse nacional e muito frequentemente as escolhas das nações serão do interesse comum precisamente porque as nações partilham da convicção segundo a qual os interesses nacionais se servem melhor através da cooperação com os outros. Há, além disso, meios poderosos de persuadir as nações recalcitrantes, que se julga serem apóstatas, a assumirem uma justa parte do fardo. Colectivamente, a NATO dá de facto vantagens, as quais podem ser retiradas ou mantidas. Tal como as pessoas, as nações podem ser ostracizadas se não aceitarem cumprir minimamente um código de comportamento.

Todavia, a derradeira sanção tem sido sempre a retirada da protecção americana. Para nações orgulhosas, é difícil admitir que o seu destino **final** está nas mãos de outrem, mas eu inclinar-me-ei a defender decididamente que só o poder contrabalançante dos Estados Unidos dá aos membros europeus da NATO a confiança de fazer frente à proximidade e ao peso da União Soviética — o que é mais válido ainda em termos de dissuasão nuclear. Nós, europeus, temos de viver com uma assimetria fundamental e duradoira: a União Soviética é uma potência europeia por uma realidade geográfica; os Estados Unidos são uma potência europeia por convite. (Por outras

palavras, nós, na Europa, dependemos em última instância, da vontade de um Presidente americano, sancionada por um Congresso americano com assento em Washington, em entrar na guerra do nosso lado. Acontece que eu acredito que, em termos convencionais, a Europa pode dar conta de si. Pode optar por não o fazer, mas isso é outra questão. Os últimos secretários de Defesa americanos foram forçados a reconhecer a extensão do contributo europeu para o grosso das forças convencionais da NATO. Não é essa questão e sim a nuclear que não pode ser resolvida sem os Estados Unidos. Só o poder nuclear americano pode deter o poder nuclear soviético. Ao afirmar isto, estou a considerar que as potências nucleares da Europa Ocidental, Grã-Bretanha e França, não podem crivelmente usar em separado as suas pequenas forças nucleares para proteger o resto da Europa. Poderão, de qualquer forma, contribuir marginalmente para esse fim, mas não poderão, por exemplo, estender o seu efeito de dissuasão até à Alemanha Ocidental. Estou igualmente a considerar que não será possível criar uma força de dissuasão nuclear **europeia**, apesar do potencial técnico para fazê-lo, precisamente porque a Europa Ocidental não possui nem parece poder vir a possuir, por muitos anos, um governo federal que possa exercer um controle efectivo sobre uma força nuclear europeia.

Não surpreende, portanto, que as questões nucleares obcequem a NATO. Nem surpreende que, dado o terrível paradoxo de a defesa através de armas nucleares implicar a destruição de tudo o que se está tentando defender, haja tanta ansiedade acerca de uma política apropriada no que respeita às armas nucleares na Europa. Não é difícil chegar a uma posição de princípio quanto à **dissuasão**, apesar de até isso ter levado a problemas no passado. Na verdade, o que é realmente muito difícil é pensar para lá do ponto de dissuasão, no que aconteceria se as ameaças de dissuasão falhassem. Se, mesmo assim, começasse a guerra na Europa (não deliberadamente em resultado de uma pensada agressão soviética, penso eu, mas por acidente, por erro de cálculo ou por alastramento lateral de algum outro conflito, como no Golfo Pérsico), então seria absolutamente legítimo argumentar que usar as armas nucleares em primeiro lugar seria loucura. Se a dissuasão não dissuadir, eu diria que seria preferível aceitar uma derrota convencional do que uma guerra nuclear «limitada» na Europa. Isto **não** é uma declaração de derrotismo porque considero que não devemos ser tão pessimistas como às vezes parecemos acerca da nossa capacidade de defender convencionalmente a Europa se permanecermos unidos. Também não é uma declaração favorável ao desarmamento nuclear unilateral porque acredito que a posse de armas nucleares retaliatórias seguras é essencial para impedir o outro lado de usar armas nucleares primeiro. Mas isso traz-nos de volta aos Estados Unidos porque terão que ser armas **americanas** — quer porque, como argumentei, não poderiam

ser armas «europeias», quer porque é importante que a protecção da Europa esteja ligada (ou «engatada» como se diz em gíria) às forças de dissuasão estratégica americanas. Os europeus costumam ficar nervosos perante a hipótese de a sua segurança ficar desengatada da dos Estados Unidos. Precisamente porque as garantias de protecção podem sempre ser ultrapassadas pelo interesse nacional, os europeus procuram o empenhamento físico dos Estados Unidos na Europa — com tropas e armas — tornando assim muito mais difícil, se não impossível, para os americanos abandonar a Europa em caso de crise.

Não desejo certamente deixar-lhes a impressão de que tudo é um mar de rosas. Não é; gostaria por isso de focar três diferentes tipos de mudança que me parecem perturbadores. O primeiro é, de novo, uma mudança «nuclear»; o segundo é económico e o terceiro é essencialmente político e as suas origens são exteriores à NATO.

A mudança nuclear dificilmente poderia ter sido evitada. É a obtenção da paridade estratégica nuclear com os Estados Unidos por parte da União Soviética. Dito de outra forma, a América é e continuará vulnerável a um ataque nuclear soviético. Também a União Soviética permanecerá vulnerável a um ataque nuclear americano. Isto tende a assegurar que nenhum dos dois pode seriamente considerar um ataque ao outro, mas é precisamente isso que a América diz que a América fará para defender a Europa, que elevaria, se necessário, o nível de violência nuclear estratégico no interesse da NATO. Quando a América detinha a superioridade estratégica — digamos até 1970 — isso não era difícil de acreditar. Dez anos depois, é muito difícil. A margem para cobrir as contingências da Europa deixou de existir. Para mais, a NATO permitiu, por negligência, que a União Soviética adquirisse uma substancial margem de capacidade nuclear na Europa. Agir nesta nova realidade não vai de modo nenhum ser fácil. Poderemos discutir se as margens terão ou não utilidade militar; mas o que parece inevitável é um complexo de inferioridade, que irá provocar nos europeus consequências políticas muito profundas.

Em segundo lugar, há uma grande ansiedade económica. Em termos simples, poderíamos aguentar os crescentes custos da defesa quando as economias estão em crescimento. Mas quando as economias estagnam ou entram em recessão, a atribuição de recursos ao sector da defesa implica a adopção de dolorosas escolhas políticas. Se se é forçado a pôr um pouco mais no cofre todos os anos em termos reais mesmo que seja para ficar ao mesmo nível, o resultado é retirar dinheiro a outros sectores da economia. Mesmo um governo como o da sra. Thatcher, pró-defesa por instinto, não pode passar por cima de poderosos factores eleitorais como a educação e a saúde. Os governos sociais-democráticos, como o do chanceler Schmidt na Alemanha Ocidental, têm menos instinto quanto a uma

defesa forte, sendo por isso difícil para Schmidt entregar à defesa os necessários fundos adicionais. Mas a alteração fundamental virá decerto do governo Reagan. Nos cerca de nove meses que já leva, estamos já a assistir à impossibilidade de conjugar um orçamento de defesa muito maior com os outros objectivos económicos de Reagan: uma orçamento equilibrado em 1984, impostos e inflação reduzidos. Poderemos discutir a razão precisa de a inflação de defesa estar a exceder, na generalidade, o nível geral da inflação em 3 por cento ou mais, mas o que é um facto é que, como fica tão dolorosamente marcado pelo exemplo britânico, o prognóstico aponta para uma redução e para uma quebra de qualidade dos efectivos de defesa, a não ser que as economias ocidentais ressurgam vigorosamente. Vejo este problema como essencial e constante nos anos '80.

A minha terceira observação é de ordem política. Se estamos a falar de mudança ou se falarmos apenas do papel da NATO na cena mundial e se interpretarmos isso num sentido literal e limitado, pouca coisa mudou ou virá, em minha opinião, a mudar. A NATO, enquanto NATO, não tem a assumir na cena mundial nenhum papel diferente daquele que tem desde a sua fundação. Permanece aquilo que sempre foi, uma aliança defensiva definida limitadamente como protegendo a área do Atlântico Norte. Que os Estados membros da NATO têm interesses fora dessa área é igualmente verdadeiro, mas a NATO enquanto tal não parece ter um grande papel a desempenhar na cena mundial. Nem nunca teve. Essa questão levanta por si muitas questões interessantes na conciliação de interesses e políticas sendo igualmente verdadeiro que há mudanças de posição fundamentais **no seio** da Aliança Atlântica — e isto relaciona-se com o facto de que pelo menos algumas destas mudanças de posição e tensões são consequência directa de modificações ocorridas fora da área de competência da NATO. Especificando, os acontecimentos no Golfo Pérsico e em seu redor forçaram os Estados Unidos e os europeus, estes em muito menor grau, a reverem as suas prioridades estratégicas. Concretamente, a agenda estratégica alargou-se e as necessidades de segurança ocidentais já não são definidas estreitamente enquanto defesa do território dos Estados membros. Só que não se pode pura e simplesmente reescrever um tratado, nem os esforços de homens como Adenauer para transformar a NATO de tratado militar de garantia numa aliança política tiveram até agora qualquer sucesso. E também não se pode permitir às ambições políticas ligadas à NATO que obscureçam a sua função primordial: a defesa militar da área do Tratado.

No entanto, deve admitir-se que, num sentido negativo, a NATO tem uma espécie de poder de veto político sobre as acções que membros seus podem desejar realizar unilateral ou multilateralmente à margem da NATO. Com uma organização militar colectiva limitada e mesmo em redução, quaisquer forças militares designadas por mem-

bro individual para missões não-NATO são geralmente feitas em detrimento das missões da NATO. Claro que temos de ter em conta os comprometimentos legais e diferenciá-los das esperanças piedosas, mas não deixa de ser verdade que quando os EUA deslocam um porta-aviões do Mediterrâneo para o Oceano Índico já não estão a velar pela segurança europeia tal como ela é definida pela NATO. Quando a RDF é remendada enquanto resposta americana a ameaças e perigos no Golfo, vão buscar-se necessariamente forças presumivelmente disponíveis para reforçar a Europa e o Japão. Quando os navios de guerra britânicos são colocados junto do Estreito de Ormuz não podem desempenhar uma missão no Atlântico Oriental nem podem ser rapidamente chamados para isso.

É inegável que estas forças estarão a responder à segurança ocidental na sua definição ampla mas elas são sacadas a forças que deveriam defender a NATO numa definição estrita. E quando a RDF está no mínimo a considerar — como fizeram os americanos em 1973 — retirar **stocks** de material mantidos na Europa e usar aeroportos e outras facilidades de trânsito na Europa, a questão da divisão de responsabilidades aparece de forma muito aguda. Não há nenhuma posição da NATO e o que vimos recentemente — a propósito do Afeganistão, do Irão e da RDF — é que há uma série de pontos de vista nacionais cuja conciliação não é fácil. Por vezes, os europeus reconhecem que é prudente subordinar os seus interesses e opiniões aos de Washington com receio de criar antagonismos com os EUA mas de outras vezes e sobre outras questões não o fazem — quer porque duvidam do critério americano quer porque vêem os seus interesses nacionais em risco com a política americana. Há, além disso, tendências competitivas — especialmente económicas — e igualmente convicções muito empenhadas mas diferentes acerca da melhor maneira de atingir os mesmos objectivos. Especificando mais uma vez, os britânicos, os franceses e os americanos estão em competição nos mercados de armamento do Médio Oriente: competem não apenas pela influência mas também por vantagens económicas e tentam afanosamente cortar as vasas uns aos outros. As atitudes europeias face a um acordo de paz no contexto israelo-árabe estão a tornar-se completamente diferentes do inegável apoio de Washington à política do Governo Begin. Ao entrar em combinações discretas de transferências para o Iraque de tecnologia nuclear potencialmente destabilizadora, a França não pode ser acusada de estar a concertar a sua política com o resto de nós ou a fazer alguma coisa mais do que procurar um acesso privilegiado ao petróleo iraquiano. A Grã-Bretanha, consciente de que os acordos militares com o Kuwait, Qatar, os EUA e Oman, efectivos apesar do seu reduzido âmbito, serão postos em perigo pelos insistentes pedidos de acesso americanos para a RDF, vê com olhar crítico a concentração norte-americana que, no pior dos casos, poderia prejudicar

algo considerado muito útil para promover a aceitação de uma presença ocidental estável na região, embora menos notada.

Em resumo, a conciliação da política ocidental no que respeita a assuntos de segurança «na cena mundial» será provavelmente muitíssimo difícil. O consenso básico de como enfrentar as ameaças militares do Pacto de Varsóvia à Europa permanece mais ou menos intacto apesar de desacordos de natureza mais ou menos séria. Pelo menos em teoria, a NATO tem conseguido geralmente apresentar uma frente bastante unida contra o Pacto. Duvido que a Aliança **consiga** um consenso sobre o que fazer «lá fora» e, portanto, esperamos no máximo que os membros da NATO que não desejem associar-se a uma medida política particular não criem o inferno em Bruxelas ou Washington quando outros decidirem pô-la em prática. O que **mudou**, segundo me parece, foi a natureza da própria Aliança. Na «infância» da NATO — digamos até cerca de 1970 —, a NATO assemelhava-se mais a um tratado de garantias do que a uma aliança. Como Hans Morgenthau escreveu, «se um dos lados recebe a parte do leão dos benefícios enquanto a outra aguenta com o grosso do fardo, tal aliança é indiferenciável de um tratado de garantias». Mas por todas as razões e mais uma, essencialmente económicas mas também políticas, essa relação básica de protector e protegido começou a mudar nos anos '70. A América, embora permanecendo indiscutivelmente uma superpotência, começou a parecer-se muito com o resto de nós («America as an Ordinary Country», Dick Rosecrance): vulnerável, incerta, sem autoconfiança e visivelmente preocupada com o seu poder. À medida que a Europa se tornou economicamente bastante forte, um elemento de rivalidade económica com os EUA esbarrou com a necessidade de cooperação militar. Uma América preocupada com o seu poder compreendia agora que já não era capaz de ditar à Europa como costumava. Agora, a América precisa de aliados: não apenas na NATO, mas sente a necessidade daquilo a que gosta de chamar aliados no mundo exterior à NATO. É difícil imaginar qualquer Presidente anterior a Carter procurando desesperadamente apoio de aliados na prossecução de medidas: quer quanto ao Afeganistão, ao Irão, ou El Salvador. E no entanto, não estamos certos de que nós na Europa ou Japão **sejamos** «aliados» da América nesse outro e mais lato contexto. Somos certamente aliados na NATO mas essa responsabilidade é nitidamente limitada. Não nos comprometemos a entrar numa qualquer aliança global; apenas nos comprometemos a defender conjuntamente uma área definida por um Tratado. Podemos achar que defendemos os nossos interesses fora dessa área agindo de concerto com os Estados Unidos mas não somos **obrigados** a isso. Como disse anteriormente, podemos achar **prudente** alinhar com os Estados Unidos com medo de contrariar Washington mas isso nada tem a ver com obrigação.

Temos, além disso, de ultrapassar um legado de desconfiança quanto aos problemas de segurança não-NATO. Nem os franceses nem os ingleses têm muitas razões para estar gratos aos Estados Unidos por apoio no passado, o que é muito bem expresso por Theodore Draper numa análise de investigação no **Washington Quarterly**:

«A questão mais profunda era se os Estados Unidos deveriam decidir quando e se os franceses e ingleses mereciam apoio, tal como no futuro os franceses e os alemães poderão decidir se e quando é que os EUA merecem apoio». Giscard, com infinita subtilidade, diz: «Ao mesmo tempo que pertencemos a uma Aliança, não somos alinhados». A Sra. Thatcher tem feito o seu melhor para criar uma fachada de alinhamento com o Governo Reagan, mas é forçoso admitir-se que as fendas comecem a aparecer — e não apenas em termos da revisão da política de defesa da Grã-Bretanha, a que não podemos sequer chamar uma revisão da política de defesa. Outros países europeus, particularmente a República Federal da Alemanha, estão altamente empenhados em fazer ver que estão «alinhados» com os Estados Unidos em questões amplas fora da Europa.

Em resumo, nós, europeus, somos agora todos gaulistas no sentido em que precisamos frequentemente de afirmar um certo grau de independência face aos Estados Unidos, o que resulta num quadro pouco usual e muitas vezes pouco digno de uns EUA suplicantes e que, como no caso do controle dos armamentos TNF, têm de pagar por um apoio europeu qualificado. Uma América que exige não é novidade, uma América suplicante é no mínimo insólito. Pode ser lisonjeiro, mas não é tranquilizador. Não sei, sinceramente, aonde isto conduz. Poderá levar os europeus ocidentais a compreender que vamos perder a benevolência americana e quaisquer vestígios de boa vontade no que diz respeito à defesa da Europa caso se leve demasiado longe uma via independente. Quando a chuva começar a cair poderemos muito bem voltar a correr para baixo do guarda-chuva americano por mais esfarrapado que esteja, por não haver outro abrigo. Não temos, na verdade, alternativa, pelo menos num sentido nuclear, à suprema segurança fornecida pela garantia nuclear americana.

Por outro lado, poderia levar ao isolamento dos Estados Unidos. Para citar Draper novamente: «o isolamento americano pode provocar um regresso ao isolacionismo americano. Isso seria grave mas não é inconcebível. Podemos continuar a confrontar-nos com o facto de que a América ainda parece acreditar que precisa da Europa pelo menos tanto, se não mais, do que a Europa precisa dos Estados Unidos. Para ser apocalíptico, a América sem a Europa talvez tenha perdido a guerra antes desta começar. Do ponto de vista de Mos-

covo, nem sequer seria necessária uma guerra a longo prazo se conseguisse moldar uma relação política completamente diferente com a Europa Ocidental — fosse baseada na metáfora da Finlândia ou da Áustria ou noutra abstração neutralista ou de deferência. Mas, é provável que o mansfieldismo renasça (desta vez vindo da direita) aos olhos do povo americano, através dos seus representantes no Congresso, se a Europa não fizer aquilo que os americanos veriam como sacrifícios exigidos pela sua própria segurança e se os europeus adoptarem com persistência uma imagem do poder e das intenções soviéticas muito diferente da de Washington. Não foi há muito tempo que George Ball descreveu os europeus como «*simples voyeurs* das encenacas mundiais». Se os europeus acreditarem que o seu papel económico e político no desanuviamiento com o Leste é tão grande que vale a pena pôr em risco as relações com os Estados Unidos, julgo que as consequências a longo prazo poderiam ser profundas. Foi isso que o Afeganistão representou para o Ocidente, dado que deu lugar a uma perigosa falha de entendimento entre algumas capitais europeias e Tóquio e Washington. Claro que há pessoas alertas para estes perigos em ambos os lados do Atlântico mas, se não formos muito cautelosos, poderão ficar submersas por uma onda de justa fúria por um lado e, por outro, por uma impensada procura de vantagens a curto prazo à custa da segurança a longo prazo.

Max Jacobsen, no estudo mais penetrante sobre o porquê de a Finlândia ser como é, nota que os finlandeses «se negam o luxo de atitudes que dêem satisfação emocional». Acho que os europeus têm de fazer o mesmo com os Estados Unidos se quisermos manter intacto aquele sentimento de estarmos à sombra do poder americano, o qual, embora diminuído, é ainda o único que temos que pode deter a União Soviética e travar o Burô Político Soviético.

O que se conclui daqui é que a Europa da NATO **não pode** dar-se ao luxo de dissociar-se dos Estados Unidos em assuntos de «lá de fora». Podemos tentar persuadir e moderar as políticas americanas que achamos infundamentadas ou precipitadas mas não podemos fazer orelhas moucas às regras americanas. Uma metáfora que ouvimos agora muitas vezes diz que o comboio está a sair da estação e que seria melhor apanhá-lo para não ficarmos para trás. Há uma ameaça implícita nessa frase que não deveria ser feita entre amigos. O meu ponto de vista é que o comboio parará num ponto mais à frente se nós não tivermos embarcado. A América não pode passar sem nós dentro ou fora da Europa, mas gostaria que apanhássemos o comboio sem as ameaças das consequências de ficarmos em terra. Uma vez a bordo, podemos falar com o maquinista acerca do lugar para onde vamos e da velocidade a que queremos ir. Não podemos fazê-lo da gare. Ele poderia já não nos ouvir.

William Pfaff, escrevendo no **Atlantic Community Quarterly**, notou que «a unidade sonhada [pelos EUA] foi invariavelmente entendida como um apoio leal à política americana». Como cada vez mais se verifica, esse apoio está em causa. Se queremos a unidade, terá de ser uma unidade muito diferente da que se baseia no apoio europeu incondicional da Europa à política americana.

A DIMENSÃO CULTURAL DA ALIANÇA

São conhecidas as áreas de vulnerabilidade política e estratégica que enfraquecem a Aliança. Há, em geral, acordo quanto às medidas a pôr em prática para as eliminar ou minimizar, mas não é pacífica a disponibilidade de cada um dos parceiros para as implementar.

Parece haver, no entanto, uma dimensão importante da Aliança que não tem sido suficientemente acautelada e que, por isso, constitui, neste momento, um dos elementos mais fracos e perigosos.

Com efeito, a dimensão cultural da Aliança tem sido descuidada, principalmente ao nível das gerações mais novas e, em consequência, é destas gerações que tem partido ultimamente a maior oposição, por vezes, militante, ao reforço da Aliança.

É geralmente reconhecido que as gerações nascidas depois da II Guerra Mundial apresentam carências notórias de conhecimento internacional e têm uma preparação muito limitada para a condução dos negócios mundiais da actualidade. Não é ousado admitir que estas limitações se agravem em relação às questões mundiais do futuro.

As novas gerações desprezam ou desconhecem os princípios básicos da civilização ocidental e não têm um sentido mínimo de responsabilidade, como cidadãos, capaz de concorrer para o fortalecimento e defesa dos elementos essenciais da filosofia de vida do Ocidente.

A liberdade depende essencialmente da vontade de os povos livres quererem defender o património de valores e de interesses, herdado dos seus antepassados. Ora, aquela vontade depende, por sua vez, do entendimento do que os povos têm para defender, das razões dessa defesa e do(e) que(m) se devem defender.

O problema reside essencialmente no facto de os povos, e até muitos governantes, não se darem suficientemente conta dos desafios que têm de enfrentar e das oportunidades, que não podem perder, no mundo actual.

A ninguém restam já hoje dúvidas de que, qualquer que seja a solução para alterar favoravelmente a presente situação, ela tem de ter como raiz o sistema educacional, no qual se inclui não só

a componente académica, mas também os meios de comunicação social e outros factores e influências, capazes de concorrer para enriquecer a maturidade intelectual e fortalecer a capacidade de julgamento dos cidadãos.

Há deficiências graves no sistema educativo em relação ao mundo contemporâneo. A pressão demográfica, a tecnologia, a comunicação instantânea, as expectativas crescentes de bem-estar, tudo se combina para produzir uma aceleração da História, a qual requer uma preparação adequada dos governantes e dos cidadãos, em geral.

É a responsabilidade desta preparação que constitui um enorme desafio para o actual sistema educativo ocidental.

As principais deficiências existentes radicam-se numa ignorância incrível a respeito dos elementos que constituem a cultura e a civilização ocidentais, de aplicação dos princípios democráticos através das nossas instituições políticas e económicas e ainda das forças que dão forma e equilíbrio ao mundo moderno.

São a interdependência e a turbulência que caracterizam vinadamente o mundo de hoje. E, por isso, nenhuma reacção é capaz, só por si, de garantir a liberdade e proteger os valores básicos das suas populações. Só os esforços comuns dos povos que abraçam e crêem na mesma filosofia de vida são capazes de desenvolver, promover e defender as liberdades, a dignidade humana, os direitos e as oportunidades de todos eles.

Ora, o que se verifica é que aqueles esforços comuns têm tendência para enfraquecer de geração para geração, a menos que haja a preocupação constante de os manter ou reforçar.

Quando hoje se joga a sobrevivência e o destino da civilização ocidental ante a ameaça à sua segurança, não pode haver indício mais evidente do seu declínio do que a colaboração inconsciente de grande parte da sua geração mais nova com forças apostadas na sua desagregação.

O pacifismo, o mentalismo, o isolacionismo são atitudes mentais ou espirituais que têm o desconhecimento como principal causa e cuja responsabilidade deve ser atribuída às gerações mais velhas.

Parece conveniente concertar acções e medidas comuns de natureza vária com o objectivo de dar às gerações mais jovens uma oportunidade real de poderem escolher conscientemente o seu modo de vida e o seu destino.

Aquelas medidas constituem um programa vasto educativo que vai desde a descrição da herança ocidental comum (história, perspectivas, factores de união e de divisão, etc.) até à dimensão internacional da responsabilidade do cidadão, passando pelas realidades da sociedade internacional actual (elementos constituintes, principais instituições, dinâmica, complexidade, interdependência, segurança, etc).

Tem-se a noção clara de que um programa desta natureza e compreensão em que avulta a dimensão internacional requer uma mentalização convincente e um esforço perseverante e conjunto de organismos estatais e de instituições privadas, trabalhando em perfeita sintonia internacional de objectivos e métodos.

As ameaças globais só podem ser paradas com respostas globais.

O Ocidente não precisa duma luz nova que lhe ilumine o caminho. Precisa, sim, de não caminhar de costas para a sua luz secular, como tem vindo a fazer. Se assim continuar só pode esperar ver sombras.

Antes
degaros com as mãos

JOSEPH GODSON

DIFERENTES PERCEPÇÕES NAS RELAÇÕES EUROPA-AMÉRICA

A Aliança Ocidental parece atravessar novamente uma das suas crises periódicas. Ultimamente, a NATO foi mais uma vez declarada moribunda, de ambos os lados do Atlântico. O **London Economist** chegou ao ponto de declarar que a Aliança estava nos «primeiros estádios» de uma «doença final». Independentemente da opinião de cada um sobre as conclusões destes adivinhos, ninguém ousa encobrir a mais recente série de divisões que ameaça minar o próprio edifício que tão bem serviu nos últimos trinta e dois anos.

Não há dúvida de que as divisões são reais. Até o próprio Dr. Joseph Luns, Secretário-Geral da NATO, avisou no mês passado em Londres que há «talvez um risco maior do que nunca de as divergências provocarem desta vez divisões no seio da Aliança que poderão ser extremamente difíceis de remediar».

O facto de as atitudes europeias no que diz respeito à defesa terem sofrido mudanças substanciais em anos recentes, que vão da rejeição total à aceitação relutante das decisões da NATO, é de fundamental importância. Isto é especialmente verdadeiro para a Europa Central e Setentrional e, apesar de não devermos talvez atribuir demasiada importância ao facto de estes países serem predominantemente protestantes, é todavia verdade que a Igreja Protestante tem tido um papel proeminente no encorajamento de uma posição antidesfesa, que é evidente na Holanda, Alemanha e também na Grã-Bretanha.

Quais as razões para as mudanças na atitude perante a defesa? É impossível fornecer uma explicação global satisfatória pela simples razão de que os motivos são múltiplos e porque, além disso, as condições variam de país para país. Talvez as observações que se seguem ajudem a lançar alguma luz sobre as questões envolvidas.

1. Pode argumentar-se, pelo menos teoricamente, que a situação mundial evoluiu tanto durante os últimos anos que seria agora possível negligenciar a defesa. Raras vezes ou nunca se ouve este argumento porque é, evidentemente, falso. Pode argumentar-se que, além da ameaça militar, as sociedades ocidentais enfrentam muitos

mais perigos, óbvia constatação dos factos que não tem qualquer relação com a necessidade de defesa.

2. As atitudes psicológicas modificaram-se à medida que as novas gerações surgiram na cena política europeia. Um antigo ministro dinamarquês notou, num livro publicado há alguns anos, que, para a sua geração, o dia em que a Alemanha nazi invadiu e ocupou o seu país em poucas horas, em Abril de 1940, era ainda uma recordação viva, enquanto para aqueles que andam agora pelos 30 ou 40 anos não passa de uma história, talvez verdadeira, mas de qualquer forma irreal e que dificilmente se poderia repetir. O mesmo parece ser verdadeiro para os holandeses, belgas, etc., jovens ou de meia-idade.

3. Na Europa, as atitudes perante a defesa são altamente volúveis, facilmente influenciados por algum acontecimento dramático que ilumine o perigo, como por exemplo a Hungria, a Checoslováquia ou, recentemente, o Afeganistão. Passado o acontecimento dramático, deixa de se sentir a necessidade para qualquer esforço de defesa.

4. Alguns europeus acreditam, em consequência de argumentos repetidos sem fim pelos media, que há uma ampla rivalidade mundial entre as duas superpotências. Se não fosse esta confrontação entre a União Soviética e os Estados Unidos, diz-se, a Europa seria mais segura. Se os europeus fornecem bases aos americanos ou, em termos gerais, colaboram com eles na Aliança, isso, diz-se ainda, não passa de um favor devido aos velhos tempos.

Esta visão da situação mundial distorce de duas maneiras o verdadeiro estado de coisas. A rivalidade entre a União Soviética e os EUA tem tido, historicamente, e tem-no agora, o seu centro na Europa — os outros pomas da discórdia são importantes mas relativamente menores. A Europa não era um oásis de paz e segurança lançado repentinamente para a confrontação das superpotências muito a seu contra-gosto. Foi por um lado a fraqueza da Europa e por outro a emergência da União Soviética como potência mais poderosa na Europa que levaram ao relutante envolvimento americano nos assuntos europeus. É igualmente errado pôr a par as aspirações da União Soviética e da América na Europa; são tão óbvias as diferenças que não há necessidade de referi-las uma vez mais para uma audiência como esta. No entanto, as concepções erradas ainda são (ou voltam a ser) comuns.

5. A ideia de que a Europa seria mais segura se fosse neutral ou não-alinhada surge frequentemente em discussões sobre defesa em alguns países. O dirigente da Juventude Trabalhista Norueguesa, por exemplo, declarou que os EUA e a URSS «encaminham-se para fazer da Europa um campo de batalha. É por isso importante não aumentar a tensão, o que acontecerá se nos deixarmos envolver nos planos de acção das superpotências».

6. O Parlamento Norueguês votou, por uma larga maioria, em Janeiro deste ano, a favor de armazenamento prévio, ainda que na Noruega Central, não do Norte. O debate foi interessante, não tanto pelo resultado, que foi de compromisso, mas pelos argumentos avançados no seu decurso. A Noruega não é, de modo algum, um caso extremo. Os partidos de esquerda e do centro na Dinamarca, Holanda e Bélgica, revelaram-se mais veementes contra a defesa, ou, pelo menos, propuseram saídas logicamente incoerentes. Isto é verdadeiro, por exemplo, para o Partido Democrata-Cristão (CDA) na Holanda e para o Partido Trabalhista Holandês. Os Sociais-Democratas alemães, em especial os que seguem Willy Brandt, puseram sérias reservas à decisão TNF da NATO; muitos gostariam de enfraquecer essa decisão e uma minoria forte opõe-se-lhe por completo. O Partido Trabalhista Britânico é favorável ao desarmamento unilateral (não aos mísseis de cruzeiro, não à modernização, fim às bases dos EUA, etc), sem defender até agora a saída da NATO ou a dissolução pura e simples da Aliança. A Internacional Socialista, sob a direcção de Brandt, tornou-se nos últimos anos cada vez mais crítica em relação à NATO. As razões desta evolução variam de país para país. Na Holanda, o factor mais importante foram talvez as igrejas. Seria preciso voltar muito atrás na História para explicar a radicalização da Igreja Reformista Holandesa. Na Grã-Bretanha, por outro lado, o fortalecimento do movimento de pressão antidesarmamento resulta em grande parte, excepto no que toca aos liberais, da radicalização do Partido Trabalhista, da influência dos troskistas e outros elementos extremistas pró-soviéticos, da tomada de posições-chave nos sindicatos pela esquerda radical, etc.

7. A primeira vista, parece haver uma ligação óbvia entre o movimento europeu antidesarmamento e a propaganda soviética. Poderá ser uma simples coincidência o facto de se invocarem no início de 1980 os horrores da guerra nuclear e um holocausto iminente só depois de a NATO ter anunciado os seus planos de modernização?

Durante os muitos anos em que a União Soviética tomou a dianteira nos programas nucleares estratégicos nunca houve tais protestos. O END, o CND e o Desarmamento Mundial estiveram adormecidos e não houve nenhuma campanha pelo «Desarmamento Nuclear Europeu».

Só depois de a NATO ter anunciado a sua vontade de retomar algum do terreno perdido é que se ouviram os argumentos de que a guerra nuclear seria inevitável a menos que se tomassem medidas imediatas. Tudo isto, é desnecessário dizê-lo, se passa no Ocidente, dado que no Leste não se pode protestar. Em geral, os porta-vozes destas campanhas não vão ao ponto de proclamar que os mísseis e as bombas soviéticas são bons enquanto os mísseis e as bombas ocidentais são maus. Pelo contrário, o apelo ao Desarmamento Nuclear Europeu (28 de Abril de 1980) afirma: «Não queremos dividir

proporcionalmente as culpas entre os dirigentes políticos e militares do Leste e do Ocidente. As culpas recaem igualmente sobre ambas as partes». Pode fazer-se um libelo contra a estratégia de «defesa barata», tornada doutrina ocidental nos anos '50, com um pesado ênfase nas armas nucleares e com o abandono da defesa convencional. A relutância em igualar o reforço soviético no campo convencional conduziu a uma perigosa dependência das estratégias nucleares, que, à parte todos os outros inconvenientes, se tornaram cada vez mais caras. No entanto, nenhum dos protestos antinucleares apontou qualquer estratégia convencional alternativa. A sua orientação, grosso modo, não é apenas anti-NATO, mas contra a defesa enquanto tal. Todavia, por mais patente que seja a coincidência entre a propaganda soviética e a campanha antidesfesa, o seu relativo sucesso não se pode explicar apenas recorrendo às manipulações propagandísticas, dado que os temas da propaganda não eram novos em 1980 nem em 1981, já vinham de há muito. O que não existia antes era a mesma aceitação.

8. Para compreender os motivos profundos talvez seja preciso voltar atrás na História e considerar o problema geral da vontade europeia em defender-se.

A agressão hitleriana iniciada em 1936 baseava-se no pressuposto de que a maioria dos países europeus, especialmente os da Europa Ocidental e Setentrional, já não desejavam defender-se. Estaremos nós a caminhar agora no mesmo sentido, querendo ou não querendo?

No entanto, em franco contraste com isso, as atitudes americanas face à defesa evoluíram numa direcção diferente da europeia, nestes últimos anos, e há uma compreensão muito maior (e um maior consenso interno) quanto à necessidade de defesa. Será possível encontrar pontos comuns entre a América e os parceiros europeus nos próximos anos perante atitudes tão divergentes? O que se disse acerca da oposição à defesa na Europa diz respeito, presentemente, às atitudes psicológicas. Nenhum governo europeu ocidental sugere nesta altura que a Europa não se deve defender como questão de princípio. Há, porém, amplas divergências de opinião na Europa e dentro de cada país; muito dependerá da direcção para a qual a opinião pública europeia continuar a dirigir-se nos próximos anos e o tipo de direcção que tiver.

Desde há alguns meses que amplos estratos da população da Europa Ocidental vêm sofrendo uma convulsão emocional sobre as armas nucleares. Os movimentos sob a chamada bandeira da paz ou pelo desarmamento nuclear unilateral fazem rápidos progressos. Em alguns países isso deve-se em parte a um pacifismo histórico, noutros, a um receio aos horrores da destruição nuclear e à predisposição em contentar-se com um certo neutralismo; noutros ainda

trata-se de uma combinação de ambas as coisas somada a uma dose de nacionalismo e de um subtil antiamericanismo latente.

Grande parte deste sentimento esteve adormecido durante anos. Mas a decisão de Dezembro de 1979 de que as forças de teatro nuclear da NATO deveriam ser modernizadas pela colocação de novos mísseis de cruzeiro e Pershing para igualar os SS-20 russos — uma decisão proposta, por acaso, pelos europeus e não pelos americanos, como um mito crescente indica — parece ter-se transformado na faísca que ateou o fogo que ameaça agora não só a unanimidade dessa decisão mas a estabilidade política em alguns países e portanto a própria coesão da Aliança, para indubitável alegria do Kremlin.

Enquanto a decisão de 1979 reclamava esforços simultâneos com a União Soviética no controle de armamento, largos estratos da população europeia suspeitaram e continuam a suspeitar da veracidade das promessas dos Estados Unidos em aderir a uma resolução bivalente. A propaganda soviética e a ofensiva de paz de Brejnev contribuíram para a suspeita. Além disso, o novo Governo de Washington, dividido, não está inteiramente isento de culpas no encorajamento deste cepticismo europeu em rápido crescimento quanto às intenções dos EUA acerca das negociações e acordos de controle de armamento. A recente decisão de Washington sobre a produção das ogivas de radiação não foi certamente um exemplo de tacto na condução das relações internacionais e certamente não ajudou à instalação das TNF.

De modo geral, o Governo Reagan foi vago e mesmo por vezes simplista ao afirmar aos europeus o seu verdadeiro interesse num efectivo controle de armamento. Infelizmente, deixou crescer e espalhar-se na Europa a impressão de que está relutante em levar a cabo esse assunto e está basicamente mais preocupado em alcançar a supremacia militar.

Se não for rectificadada, essa imagem poderá vir a ser por si só tão prejudicial à harmonia transatlântica como a aparência de uma excessiva devoção europeia ao controle de armamentos à custa da manutenção de uma defesa crível. Os americanos não podem permitir-se ser vistos na Europa como menos interessados no controle de armamentos do que os europeus, tal como os europeus não deveriam ser vistos nos Estados Unidos como cegos às suas armadilhas. Não reconhecer isto só pode levar ao fortalecimento do unilateralismo (p. ex. o Reino Unido) e/ou do pacifismo ou neutralismo (p. ex. a Alemanha) e colocar a própria credibilidade da dissuasão ocidental em causa.

Gostaria de concluir com uma palavra acerca do espírito das relações Estados Unidos-Europa. Para começar, os europeus e os americanos têm de aceitar-se como parceiros iguais e responsáveis. Além disso, os europeus têm de deixar de pensar nos EUA como

um escudo por trás do qual podem deixar o seu fardo de responsabilidades. Têm de deixar-se de acumular críticas contínuas e por vezes contraditórias aos EUA, queixando-se num dia de que são muito fracos, e no dia seguinte de que são superconfiantes, lamentando a sua presença em alguns países mas condenando o seu chamado isolacionismo em relação a outros, rejeitando o seu envolvimento mas receando o seu abandono.

Por outro lado, os EUA agem por vezes como se a unidade fosse sinónimo de uniformidade. Aos olhos dos europeus, no entanto, nem o alinhamento é a única forma que a solidariedade pode tomar, nem é o nível mais alto que pode atingir. Em suma, os americanos têm de reconhecer a diversidade da Europa e os europeus têm de provar que possuem o sentido das responsabilidades e estão dispostos a partilhá-las.

FRANCISCO LUCAS PIRES

A DEFESA DO OCIDENTE E A REVOLUÇÃO DAS IDEIAS

Exmo. Senhor Presidente
da Conferência Internacional de Lisboa:
Minhas Senhoras,
Meus Senhores,

A importância das questões internacionais é hoje crescente e se-lo-á ainda mais no futuro. Será tanto mais assim quanto mais pequeno o país for. Por isso é evidente o significado e o valor desta iniciativa e me apraz felicitar os seus organizadores.

Um objectivo vital, sobretudo para os pequenos países, é o de evitar estar para o mundo apenas como a província estava para a cidade. Ora esse esforço começa no plano de reflexão. Neste entendimento muito nos podem ajudar, pois, as ideias claras, o empenho da própria sociedade civil na definição da nossa condição externa e a mobilização específica de homens e recursos bastantes e capazes para tal tarefa.

Ao agir na área externa a sociedade civil e o Estado não podem ignorar-se. Têm de ser valores entendidos senão coordenados, até porque em muitos aspectos a internacionalização não equivale senão a uma acentuação da competição entre países. A procura de uma maior consciência pública e comum dos problemas internacionais torna também muito útil uma reunião como esta.

Ainda por cima, sabe-se que hoje assistimos a uma revisão global dos posicionamentos mundiais. É uma revisão que abarca não apenas a visão dos anos '70, mas, porventura, toda a visão da época subsequente ao pós-guerra. É uma revisão que poderá não ser apenas de posições, mas também de objectivos, ideologias e alianças, não apenas das relações Leste-Oeste, mas de todas as relações mundiais.

É neste quadro que o nosso tempo se passa como que entre duas épocas. A nossa geração é susceptível até de ser pensada ou como a terceira idade de um mundo velho ou como a primeira idade

de um mundo novo. É claro que só esta última perspectiva é aceitável porque seria inconcebível aceitarmos ser os «reformados» de uma história que nem sequer vivemos. Aliás, de outro modo, confessaríamos estar perdidos, o que era, por sua vez, o equivalente de aceitar as fatalidades banais da história anterior, entre as quais a guerra.

Mas atenção! Pensar e caminhar em termos de uma nova relação internacional e mesmo de um mundo novo não é o mesmo que descartar o carácter trágico ou, pelo menos, dramático, da História. A teia desta não é um alegre e doméstico **tricot**. Ainda menos o seria agora, quando estão passados os doces anos e as ilusões fáceis da idade do ouro industrial que nos adormecera sobre o desenvolvimento ilimitado. Desconhecer esse carácter dramático da História e as temíveis ambições que nela se confrontam seria a primeira forma de alguém se oferecer como vítima no seu altar. Reconheceram esse carácter trágico homens de proveniências tão diferentes como Raymond Aron e François Mitterrand e foi talvez por não o terem reconhecido ou explicitado que outros perderam. Não sei mesmo se a faceta trágica não se terá até já tornado, por tudo isso, uma das caracterizações do tipo de personalidade hoje capaz de exercer a liderança. De resto, tal faceta é um elemento que não poderá deixar de ser sublinhado pela crise ou pela sua ameaça. Por isso, embora não nos possamos limitar a clamar contra os perigos, a inteligência para os conhecer e a vontade para os enfrentar são, desde já, decisivas. O que, tudo somado, exigirá de nós mais imaginação, mais solidariedade e mais coragem.

Tal dimensão dramática assoma hoje claramente. As preocupações de desenvolvimento económico sobrepõe-se as de segurança e às situações de estabilidade política substituem-se as de mudança. Além disso, o mundo tornou-se um sistema de crises (Norte-Sul, Leste-Oeste), aliás, em desmultiplicações crescentes. Por outro lado, reivindica-se uma nova ordem mundial, ou várias novas ordens mundiais, a de economia e a de comunicação, por exemplo. Trata-se, sem dúvida, dos aspectos negativos e positivos de um fenómeno de transformação que terá, sem dúvida, os seus momentos qualitativos e nunca poderá efectivar-se sem lutas e sacrifícios.

Não que diz mais especificamente respeito ao mundo ocidental e às relações deste com a União Soviética, por um lado, e Terceiro Mundo, por outro, a dramatização é evidente. Se o Acordo de Helsínquia fora a coroação da **détente**, a invasão do Afeganistão foi o seu Waterloo. Quanto ao Médio Oriente, as apreensões são enormes e as etapas da paz estão suspensas, mesmo para quem não queira ver no atentado contra Sadat o novo Serajevo e no Médio Oriente os novos Balcãs. Mas se a crise económica e social, o expansionismo soviético e o aumento da vulnerabilidade da política militar no Médio Oriente exigiriam mais cooperação entre as potências ocidentais,

a verdade é que, ao mesmo tempo, vieram excitar a concorrência, os egoísmos e as divergências entre elas. A situação agrava-se ainda mais, por circunstâncias internas, naqueles países europeus que são consumidos psicologicamente pela violência e pela corrupção.

Em qualquer caso, há uma mudança estrutural significativa em curso e tanto na balança interna de poder entre os Estados Unidos e a Europa como na balança externa de poder entre os Estados Unidos e a União Soviética. A Europa adquiriu durante os últimos trinta anos um maior peso económico e político relativo mas, ao mesmo tempo, o seu poder militar relativo terá diminuído e isto tanto em relação aos seus aliados americanos, como em relação à União Soviética. Neste plano, o relativo declínio do **leadership** americano não foi compensado pelo aumento do **leadership** europeu. Entretanto, aliás, o pacifismo e o espírito de finlandização alargaram os seus círculos, em particular entre os países nórdicos. Politicamente, poderia mesmo discernir-se em vitórias como a do PASOK na Grécia, para não falar já na do Partido Socialista Francês, uma tendência política para a Europa, a do Sul pelo menos, se situar mais ao meio e de modo mais independente, entre os Estados Unidos, com Reagan, e a União Soviética, com Brejnev. Na Europa, o peso da vizinhança geográfica com o Leste, a tradição ideológica e a maior proporção do comércio com os países do COMECON têm, aliás, ainda, em todos os planos, uma influência determinante muito sensível.

Uma certa e maior abertura da Europa sobre o Leste pode também ter a ver com o que se passa na Polónia. Inevitavelmente o que se passa na Polónia mostra que, mais do que duas Europas, existe uma Europa dupla. Num certo sentido o que se passa hoje na Polónia, por um lado, e na Grécia e na França por outro, pode ser visto como tendo entre si alguma reciprocidade ou compensação unitária, lógica, pelo menos, senão até histórica, ainda que a muito longo prazo. É pelo menos verdade que o que se passa na Polónia aponta para uma ideia de «grande Europa» e tem versões recíprocas do lado de cá.

Ao mesmo tempo, nos Estados Unidos, hoje, valoriza-se mais a responsabilidade global do que a responsabilidade centrada na Europa. As elites dirigentes americanas já não estão tão identificadas com a costa Leste, aquela que só o Mar separa da Europa ou com a geração das elites europeias emigradas da altura da guerra. A defesa do dólar, que subiu 35 % em relação a algumas moedas europeias, ajudou a exportar a crise para a Europa, criando ressentimentos e queixas, embora a situação neste plano tenda para se estabilizar e ser ultrapassada, como já há indícios, e embora os Estados Unidos tenham mantido uma ajuda económica muito significativa a alguns países europeus, como é o caso do nosso, que aliás, nunca pode esquecer que é o mais atlântico dos países europeus.

As divergências criadas entre europeus e americanos não destruíram as possibilidades de entendimento mas tenderam para se tornar globais, para abranger os principais países europeus e não apenas a França, como anos atrás, e para atingir mais profundamente do que era hábito a opinião pública. À nostalgia da **détente** na Europa correspondia em certos círculos americanos uma recíproca nostalgia da era da supremacia incondicional americana.

Neste contexto os próprios americanos começaram a exigir dos europeus a assunção de maiores responsabilidades quanto à sua defesa própria. Estão, de facto, passados os tempos em que a Europa era o aliado passivo dos Estados Unidos. A Aliança Atlântica tende agora a ter dois pólos, um de cada um dos lados do Atlântico, com um plano que deveria ser idealmente idêntico. Os USA são quase só o **primus inter pares**. Isto exige, porém, mais cooperação e coordenação, extensiva, aliás, ao Japão, na definição de políticas face à União Soviética e nas restantes áreas do globo, mas existe, também, um maior esforço de independência e afirmação político-militar dos europeus. Daí a recomendação da NATO para que os orçamentos militares dos respectivos países tenham um aumento real de três por cento, para lá da inflação, e isto apesar da crise económica que se atravessa.

Pode acontecer que o pior período destas controvérsias esteja passado, tenha sido apenas um período de prova e afinação e se caminhe para um equilíbrio e um acordo. As apreensões quanto à vitória de Mitterrand em França já se esbateram do lado americano. De resto, o que se passa é apenas a refração neste plano de dinâmica da simultânea regionalização e mundialização dos problemas que introduz inevitáveis factores de complexidade. A Europa e os Estados Unidos têm uma história e uma cultura comuns, sendo como que os dois ramos da mesma revolução democrática e humanista. A Europa já foi vista de lá como a História e as Raízes da América; a América, já foi vista de cá, como a Utopia da Europa. Ainda que corrigidas essas perspectivas, continua a haver um profundo sentimento de amizade e complementaridade entre os respectivos povos.

O equilíbrio de perspectivas estratégicas tende então para aceitar que a **détente** teve resultados positivos, como no caso de Berlim. É preciso, sim, é evitar que ele impeça a criação de um equilíbrio militar em relação ao Leste. É a isso que se tem chamado rearmamento com negociações. Deve procurar-se o diálogo e a negociação mas com a força atrás para se ser eficaz. A continuação do processo SALT é desejável, ainda quando se julgue que o tratado precisa de alguma modificação, mas, ao mesmo tempo, julga-se que o Programa de Defesa de Longo Prazo da NATO deve continuar, que o reforço dos efectivos militares e da sua gestão e capacidade devem ser incentivados e que se deve poder fazer frente na Europa

às forças nucleares de teatro de longo alcance da União Soviética que já instalou 250 SS-20 e estar-se-ia a preparar para instalar mais 500. Sem necessidade de alargamento da NATO, que seria inevitavelmente conflituoso, seria preciso também encontrar perspectivas comuns sobre os mais diferentes problemas mundiais extra-europeus e extra-americanos e ter previsto um planeamento comum para as situações de crise, nomeadamente no campo energético.

Europeus e americanos sabem perfeitamente que o interesse da URSS consistiria, antes de mais, em dividi-los, mais até do que em enfraquecer o potencial da NATO. Daí que os esforços de coordenação e reforço do potencial conjunto tenham aumentado. Dentro da Europa institucionalizou-se recentemente a cooperação política e no quadro do mundo ocidental tem-se procurado alargar a coordenação ao Japão.

As cimeiras das sete maiores potências industriais do mundo ocidental são disso um exemplo. E não estaria fora dos planos previstos a constituição de grupos especiais de países para reunir cimeiras capazes de dialogar e decidir sobre problemas mais específicos. Era bom, sobre este aspecto, que se tivesse consciência da importância dos pequenos países e de zonas com características próprias, hoje vitais, como a do Mediterrâneo. Também a esta luz pode ser visto o progresso da integração europeia.

A atitude geral tende, pois, para ser mais activa, mais global (não apenas diplomática e militar) e mais vasta e coordenada ao longo do mundo. Ao mesmo tempo, reclama-se cada vez mais atitudes no plano da política interna que pensem e ajam em função do longo prazo, que criem novas formas de legitimidade das organizações de todo o tipo, e que ponham em marcha mecanismos de ajustamento e controle social para lá dos governativos.

Importante é também prestar atenção aos novos fenómenos culturais e a um certo regresso do primado da política. Há uma certa crise do modelo tecnocrático e economicista. A força de ideias reconhece-se hoje de modo fundamental e mais claro. É preciso compreender que as estratégias passam pela linguagem e pelos conceitos e não apenas pelas armas e pelo comércio. A importância de acontecimentos como os do Irão e da Polónia, mostram, de modos diferentes, o fracasso das tentativas racionalizadoras. A Europa tem especiais responsabilidades na compreensão da importância das formas e conteúdos culturais e o seu renascimento neste plano seria vital. Na Polónia é, também, a consciência europeia que desperta. O que aí se passa mostra que a consciência pode ser adormecida e aprisionada mas não morta. Através da História é ela a força mais duradouramente resistente. Na Polónia responde-se, finalmente, de maneira simbólica e indirecta, à cínica questão que Estaline pusera um dia ao embaixador do Vaticano: «Mas de quantas divisões dispõe Sua Santidade?»

Este elemento é hoje considerável. A CEE e a NATO são muito importantes e vitais mas são ainda mais objectivos e estruturas do que ideias em movimento. O Estado já não enquadra a Nação mas ainda não enquadra a Europa e isso gera uma crise de identificação. Ora as ideias representam a grande oposição à força e é no quadro das ideias que podemos reinventar o futuro. O desenvolvimento da cultura é a própria essência de civilização de liberdade e é, por isso que, como já disse, estamos cada vez mais entre uma hecatombe e um renascimento, e destinados a promover este para evitar aquela.

A revolução é ainda assim, por vezes, o grande modo de responder ou evitar a guerra. Se o nosso adversário já só é capaz de fazer a guerra, já não é capaz da revolução das ideias, tanto mais fácil para nós é combatê-lo neste plano e sermos nós a conduzir a bandeira das ideias. Julgo que deve ser este um dos aspectos fundamentais da defesa e desenvolvimento da história ocidental e atlântica e é esse o desafio que nos põe a verdadeira batalha das jovens gerações.

JACQUES SOPPELSA

AS RELAÇÕES TRANSATLÂNTICAS NO FINAL DOS ANOS '70

Estudo de Geopolítica

A consolidação actual da tendência para a bipolarização do universo tem por consequência directa que as «boas velhas alianças» nascidas no pós-guerra e a partilha do mundo realizada em lalta são frontalmente postas em questão. Se este colocar-se em questão não é inexistente no Leste, no seio do Pacto de Varsóvia, apesar da firmeza soviética, antes pelo contrário, com mais forte razão caracteriza a Aliança Atlântica.

É de bom tom, desde há alguns meses, responsabilizar James Earl Carter, antigo ocupante da Casa Branca, pelas recentes dificuldades da Aliança. Interrogar-se sobre a posição do governo Carter face à Aliança Atlântica parece mesmo constituir, um ano após a sua queda, uma diligência tanto mais curiosa quanto a maior parte dos observadores estão convencidos que detêm a chave do problema: a passagem da «Peanut Mafia» por Washington, com efeito, ter-se-ia traduzido pura e simplesmente, como na maior parte dos assuntos, em «alterações significativas», tipo «erros, adiamentos, falhanços, incompetência». Esta maneira de ver é perfeitamente lógica entre os partidários de Reagan. Mas deparamos com esta visão maniqueísta nos textos de muitos peritos, de toda uma coorte de especialistas, desde Ladebz a Lowenkral (habitualmente em perfeito desacordo). Denise Artaud, historiadora (em conferência feita no Institut des Hautes Études de Défense Nationale, Dezembro de 1980), não é a mais terna:

«... o novo Presidente [Ronald Reagan] irá levar a cabo as quatro tarefas colocadas pelos problemas dramáticos **herdados** de Carter: travar o declínio do poderio americano; tirar o país da crise económica; restabelecer a posição diplomática e estratégica difícil dos Estados Unidos face à União Soviética; restabelecer a harmonia entre os Aliados.»

Quanto a este último ponto, Denise Artaud acrescenta ainda: «Reagan terá dificuldade em remediar num dia a situação complicada

que herdou de Carter. Com a sua ingenuidade, a sua inépcia, os seus métodos incoerentes, Carter envenenou as relações entre os Aliados e conduziu o país a reverses declarados no seio da Aliança! Toque de finados confirmado por Labeledz quando escreveu (**Commentaire**, Abril de 1981): «com Carter e a sua atitude de timidez masoquista, a realidade do declínio americano tornou-se um lugar comum».

De Nixon a Carter... ou indesmentíveis mudanças formais

Perante a Aliança Atlântica e no plano geral da política externa, a passagem de Jimmy Carter pela Casa Branca ficou indiscutivelmente marcada por:

— Uma mudança de tom e de estilo. O estilo diplomático na tradição desse bom velho Woodrow Wilson, a tradição da boa consciência e dos bons sentimentos, que pressupõe (ou parece pressupor) que a benevolência suprime o adversário, e mesmo o inimigo, são pontos de honra do Governo Carter. É o prototipo da «diplomacia aberta» que anuncia publicamente as suas intenções e se movimenta assim num terreno desfavorável em relação ao eventual adversário ou em relação aos aliados, no caso de tensões internas (cf. o exemplo da «bomba de neutrões»), estes últimos, por seu lado, escondendo cuidadosamente o seu jogo.

— Uma mudança de prioridades, pelo menos anunciada. Trata-se em especial de a questão da «defesa dos direitos do homem» ter passado para o primeiro plano das preocupações norte-americanas, vindo a força militar em segundo lugar. Questão que também tem por repercussão, pelo menos numa primeira fase, uma alteração de prioridades geográficas e a passagem da Aliança para segundo plano. Mas um tema que tem igualmente sérios limites. Um só exemplo: Em 1 de Julho de 1977, Jimmy Carter assina a «Convenção Americana sobre os Direitos do Homem» posta de pé pela Costa Rica desde 1969. O Brasil, sentindo-se directamente visado, decide como represálias imediatas renunciar ao acordo militar privilegiado de 1962 com os Estados Unidos... o que levou Carter, menos de três meses depois, a emendar a mão e a sossegar o governo brasileiro com a expressão do «seu profundo respeito pela individualidade e a soberania de todos os países da América Latina». Em missão de boa vontade, a Senhora Carter em pessoa faz uma visita de cortesia a vários chefes de Estado latino-americanos, destinada a explicar-lhes as verdadeiras intenções do seu marido. Do mesmo modo, Carter teve de abrandar o seu primeiro refrão anti-soviético (campanha dos dissidentes, mensagem a Andrei Sakharov) depois da intervenção de Leonid Brejnev perante o Congresso dos Sindicatos soviéticos.

Alguns falsos processos

1. **Sobre a política de defesa:** Nesta matéria, Carter partilhava sem dúvida os sentimentos dos seus predecessores. Partidário da integração europeia, «de uma Europa que falasse a uma só voz», o Presidente Carter **confirma o empenho** americano no Velho Continente. «A segurança europeia é um elemento indispensável da segurança dos Estados Unidos», declarou Carter em 13 de Maio de 1977, três dias depois da reunião cimeira da Aliança Atlântica em Londres... em Londres, onde quis fazer simbolicamente a sua primeira viagem oficial ao estrangeiro, para sublinhar o lugar da Europa na doutrina estratégica americana. Jimmy Carter acreditava profundamente, com Zbigniew Brezinski, no **sistema trilateral** (América do Norte, Europa Ocidental, Japão), em que os Estados Unidos se encontrariam ao lado de um anão militar, o arquipélago nipónico, e de uma Comunidade Europeia cujos membros jamais se entenderam sobre a natureza exacta dos seus interesses comuns. Paralelamente, o Presidente americano **confirma o conceito operacional** em vigor desde 1967, «um conceito que assenta no poderio conferido à Aliança por uma tríade equilibrada de forças clássicas, nucleares de teatro e estratégicas, cuja missão é dissuadir a agressão e, se a dissuasão falhar, sobreviver e vencer». Para ter em conta os caracteres geopolíticos do teatro, este conceito concede à «defesa da frente» o valor de dogma que lhe atribuem nomeadamente os alemães orientais (um conceito singularmente actualizado pela «dupla decisão» da NATO de 12 de Dezembro de 1979).

2. **Sobre os créditos militares.** As estatísticas relativas aos créditos militares são, como sabemos, «mais perigosas que um campo minado», com mais forte razão se forem comparadas a noções tão ambíguas como o Produto Nacional Bruto. Dito isto, a tese comumente aceite consiste em considerar o período Carter como uma era de acentuado declínio do esforço militar americano. Na realidade, o esforço de defesa representou 42,2 % do orçamento nacional em 1969 (8,1 % do PNB), no apogeu do conflito vietnamita... contra 23,8 % do orçamento nacional (e 5,4 % do PNB) em 1976. Foi no decurso deste período que se iniciou a redução das despesas... mas foi também neste período que esse declínio foi mais marcado. Em dados constantes, as despesas militares americanas tinham ultrapassado o cabo dos 100 biliões de dólares em 1969, para caírem até aos 63 biliões em 1976... e voltarem a subir até 70 biliões de dólares em 1980. Foi Jimmy Carter quem fez a primeira recuperação da década. O orçamento de defesa passou deste modo de 23,8 % para 24,7 % do orçamento nacional em 1977 e para cerca de 26 % em 1979 (em percentagem do PNB: 5,7 %, 6,1 % e 6,3 %).

Os factores fundamentais. Dificuldades e crises

O período Carter constitui efectivamente, e é o mínimo que se pode dizer, **um período de modo algum isento de dificuldades e de crises**. Com Carter, pôde escrever Yves Laulan: «as tensões existentes no seio da Aliança Atlântica multiplicam-se e tendem para a crise». Laulan alude a toda uma série de desacordos persistentes entre Washington e os aliados: é decerto o caso da «colocação em estudo da bomba de radiação reforçada», abandonada por Carter em 1978; é o caso de Teerão e das sanções económicas contra o Irão, depois a invasão do Afeganistão, é a (relativa) frieza dos Aliados quanto à proposta de boicote dos Jogos Olímpicos de Moscovo; são as dificuldades encontradas pelo projecto de implantação dos mísseis de médio alcance. Analisemos mais em pormenor estes dois últimos exemplos.

Quanto à intervenção soviética no Afeganistão, o Ocidente tinha duas grandes respostas possíveis: tomar medidas para reforçar as suas posições ameaçadas... ou «punir» os soviéticos, de qualquer maneira. O primeiro método não suscitava objecções entre os principais parceiros da Aliança Atlântica. Os membros europeus da Aliança condenaram a atitude soviética e disseram claramente não à moratória proposta nessa altura. A segunda fórmula era preconizada pelo campo republicano e foi retomada pela plataforma eleitoral de Ronald Reagan. Carter hesitou desajeitadamente entre as duas hipóteses. Começou por proclamar violentamente o princípio moralizante da punição (deixando instantaneamente adormecido, através de Cyrus Vance, a ratificação dos Acordos SALT), mas, consciente de correr o risco de uma corrida aos armamentos ainda mais frenética, declarou, quase imediatamente, ser «partidário da negociação... depois de um intervalo de tempo relativamente decente»!

Notemos, entre parêntesis, que esta intervenção da União Soviética no Afeganistão constitui também, paradoxalmente, um exemplo muito significativo do reforço da **hegemonia dos blocos**. No caso presente, a URSS «protegeu» as suas repúblicas da agitação revolucionária que sacudia então o Irão e ameaçava a zona-tampão do Afeganistão. Ao mesmo tempo, forneceu um pretexto que permitiu aos responsáveis da «República Islâmica do Irão» voltar às fileiras em relação ao imperialismo americano, em nome do Islão contra o «comunismo aliado». Mas permitiu igualmente a Carter obter aquilo que não conseguia sozinho há meses: alcançar, como já referimos anteriormente, um sensível aumento do orçamento de defesa que pudesse provocar um «relançamento» da economia americana... e novos benefícios para os fornecedores de armamentos, do complexo militar-industrial, uma restabilização do sistema político dos Estados Unidos, profundamente abalados pelos acontecimentos do Vietnam e

depois pelo caso Watergate, e a reconstituição de uma segunda linha de defesa no Médio e no Extremo Oriente.

Deste modo, contrariamente ao alarde sabiamente orquestrado de ambos os lados, a entrada das tropas soviéticas no Afeganistão foi antes do mais uma operação clássica de estabilização do **status quo!**

Sobre os mísseis de médio alcance e a «**dupla decisão**» da **NATO**: efectivamente, as polémicas não faltaram entre 1977 e 1979. Recordemos em primeiro lugar — e não se trata de meros detalhes — que a instalação dos primeiros mísseis soviéticos SS-20 já vem da Primavera de 1975. Em Agosto desse ano, o Comité Militar da NATO envia uma nota de informação sobre esse tema a todos os governos da Aliança. Aparentemente, nenhum deles manifestou qualquer reacção... Dois anos mais tarde, é o chanceler Helmut Schmidt quem levanta o problema (em 28 de Outubro de 1977, numa Conferência feita no Instituto de Estudos Estratégicos de Londres). Mas o governo Carter, como o recordará Walter Schutze em Maio de 1981, mostra-se «surpreendido e desorientado». O chanceler «teria aberto esse dossier num momento inoportuno». Inoportuno para quem? Para a Aliança... ou para os Estados Unidos? Teriam estes últimos o desejo de não prejudicar brutalmente as negociações SALT, então em curso?

Mas, em Outubro do mesmo ano, é o próprio Jimmy Carter quem, em Bari, faz a dupla proposta de instalação de sistemas LRTNF na Europa:

— instalação de Pershing II;

— instalação de mísseis de cruzeiro a que os Aliados, a título de curiosidade, chamam «Ground Launched Cruise Missils» e os americanos «German Launched Cruise Missils»... Uma ambiguidade do vocabulário que revela bem as intenções reais e os objectivos dos americanos...

A 12 de Dezembro de 1979, no seguimento do encontro de Janeiro, em Guadalupe, e das trabalhosas discussões de Abril, na Florida, a NATO adopta então a sua já célebre «dupla decisão»:

— por um lado, a NATO pede aos EUA que produzam os dois sistemas LRTNF acima evocados;

— por outro lado, propõe à União Soviética abrir simultaneamente negociações com vista a limitar os arsenais estratégicos... uma vez ratificados os SALT II pelo Senado Americano.

Que eventuais «lições» se podem tirar deste exemplo?

— a iniciativa veio indesmentivelmente — pelo menos oficialmente — do «exterior»;

— as tensões e as dificuldades internas revelam fragilidade da Aliança, dando os americanos a impressão de raciocinarem primeiro que tudo como americanos... antes de pensarem na Europa Ocidental. Mas esta atitude não é de modo algum inédita.

A «crise» da Aliança Atlântica não é na realidade um facto contemporâneo do período Carter.

Recordemos, com autores como Youcheson, por exemplo, as «grandes constantes da crise» da história da Aliança Atlântica:

a) sempre houve no seu seio autênticos debates acerca da sua própria natureza e sobre a intensidade da ameaça soviética... uma questão no mínimo capital no que se refere ao fundamento histórico da NATO: «uma aliança militar estabelecida com vista a prevenir a agressão ou a repeli-la se ela se verificar».

Será a ameaça soviética mais política que militar? Estará a abrandar no momento actual? Ou, pelo contrário, torna-se mais grave? Os movimentos soviéticos ilustram uma estratégia de tipo tradicional, isto é, defensiva, ou tendem a sublinhar um vector francamente ofensivo? Todos estes problemas não tiveram, bem longe disso, respostas homogêneas, e muito menos unânimes, entre os parceiros da Aliança.

b) Nunca ninguém recolocou seriamente em causa o postulado «a Europa Ocidental não é capaz de se defender sozinha». E, quando Jimmy Carter chegou à Casa Branca, «não foi encontrado nenhum substituto aceitável ao empenhamento americano». Por outras palavras, a presença militar americana, que serve simultaneamente para concretizar o empenhamento americano na Europa e para ligá-la ao seu arsenal estratégico permaneceu o elemento determinante nas relações Estados Unidos-Europa Ocidental em matéria de segurança.

c) Deste modo, verificou-se no seio da Aliança um debate muitas vezes acalorado sobre a repartição dos esforços e dos créditos da defesa da Europa — eis um corolário pelo menos parcial; os americanos manobraram, com uma grande constância até 1976, a arma da sua indelével influência sobre os aliados para os levar a fazer sempre mais e mais. O que variou, em contrapartida, foi a forma deste «fazer sempre mais e mais». A prova está, por exemplo, nas espectaculares dissensões acerca do reembolso das despesas de estacionamento das tropas americanas na República Federal da Alemanha, no período de Nixon, quando o deficit da balança de pagamentos americana se tornou assunto de controvérsia, com a adopção da emenda Jackson Nunn, que subordinava a manutenção das tropas ao montante das compensações consentidas. Tudo isto era apoiado pelo argumento clássico: «para que a opinião americana continue a apoiar a NATO, os europeus têm de provar que fazem esforços comparáveis aos dos Estados Unidos».

d) A ambiguidade sobre os interesses da NATO: nem os interesses funcionais nem os interesses regionais da Aliança foram definidos com grande precisão, o que constitui tanto um factor como uma fonte de dificuldade por vezes sérias. Os exemplos não faltam, em todos os campos: «conflito» entre os generais De Gaulle e

Eisenhower em 1958-1959 (De Gaulle desejava um estabelecimento de mandato global para a Aliança Atlântica e a criação de um Directório França-Grã-Bretanha-Estados Unidos, no que obteve uma recusa seca do presidente americano); crise de 1965-1966; «guerra da galinha», guerra do Kippur (que suscitou importantes tensões entre os membros da Aliança, recusando a maioria aos Estados Unidos a autorização para reabastecer em carburante a partir das bases europeias os seus transportes aéreos destinados a Israel).

No domínio estritamente «regional», a saída da França da organização militar integrada, o problema de Malta, da Islândia, de Portugal, da Grécia e da Turquia a propósito de Chipre contribuíram também para essas dissensões.

e) Mas a constante mais constante refere-se decididamente às **dúvidas** expressas pelos membros europeus da Aliança acerca das garantias americanas (e secundariamente canadianas), dúvidas que decorrem naturalmente do estado de dependência dos europeus.

Três grandes motivos de inquietação vêm frequentemente a lume:

- os riscos de uma retirada das tropas americanas;
- a não-intervenção das forças americanas num eventual conflito limitado no solo europeu;
- o sacrifício dos interesses europeus em benefício dos interesses estritamente norte-americanos.

Quanto à presença americana na Europa: para a República Federal da Alemanha, a predominância militar dos Estados Unidos, que representa a última fonte de influência americana no seio da Aliança, serve para atenuar as diferenças entre as suas capacidades militares e as dos franceses; para estes, a presença americana permite controlar... os alemães; para os britânicos, os americanos servem de contrapeso quer aos alemães quer aos franceses!

O segundo ponto levanta inocentemente o problema do próprio sistema de defesa americano. A nosso ver, o terceiro tem pelo menos o mérito de colocar de frente o verdadeiro problema: abandonariam os Estados Unidos os seus aliados europeus para estar em melhores condições de lidar com o seu adversário soviético? Esta questão introduz directamente a hipótese-chave do mundo contemporâneo: os factores **internos** da comunidade norte-americana, por um lado, e os factores de tipo **planetário**, por outro, não predominarão amplamente sobre as preocupações estritas à escala da Aliança Atlântica?

A trilogia dos factores internos

Três grandes factores internos norte-americanos nos parecem predominantes nesta matéria:

1. O «**novo estado de espírito**» da opinião pública no decorrer do período imediato ao pós-guerra do Vietnam, que o governo Carter herdou. A crise de consciência suscitada pelo conflito no Sudeste Asiático, e exarcebada pelo episódio Watergate, arrastou consigo um verdadeiro recolocar em questão dos deveres morais e da missão que incumbiam tradicionalmente à Grande América. Carter, tal como Nixon e Ford, revelou-se definitivamente incapaz de constituir um apoio sólido a um novo consenso sobre política externa, tanto no seio do Congresso como perante a opinião pública americana. Estes problemas, por outro lado, diminuíram a capacidade de Carter em resistir à pressão soviética e em apoiar os seus aliados (de que é testemunho o caso da ajuda militar à Turquia), e a União Soviética pôde deste modo julgar-se susceptível de negligenciar as reacções dos Estados Unidos.

2. O papel do «**complexo militar-industrial**» e os seus quatro pilares de base: o Departamento da Defesa (com uma estrutura muito compósita... e com interesses internos por vezes contraditórios); as instituições universitárias; as indústrias de armamento... e o Congresso. Os fornecedores das forças armadas, por exemplo, aproveitaram-se amplamente, sob Richard Nixon e Gerald Ford, das encomendas feitas, afinal, durante a famosa «passagem da economia de guerra à economia de paz». Os «Big Five», em particular, controlaram uma parte ainda maior das encomendas militares — sem falar dos sucedâneos no campo civil.

Quanto ao Congresso, é cada vez mais afectado pelo processo, já completamente oficializado, do **lobbyism**. Os membros do Senado e da Câmara dos Representantes podem, por outro lado, ter um papel-chave, embora pontual, no domínio da defesa e da política externa. Os seus interesses regionais podem não ser sempre coincidentes com os próprios imperativos americanos. Com Carter, as tensões (clássicas) entre o Capitólio e a Casa Branca multiplicaram-se tanto mais facilmente quanto, na sua preocupação de introduzir um elemento moral e purificador, o Presidente nunca recebeu, em quatro anos de Casa Branca, um presidente de comissão do Congresso!

3. Os **problemas de ordem económica** são múltiplos, desde a inflação às questões energéticas. Um exemplo marcante reside no problema dos recursos alimentares e do **agribusiness**. Os Estados Unidos asseguram cerca de 50 % do mercado mundial de cereais (mais de 60 %, com o Canadá). No futuro próximo, o bloco dos Estados de economia socialista, com a União Soviética à cabeça, deverá continuar numa situação de dependência nos abastecimentos. Em 1980, a União Soviética, primeiro cliente cerealífero dos Estados Unidos, recebeu mais de 30 % das exportações americanas!

«A agricultura é uma arma; é um dos nossos principais instrumentos de negociações», declarava, já em 1976, o secretário de Estado da Agricultura, Earl Butz.

Um estudo de 1978 da Central Intelligence Agency acerca das consequências possíveis da evolução da produção alimentar mostrava que a agricultura podia conferir aos Estados Unidos uma excepcional influência política e económica a médio prazo. Citemos, por exemplo: «Se houvesse uma boa colheita simultaneamente na URSS e nos Estados Unidos, isso provocaria, em função das actuais estruturas comerciais, uma baixa de rendimento do agricultor americano. O contribuinte deveria financiar mais directamente do que hoje o deficit da balança. Aumentaria o desemprego nas empresas de máquinas agrícolas e de adubos, assim como no sector da transformação, do transporte e da comercialização dos produtos alimentares. Através do ciclo 'gado-cereais forrageiros', as dificuldades estritamente ce-realíferas propagar-se-iam aos outros domínios...».

Em resumo, não pertence talvez apenas ao domínio da mais imaginativa ficção geopolítica considerar que o complexo agro-alimentar pode ter um papel-chave nas futuras relações bilaterais dos supergrandes.

Os factores planetários

1. **A evolução recente dos armamentos nucleares** é a questão do duplo processo da **precisão** e da **miniaturização** dessas armas, com uma série de consequências fundamentais no plano da vulnerabilidade (todos os armamentos fixos clássicos da NATO são agora vulneráveis), da doutrina da dissuasão, do controle dos armamentos. Mas a mais importante atinge directamente o domínio chave da geopolítica: **o campo das alianças militares**.

Com o nuclear miniaturizado a tender para a invulnerabilidade, a sua utilização só é concebível para assegurar a defesa dos interesses vitais da nação. A ameaça da sua utilização por uma nação será dificilmente crível se for brandida com outro objectivo que não seja a defesa do próprio território, particularmente a defesa de uma nação vizinha, no quadro de uma aliança militar integrando a arma atómica.

É a questão colocada por Kahn e Wiener (**As Possibilidades das Guerras Nucleares**) na sua análise: não haverá uma flagrante contradição entre o desejo de proteger os interesses vitais e os enormes riscos aceites por uma coligação? Coligação e ameaça nuclear parecem mesmo ser dois conceitos antinómicos.

E se o general Beaufre (**A NATO e a Europa**) escrevia que «a defesa de um país europeu é indissociável da defesa dos Estados vizinhos, porque os espaços geopolíticos se retraíram consideravelmente; já em 1940 a França foi vencida e atravessada em menos

de um mês; amanhã, para um país da extensão da França, com a acção combinada das colunas mecanizadas e do transporte aéreo, não seria preciso mais de uma semana», já o general Gallois, que transcreve esta citação, ironiza: «Uma semanal O general Beaufre enganou-se em meio século!».

A Aliança Atlântica, produto do pós-guerra imediato, estaria deste modo caduca na era dos mísseis nucleares.

2. Os progressos da estratégia soviética: No decurso da última década, acarretaram uma perda real e mais marcada ainda da credibilidade dos Estados Unidos aos olhos dos Aliados quanto à sua capacidade de apoio. Este tema comporta diversos aspectos:

— O equilíbrio nuclear actualiza, pelo menos indirectamente, alguns dos postulados do falecido Sir Halford McKinder, nomeadamente a respeito do papel estratégico principal das «regiões da periferia», como a franja dos continentes euro-asiáticos e da península africana. Um dos objectivos permanentes dos Estados Unidos, a «potência marítima», continua a ser a expulsão da URSS, a «potência continental», da dita periferia. Ora, nos últimos anos, não faltam exemplos de «moderação» americana, se não mesmo de franco recuo. E, como recorda pertinentemente Colin Gray, «por que razão viriam os Estados Unidos em socorro dos seus amigos ingleses, por exemplo, quando toleram a violação dos acordos de Paris pelos vietnamitas?».

— A capacidade de resposta americana foi sucessivamente abalada, primeiro no domínio convencional, depois no domínio estratégico nuclear. Por isso, a protecção concedida sem desfalecimento durante os últimos 25 anos não é hoje tão evidente como no passado.

— Convirá aqui notar, além disso, o papel original da República Federal da Alemanha e a escalada do **neutralismo**... Mas um neutralismo singularmente diferente do que se verifica no início dos anos '70. É a confiança nos Estados Unidos que se deteriora; trata-se, pelo menos na sua origem, de um neutralismo pessimista, baseado na ideia de que a protecção americana já não é crível ou (pior!) que ela hoje poderá mesmo «atrair o raio ou a aventura».

Em Outubro de 1978, os jornalistas do **Washington Post** revelaram um aspecto interessante de um relatório da CIA: a opção fundamental de Carter no que respeita à defesa europeia previa o abandono de uma parte do território da República Federal da Alemanha em caso de agressão soviética. Ainda estamos à espera de um desmentido oficial!

A Aliança Atlântica assentava sobre um «contrato», pelo menos tácito: a troca de um serviço económico por um serviço político-militar. Os aliados aceitaram, durante 30 anos, financiar o deficit da balança de pagamentos americana. (Entre 1950 e 1970, os Estados Unidos consagraram à sua defesa cerca de 1300 biliões de

dólares, e a Europa entre 300 e 350!) com a redução da postura de defesa, concebem-se facilmente as dificuldades com que os americanos depararam nos anos '70...

Uma visão, por superficial que seja, da última presidência americana e da evolução das relações entre os Estados Unidos e a Aliança Atlântica, não deixa, em definitivo, de provocar uma sensação dupla:

— Num mundo em que se multiplicam tanto os conflitos localizados como as tentativas de emancipação da ordem bipolar criada em lalta, confrontada com a aventura nuclear, o tema da bipolarização está longe de ser ultrapassado. Pôr em causa certas vantagens adquiridas voltou a dar aos dois supergrandes o gosto da superioridade e leva-os, hoje em dia, a meter medo, juntos, para tirarem daí vantagens.

— À escala da Aliança Atlântica, o período Carter constituiu, de uma forma por vezes original, uma fase de demonstração significativa do estado de obsolescência da Aliança. Entre 1976 e 1980, altura em que os Estados Unidos se mostraram mais que nunca zelosos dos seus próprios interesses, contribuindo para reforçar o condomínio de facto que caracteriza o campo das relações internacionais, os aliados europeus da NATO persistiriam em querer garantir a sua segurança com meios cada vez mais inadequados.

Numa época de uma Europa Comunitária problemática, não será esta a demonstração pelo absurdo da necessidade de negociar, trinta anos após o seu acto de baptismo, os próprios termos da Aliança Atlântica?

REFLEXÕES SOBRE A SEGURANÇA EUROPEIA

1. Com o desenvolvimento das ciências, o nosso planeta torna-se mais pequeno. Em consequência, a segurança de uma região está estreitamente ligada à das outras regiões. A tensão e as alterações bruscas que caracterizam a situação internacional fazem com que actualmente seja difícil encontrar um oásis tranquilo no mundo. Isto é tanto mais verdadeiro quanto o hegemonismo prossegue com obstinação a aplicação da sua estratégia planetária visando a hegemonia mundial.

A Europa permanece o ponto-chave estratégico na rivalidade das duas superpotências. Isso resulta da posição que a Europa ocupa na carta planetária. Quem diz hegemonia diz controle da Europa. A segurança desta é, pois, inseparável da paz mundial.

A União Soviética esforça-se, por mil e um meios, em manter e reforçar a sua supremacia militar na Europa, sobretudo a supremacia nuclear. Ela procura assim aumentar a pressão militar sobre a Europa Ocidental, e entregando-se à chantagem política, dividir a Europa dos Estados Unidos da América e, por fim, constrangir a Europa Ocidental a entrar pouco a pouco na via da «neutralização». Mas uma outra consideração muito importante por parte da União Soviética é que só uma consolidação suficientemente ameaçadora para o Ocidente da sua supremacia militar nesta região-chave lhe permitirá entregar-se livremente à agressão e à expansão nas regiões vizinhas da Europa ou noutras regiões do mundo sem que o Ocidente possa reagir vivamente. Com efeito, nestes últimos anos, a União Soviética intensificou os esforços para levar a cabo o cerco estratégico da Europa Ocidental pelos flancos e controlar as fontes energéticas, as regiões produtoras de matérias-primas e as vias de comunicação marítimas estratégicas de que depende a sobrevivência da Europa Ocidental, a fim de a deixar incapaz de resistir, e desse modo, levar a bom termo a sua estratégia de «vencer sem recorrer à guerra». Evidentemente que a segurança da Europa depende cada vez menos do que se passa na zona da NATO, está antes condicionada pelo modo como são enfrentadas as crises que atingem as regiões fora da Europa. Quaisquer que sejam os juízos que os países da Europa Ocidental tenham feito sobre a intervenção soviética no

Afeganistão na altura em que se verificou a opinião geral actual é a de que o caso afegão modificou gravemente a situação estratégica na Europa, de que a expansão soviética ameaça mais as regiões que são vitais para o Ocidente e de que a Europa Ocidental não pode ser uma «ilha de desanuviamento».

Consequentemente, a questão da segurança da Europa só pode ser analisada e tratada correctamente quando for vista a partir de uma óptica estratégica planetária, e não sob o ângulo da situação neste ou naquele país, nesta ou naquela região. Só assim se poderá adoptar uma política justa e tomar medidas enérgicas que sigam verdadeiramente no sentido do interesse da segurança europeia. Se não, arriscamo-nos a ficar reduzidos à passividade perante o avanço do hegemonismo e mesmo a sofrer derrotas.

2. Depois do período de desanuviamento dos anos '70 a posição estratégica da Europa deteriorou-se em vez de melhorar. A Europa Ocidental confia, desde os finais dos anos '60, na fórmula «defesa mais desanuviamento igual a segurança». A protecção militar americana e o desanuviamento Leste-Oeste constituíam dois pilares da segurança europeia. No entanto, nos últimos dez anos, a União Soviética, aproveitando-se do «desanuviamento», aumentou enormemente o seu poderio militar e as relações de força entre a União Soviética e a América modificaram-se em detrimento desta. Quebrado «o equilíbrio dos desequilíbrios», a União Soviética alcançou a superioridade na Europa de tal forma que se alargou o buraco no guarda-chuva de protecção americano, a desconfiança da Europa Ocidental face aos Estados Unidos acentuou-se e, finalmente, o sistema de segurança da Europa Ocidental baseado na protecção militar americana afundou-se na crise.

A invasão soviética do Afeganistão marca o fim do período de desanuviamento. As relações Europa-União Soviética estão condicionadas pelas relações Leste-Oeste como pelas relações entre a América e a União Soviética. Dadas as circunstâncias de deterioração nas relações Leste-Oeste e do agravamento da confrontação americano-soviética, a tentativa dos países europeus ocidentais de salvar o desanuviamento tem poucas hipóteses de sucesso. O espectro de intervenção estrangeira na Polónia torna ainda menos estáveis as relações Leste-Oeste. Numa palavra, no limiar dos anos '80 ambos os pilares da segurança europeia encontram-se abalados.

Convém insistir no facto de que tendo a União Soviética intensificado a expansão e infiltração nas regiões vizinhas da Europa, desde meados dos anos '70, a fraqueza estratégica da Europa Ocidental — a dependência energética do exterior — tornou-se patente. Mais do que nunca, a Europa Ocidental encontra-se vulnerável no plano estratégico.

3. Melhorar a posição estratégica da Europa Ocidental e preservar a sua segurança, eis uma questão urgente que se põe com

toda a acuidade aos diferentes países desta região. Muitos são os que indicam que o mais urgente é reforçar a capacidade de defesa e restabelecer o equilíbrio militar na Europa. Outros preconizam uma cooperação económica e política e até militar entre os países da Europa Ocidental. Ambas as afirmações têm naturalmente os seus fundamentos. Não gostaria de me prolongar sobre esse assunto dado que os próprios europeus já disseram o suficiente. Permitam-me apenas salientar o seguinte: o destino da Europa não depende unicamente dela própria. A sua segurança depende em larga medida do modo como ela orienta as relações com os outros países e regiões.

No que respeita às relações transatlânticas, a Europa e a América, cuja situação estratégica, e cujos poderios e interesses políticos e económicos são distintos, divergem em importantes problemas internacionais, incluindo a política e a tática a adoptar para fazer frente à União Soviética. Eis factos indesmentíveis. No entanto, a Europa e a América são interdependentes, não podendo uma existir sem a outra. Eis ainda factos incontestáveis. A Europa e a América têm os mesmos interesses nos esforços para contrariar a ameaça e a expansão soviéticas. Os Estados Unidos da América, cujo poderio enfraqueceu relativamente, já não estão em condições de enfrentar sozinhos a URSS e precisam do apoio estratégico da Europa Ocidental, enquanto esta continua a precisar de contar militarmente com a protecção americana dado que, no futuro próximo, não poderá dispor de uma força autónoma. Além disso, a Europa Ocidental tem que pedir o apoio e a cooperação dos Estados Unidos para pôr termo à descida da URSS para o sul e para assegurar a segurança nas regiões vizinhas.

Dá a afirmação segundo a qual o unir-se para contrariar a União Soviética continua a ser o aspecto dominante nas relações americano-europeias. Mas, como sublinharam numerosas personalidades europeias, é urgente resolver desde já dois problemas de carácter fundamental: primeiro, estabelecer relações de parceiros verdadeiramente iguais entre a Europa e a América para se adaptarem às novas relações de força euro-americanas e ainda às realidades da multipolarização; segundo, definir uma estratégia coerente e planetária para responder às ameaças soviéticas que, também elas, são planetárias.

As relações com o Terceiro Mundo são um outro problema da maior importância para a segurança da Europa Ocidental. É normal que os países da Europa Ocidental considerem o desanuviamento nas relações Norte-Sul e o desenvolvimento das suas relações com o Terceiro Mundo como um meio importante que permita melhorar a sua própria situação. Com efeito, as relações Norte-Sul não se reduzem apenas a um problema económico, trata-se antes de um importante problema político do qual dependem a paz e a estabilidade no mundo. A tensão nas relações Norte-Sul, a deterioração da situa-

ção económica nos países do Terceiro Mundo e as perturbações políticas que daí resultariam, oferecem outras tantas ocasiões que o hegemonismo poderia aproveitar. É por esta razão que compete, em primeiro lugar, aos principais países desenvolvidos, tendo em conta o conjunto dos interesses estratégicos e conjugando a política e a economia, adoptar uma atitude positiva e construtiva que contribua para sanar as relações Norte-Sul.

Na luta contra a agressão e a expansão soviéticas, a Europa e o Terceiro Mundo estão ligados pelos mesmos interesses. Citemos como exemplo os problemas afegão e cambojano. A intervenção militar soviética no Afeganistão e a agressão vietnamita contra o Cambodja perpetrada com o apoio da União Soviética são componentes importantes do dispositivo estratégico planetário da URSS. Trata-se de um grave problema que diz respeito à situação de conjunto do mundo e de modo algum de casos isolados de carácter local. Se as primeiras vítimas são os países do Terceiro Mundo situados na via da expansão do hegemonismo para o Sul, os outros países, incluindo os da Europa Ocidental, encontram-se também confrontados com ameaças mortais. Consequentemente, apoiar os povos em luta contra a agressão e estancar a expansão soviética no Terceiro Mundo, é, para a Europa Ocidental, salvaguardar a sua própria segurança.

A evolução da situação nos pontos quentes do Terceiro Mundo suscita uma viva inquietação. Os Estados Unidos declararam mais de uma vez que lutavam prioritariamente para estancar a expansão soviética, mas a sua parcialidade em favor de Israel e do regime racista da África do Sul, do mesmo modo que o seu apoio a estes dois países, colocaram-nos não apenas contra os povos dos países árabes e africanos e de outros países do Terceiro Mundo, mas tornaram ainda a situação mais instável nessas regiões, originando assim ocasiões e pretextos à União Soviética para aí empreender a infiltração e a expansão. A Europa Ocidental pode desempenhar um papel positivo nestes pontos quentes. Adoptando, por exemplo, uma política razoável que consista em respeitar as aspirações e os direitos legítimos dos povos dessas regiões, poderá favorecer a sua estabilização e dar assim o seu contributo para a manutenção da paz mundial e a preservação da sua própria segurança.

A China e a Europa Ocidental, separados por uma grande distância, estão sujeitas às mesmas ameaças. As crises verificadas no mundo confirmam a nossa profunda convicção: os interesses dos povos da China e da Europa Ocidental estão intimamente ligados. O hegemonismo desenvolve grandes esforços para pôr em prática a sua estratégia de descida para o Sul; procura agir de modo que as suas disposições estratégicas na Europa se liguem com a que desenvolve na Ásia e no Pacífico, na vã esperança de estabelecer uma linha de cerco em forma de arco do Pacífico ao Atlântico,

passando pelo Oceano Índico. Se fosse bem sucedido, a pressão sobre a Europa Ocidental, a Ásia e o Pacífico seria ainda mais forte. Esses países devem reforçar a sua unidade para transtornar as disposições estratégicas do hegemonismo. No combate contra o hegemonismo, a Europa Ocidental e a China complementam-se e desempenham um grande papel. É um facto conhecido que a China e a Europa Ocidental, respectivamente na frente leste e na frente oeste, retêm importantes forças militares do hegemonismo, o que o dissuade de agir de ânimo leve. Justifica-se plenamente que se afirme que uma Europa unida e poderosa e uma China próspera e forte constituem um factor importante para a salvaguarda da paz e da estabilidade mundiais.

Os povos da Europa bem como toda a humanidade aspiram ardentemente à paz e à segurança, mas estas são muito frágeis e encontram-se constantemente ameaçadas. Tenho a certeza de que se os países e os povos amantes da paz se unirem na luta contra o hegemonismo, a paz mundial poderá ser preservada e a segurança europeia poderá ser garantida.

**Opinião Pública,
Defesa e Segurança**

ROBERT BROWN

OPINIÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURANÇA

Três coisas exercem actualmente uma influência considerável sobre a opinião pública.

Primeiro, a profunda recessão e a conseqüente miséria do desemprego para mais de três milhões de compatriotas meus. A este total deve acrescentar-se pelo menos um número igual, e possivelmente mais, dos que vivem ameaçados de desemprego. Cada um e todos eles se interrogam decerto se poderemos permitir-nos dispendir somas tão altas com a defesa.

Segundo, o grande debate nuclear que está agora a ser realmente orquestrado pelos cordões multinacionais das campanhas pelo desarmamento nuclear através da Europa e certamente por todo o mundo. Não há dúvida de que a geração que sobreviveu à Segunda Guerra Mundial acabou por aceitar a fissão nuclear como qualquer coisa com a qual podemos viver. Muitos desses sentiram-se aliviados quando o horrível desenvolvimento da bomba permitiu por fim pôr termo ao holocausto dos anos '40 e garantiu um futuro de paz.

Terceiro, e mais importante, é a nova geração que, muito clara e acertadamente, coloca a questão: que nos promete o futuro? Teremos futuro, com despesas em armamento à média actual e com a corrida entre as superpotências no campo nuclear? Seria preciso ser muito ingénuo para não reconhecer que os receios e a apreensão da geração actual se espalhou também amplamente entre a geração da Segunda Guerra Mundial.

Sintetizando a opinião pública, tem que se reconhecer que a maior parte da nossa população receia genuinamente o futuro; existe uma minoria pacifista, posição perfeitamente honrada, e, ainda, uma minoria que, não perfilhando qualquer convicção pacifista, está disposta a deixar-nos indefesos perante a ameaça de conquista por forças alheias aos nossos ideais democráticos.

Estou certo que os socialistas democráticos estão perfeitamente convencidos da necessidade do desarmamento como um fim mas, infelizmente, estamos longe de estar de acordo nos meios de chegar a esse fim. O cínico pode citar com muita facilidade o chefe dos EUA como sendo um homem que acredita na paz mas está preparado

para esmigalhar as pessoas que divergem dele, o que facilmente se aplica ao chefe da URSS.

O sempre crescente arsenal de armas nucleares no mundo deve horrorizar qualquer ser pensante e a procura de garantias de que o seu uso jamais terá lugar deve ser necessariamente o objectivo número um de toda a humanidade.

A capacidade de destruir e voltar a destruir este planeta já existe.

Hiroshima ainda enche as pessoas de terror e eis-nos hoje com bombas de 20 megatoneladas com um poder mil vezes maior do que o da bomba que devastou aquela cidade.

Apesar da enormidade de stocks que já temos em termos de destruição mútua, continuamos a ser um planeta que gasta um milhão de dólares por cada minuto do dia em armas de guerra, enquanto dois terços da população mundial vive com fome e na miséria e aqui na Europa, uma parte do mundo mais privilegiada, temos demasiados milhões de pessoas sofrendo as devastações da pobreza no abandono das nossas cidades interiores e de outras regiões. É impossível não ficar angustiado pelo facto de continuarmos a fazer armas tão terríveis, já sem falar das tentativas de criação de versões mais modernas e obscenas da arma nuclear.

Nenhuma nação europeia pode hoje defender-se isoladamente — a defesa colectiva é pois o único caminho. A NATO tem sido nos últimos 30 anos a trave-mestra da defesa da Europa Ocidental e deve continuar a sê-lo.

O desequilíbrio entre a NATO e o Pacto de Varsóvia é um facto da vida com o qual temos vivido desde há alguns anos. O Pacto de Varsóvia tem a superioridade sobre a NATO da seguinte forma:

- Aviação táctica na Europa: 2 para 1;
- Divisões: 2,3 para 1;
- Tanques: 2,5 para 1;
- Armas: 3 para 1.

Ninguém seria suficientemente louco para sugerir que nós, na NATO, deveríamos disputar a paridade absoluta em armas convencionais. A economia ocidental jamais aguentaria tal proposta. Então porquê um raciocínio diferente no campo nuclear? O desequilíbrio existente representa na realidade a força da NATO dado que é evidente que a NATO não é nem nunca poderia ser uma aliança ofensiva.

A instalação dos SS-20 soviéticos é algo que nos preocupa a todos, mas isso é apenas mais uma razão para a urgência de conversações entre as duas superpotências, antes de falarmos em instalarmos mísseis de cruzeiro. Muitos meses preciosos já passaram — temos ainda dois anos para mostrarmos realmente a nossa determinação, que não estamos dispostos como europeus, a ver a continuação

de um silêncio amuado. O futuro exige que se atribua importância primordial a conversações significativas, exige-o o futuro da humanidade. Então, e só então, poderemos falar em termos de reduções de forças mútuas e equilibradas sem as quais a prosperidade futura de todos os nossos povos estará ameaçada.

O buraco da recessão transformar-se-á num poço sem fundo a menos que consigamos iniciar, através da confiança mútua, o processo de utilização dos recursos mundiais para planear um futuro melhor em paz uns com os outros.

JACQUELYN DAVIS

A OPINIÃO PÚBLICA NORTE-AMERICANA E A POLÍTICA EXTERNA

As sociedades pluralistas atribuem por princípio à opinião pública um importante papel na definição da política externa. Nas sociedades pluralistas altamente avançadas do século XX, o impacto da opinião pública surge como penetrante, acentuado pela revolução tecnológica nos mass media e pelo desenvolvimento de redes complicadas nas comunicações. Acontecimentos em áreas do mundo anteriormente consideradas remotas podem agora ser transmitidos ao vivo, e em directo, para as nossas salas-de-estar, contribuindo para uma maior consciência do público perante as principais questões da política internacional. Simultaneamente, com a extensão sem precedentes com que os problemas económicos internos e externos se ligaram na arena internacional, a apreciação pública dos efeitos potenciais das questões políticas estrangeiras nos interesses económicos nacionais encorajou um aumento no interesse popular pelo debate da política externa.

Antes de avaliar o impacto da opinião pública norte-americana sobre a política externa dos EUA nos anos '80, será interessante considerar a opinião pública no seu contexto histórico americano. Alexis de Tocqueville e James Bryce, dois observadores europeus dos Estados Unidos no século XIX, descreveram os vários elementos da sociedade americana que consideram constituírem a essência da opinião pública. Tocqueville realçou que o comportamento social e político do povo americano era caracterizado pela importância do facto de se pertencer a um amplo número de associações privadas. «Logo que alguns cidadãos dos Estados Unidos assumem uma opinião ou um sentimento que gostariam de ver realizado no mundo, procuram a assistência mútua; logo que se encontram, associam-se. A partir desse momento, deixam de ser homens isolados mas um poder visto de longe cujas acções servem de exemplo e cuja linguagem é ouvida»¹. Escrevendo acerca do sistema político americano,

¹ Alexis de Tocqueville, *Democracy in America*. (Editado e resumido especialmente para o leitor moderno por Richard D. Heffner), p. 201.

James Bryce definiu a opinião pública como «assinalando os pontos de vista defendidos pelos homens em relação a assuntos que afectam ou interessam a comunidade»². A opinião pública deve, pois, ser vista como «um amontoado de toda a espécie de noções, crenças, fantasias, preconceitos e aspirações divergentes»³. Sintetizando estas perspectivas, a opinião pública americana no final do século XX pode ser definida como provindo em parte de um vasto número de grupos diversos abrangendo um espectro de pensamento. Apesar de o exame detalhado desses grupos ultrapassar o objectivo desta comunicação, deve notar-se que eles se organizam em torno de crenças religiosas, status económico, nível educacional, filiação política, características étnicas e geográficas. Para alguns analistas, a amálgama da política externa americana tem sido condicionada pela extensão até onde o partido do governo consegue conduzir a política com base numa coligação englobando uma série desses grupos.

Os fundadores dos Estados Unidos desejavam estabelecer um sistema político no qual as vicissitudes da opinião pública fossem temperadas pela necessidade de coerência na política pública. Pelo facto de terem conseguido utilizar com uma habilidade admirável a balança do sistema de poder europeu, nos primórdios da fundação da república americana, tanto ao alcançarem e manterem a independência alinhando primeiro com a França contra a Grã-Bretanha e evitando depois «alianças emaranhadas» com potências europeias, eles viram a necessidade de basear a política externa, antes de mais, numa concepção de interesse nacional. Considerava-se que a política externa transcendia as flutuações da opinião pública embora nunca pudesse ser separada de considerações internas. Contudo, enquanto homens do Iluminismo do século XVIII, defendiam fortemente a ideia de que os Estados Unidos deveriam prover-se de um governo baseado no consentimento dos governados, o que só poderia ser realizado através do desenvolvimento de uma opinião pública esclarecida, tema este que regressaria e seria ampliado na abordagem americana à política externa do século XX.

A noção de opinião pública e a sua enorme importância na formulação da política externa constituíram um princípio fundamental do idealismo wilsoniano tal como surgiu no rescaldo da Primeira Guerra Mundial. A realização da harmonia de interesse na paz baseada na criação de democracias representativas em vez de regimes autoritários representava um aspecto nuclear do conceito wilsoniano. É esse o significado do conceito de Woodrow Wilson de «tornar o mundo seguro para a democracia». Deste ponto de vista,

² James Bryce, *The American Commonwealth* (New York, The Macmillan Company, ed. de 1916, Vol. II, pp. 251-66. New American Library — A Mentor Book — 1956).

³ *Ibid.*

os governos representativos, baseados na autodeterminação nacional, fornecem uma parte indispensável da estrutura global em que a segurança da nação e a harmonia global podem ser levadas a cabo. O interesse individual pela paz poderia manifestar-se numa harmonia de interesses nacional e internacional. Deste modo, na perspectiva da política externa americana, tem prevalecido a crença na importância da opinião pública, a qual tem dado forma à política externa de diferentes maneiras e em várias fases da experiência norte-americana.

Após a Segunda Guerra Mundial, emergiu gradualmente nos Estados Unidos um consenso bipartidário sobre a natureza e extensão do papel dos EUA no mundo. O empenhamento da Doutrina Truman em sustentar o expansionismo comunista e o desenvolvimento de uma rede global de relações de aliança nos EUA atraiu um amplo apoio popular até à década de '60. Nos últimos anos da década, no entanto, a Guerra do Vietnam fez diminuir esse consenso. Embora as sondagens à opinião pública mostrassem que a maioria do povo americano continuava a apoiar o contexto da política externa dos EUA nos anos '60, a popularização pelos mass media de uma minoria eloquente que se opunha ao envolvimento dos EUA no Vietnam contribuiu para dar a impressão de que o povo americano desejava a retirada das forças norte-americanas do Sudeste Asiático. A Guerra do Vietnam foi o primeiro conflito em que as cenas de batalha puderam ser vistas na televisão americana muitas vezes poucas horas depois de ocorrerem. Ainda não compreendemos completamente o impacto desta transformação na propagação das notícias pelos media electrónicos sobre a formação das atitudes do público. O que é certo, no entanto, é que as sociedades tecnologicamente avançadas são permeáveis e podem ser repassadas a uma escala sem precedentes por influências externas sobre a opinião pública que ultrapassam largamente as autoridades legalmente constituídas. À medida que se intensificava a cobertura da guerra pelos media nos anos '60, a oposição ao envolvimento americano crescia.

Esta característica das sociedades abertas não tem contrapartida na sociedade fechada da União Soviética. Os media soviéticos não tiveram o privilégio que os seus parceiros americanos e ocidentais gozaram no Vietnam — os repórteres soviéticos não percorrem os campos de batalha do Afeganistão à procura de notícias de caixa alta. Qualquer tentativa para fazer tais distinções neles próprios é absurda devido à estrutura monolítica dos serviços de recolha de informações da União Soviética, tal como o é o próprio sistema político quando comparado com as sociedades pluralistas do Ocidente. O paradoxo está em que as sociedades pluralistas, quer na Europa Ocidental, quer nos Estados Unidos, continuam a enfrentar o assalto dos profissionais da desinformação e da política de guerra soviéticas a que são vulneráveis por serem sociedades abertas.

No entanto, apesar deste fenómeno, há mais de 30 anos que a política externa dos EUA dá provas de continuar baseada num consenso bipartidário a favor da manutenção da rede de alianças e de compromissos globais forjados nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial. Da mesma maneira, a opinião pública americana apoia o esforço de defesa destinado a aumentar as nossas capacidades na perigosa década de '80. Esse apoio cresceu nos últimos anos em resultado do contínuo reforço militar da União Soviética e da invasão do Afeganistão. A maioria dos americanos sentiu que os Estados Unidos estava a pedir muito pouco e a ceder demasiado nas suas relações com a União Soviética. A mudança no sentimento público na década de '70 — de uma posição de desespero e frustração a respeito do futuro económico e dos programas de política externa dos Estados Unidos para uma posição de optimismo e «um anseio para tornar de novo o país produtivo e poderoso» — coincidiu com os pontos de vista abraçados pela campanha de Reagan, o que ajuda a compreender em grande medida o resultado das eleições de 1980⁴.

Enquanto a opinião pública nos Estados Unidos apoia na generalidade uma política externa que vise manter e fortalecer os compromissos de aliança dos EUA e deter o expansionismo soviético, há, no entanto, o perigo de este consenso se desagregar. Numa sociedade pluralista susceptível de ser influenciada por acontecimentos além-fronteiras, não é inevitável que o actual consenso em política externa possa ser mantido na ausência de um conceito adequado de partilha do fardo com os aliados, baseado numa mesma concepção do perigo comum. Poderá ele, por exemplo, resistir à ascensão na Europa Ocidental de um sentimento antiamericano, à emergência de um fervor nacionalista da esquerda, abraçado pelos elementos da oposição à modernização das TNF na República Federal da Alemanha? Quanto aos políticos americanos, a questão hoje põe-se em se o consenso bipartidário sobre política externa que existe nos Estados Unidos é suficientemente forte para manter o interesse americano na segurança europeia ou se, alternativamente, a opinião pública nos Estados Unidos começará a mostrar, como o fez periodicamente na história dos Estados Unidos, uma tendência em direcção ao que o historiador americano Frank Klingberg chamou «introvertismo» e peça uma redução, se não retirada, das forças americanas de além-mar⁵. Na melhor das hipóteses, isso manifestar-se-ia na oposição aos orçamentos específicos de defesa destinados ao teatro europeu. Na pior das hipóteses, redundaria num

⁴ Norman Podhoretz, «The New American Majority», *Commentary*, January 1981, p. 25.

⁵ Frank L. Klingberg, «The Historical Alternation of Moods in American Foreign Policy», *World Politics*, January 1952, pp. 271-272.

desejo público generalizado de deixar a segurança da Europa Ocidental aos europeus. Nenhum dos extremos será inevitável se em ambos os lados do Atlântico se fizer um esforço conjunto para alargar a nossa compreensão da ameaça que a Aliança Atlântica enfrenta, fundada como foi para a defesa dos valores comumente partilhados pelo Ocidente. Entre esses valores conta-se o pluralismo político que continua a ser ameaçado, não menos nos anos '80 do que nos anos de formação da NATO, pelas forças representadas pela sociedade fechada. Não deve estar para lá da nossa capacidade o exercício colectivo, a imaginação e a direcção necessárias para manter e fortalecer essas forças no apoio à sociedade aberta.

A DEFESA E A IMPORTÂNCIA DA OPINIÃO PÚBLICA

Uma das constatações mais evidentes para quem se debruça sobre os problemas da defesa e segurança é a importância da opinião pública como factor condicionador das estratégias militares e determinante da capacidade de reacção perante o inimigo. Consequência da democratização da vida política e da universalização da informação social, de superação das barreiras geográficas e ideológicas, a **homogeneização** da opinião pública introduz um novo dado na análise das relações entre os blocos militares e as superpotências.

Até há não muitos anos, a correspondência entre os sistemas políticos, os blocos militares, e os grandes conceitos colectivos, era, praticamente, total. As pequenas dissonâncias verificadas tinham por isso uma qualificação própria — tratava-se de meros fenómenos de «subversão» como tal enquadráveis numa política de defesa do Estado perante os seus inimigos exteriores.

A situação hoje, porém, é substancialmente diversa; o que é muito significativo entre Varsóvia e Bona já não é uma cortina de ferro mas talvez um circuito de televisão. Um conjunto de problemas comuns avivam a consciência do esgotamento de certas soluções históricas e apontam para a procura de novos caminhos independentemente do local, da língua ou da ideologia em que são expressos:

- a) **No plano económico** são os conceitos do crescimento permanente que estão em crise, é o aparecimento de novos fenómenos, como a inflação, para os quais se não encontrou ainda antídoto eficaz, é o espectro do esgotamento ou da **inacessibilidade** a certas matérias-primas, que abalam os sistemas, a leste e a oeste.
- b) **No plano social** são os problemas do desemprego ou subemprego crescente, da ultrapassagem dos fenómenos da luta de classes por outros sem mais complexos de instabilidade social generalizada, é o aparecimento das novas gerações com uma voz cada vez mais activa e determinante, são as alterações dos padrões de vida. A convulsão de sistemas de valores até aqui intocáveis ou indiscutíveis.

A generalização do acesso à informação ultrapassando as fronteiras políticas e geográficas.

- c) **No plano político** é a instabilidade presente nas relações internacionais, a multiplicação nos centros de poder militar a pôr em causa o equilíbrio assente na balança de poderes das superpotências. A crise do Estado e a crítica das instituições, postas em causa por fenómenos generalizados de contestação violenta, dos quais o mais evidente é o terrorismo internacional. Aos dois hemisférios em que assentou a vida política nos últimos 40 anos, juntam-se agora outros — o Norte, o Sul, os ricos e os pobres. A confrontação entre as ideologias, as zonas de influência, o conhecimento e a universalização dos meios de destruição militar que instauram o dilema entre o desejo de paz e de segurança e a necessidade de defesa.

Estes exemplos afins, suficientemente genéricos, podem caracterizar a situação de perplexidade e angústia do mundo em que vivemos.

O reconhecimento desta nova situação implica também um novo olhar sobre o **papel dos grandes agentes fornecedores de opinião pública** (os grandes meios de comunicação social, os veículos da acção política, os grandes sistemas de transição de conhecimentos e valores — como o sistema educativo).

Encarados, até aqui, mais como instrumentos da informação, eles são de forma crescente os próprios autores que determinam os factores do comportamento do homem, face aos tráficos que lhe são colocados. A esperança do mundo ocidental radica na superioridade ética e cultural das respostas que a sociedade pluralista é capaz de segregar. Na circunstância de assentar em formas de organização cujos pilares são os próprios valores essenciais e permanentes do humanismo.

Saber em que medida é que os grandes meios de comunicação social poderão ser os transmissores das angústias, das interrogações, os centros do debate, os potenciadores de um consenso militar e os suportes da própria identidade cultural do Ocidente, ou pelo contrário se transformarão nos seus mais eficazes destruidores, através de uma nova dialéctica entre a realização e a sua imagem, parece-me ser uma das questões que importa colocar. Sendo certo que essa **identidade**, essa **comunidade** cujas raízes históricas e cujo cimento social estão cada vez mais atolados, é para a sobrevivência do mundo livre e para a construção de uma ordem internacional assente no homem, na liberdade e na justiça, cada vez mais essencial.

Creio por isso que é com felicidade e utilidade que se liga o debate do papel da opinião pública com os problemas da defesa e os da segurança das **grandes cidades**. É que não basta contar os

soldados, tanques ou os mísseis que de cada lado das fronteiras se perfilam. É sobretudo necessário estar atento à nossa própria capacidade de resistir e de lutar pelos valores que fizeram da Europa, e das suas grandes capitais, símbolos históricos da descoberta, da aventura, do progresso e, quando foi necessário, bastiões da solidariedade humana e da liberdade, mas é também urgente encontrar no confronto desses valores com as novas realidades e os novos problemas as **novas soluções** e novos motivos para a mobilização popular que nos permitam assim o futuro com a certeza de que a nossa defesa depende, não apenas da força das nossas armas, mas sobretudo da força das nossas convicções.

OS PORTUGUESES E A DEFESA DA EUROPA

Os portugueses apoiam maioritariamente a presença de Portugal na NATO. É a primeira conclusão de uma sondagem à opinião pública destinada ao Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. A segunda conclusão é que 47 % dos portugueses concordam com o estabelecimento de armas nucleares em Portugal.

A sondagem de opinião realizada para o Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais pela Teor sobre questões de defesa veio esclarecer quais as tendências da opinião pública portuguesa em várias matérias com ela relacionadas, sobre as quais não havia sido divulgada até hoje qualquer informação, e sugere campos onde podem incidir acções de esclarecimento da opinião pública sobre defesa nacional.

Os resultados desta sondagem, cujo trabalho de campo decorreu entre Maio e Junho de 1981, revelam que é muito exagerada a invocada oposição da opinião pública portuguesa à presença de Portugal na NATO e mesmo quanto à suscitada questão da instalação de mísseis nucleares no nosso país. Pelo contrário, é um facto evidente que a maioria dos portugueses quer que Portugal continue a pertencer à NATO, numa atitude que pode ser classificada como não neutralista.

No que respeita à instalação de mísseis em Portugal, haverá que ter cuidado na análise dos resultados, sem extrair outras conclusões que não aquelas que os números claramente indicam e que são, principalmente, a necessidade de esclarecimento. Aliás, por ser uma questão nova para os portugueses, e portanto pouco amadurecida, foi necessário, para se conhecer com precisão a opinião dos portugueses sobre tema tão importante, confrontá-los com uma pergunta vazia de implicações concretas e outra que se situa num contexto preciso: a defesa nacional. Os resultados são esclarecedores. Quando a instalação de armas nucleares é considerada necessária à defesa de Portugal e da NATO, quase metade dos inquiridos com opinião definida mostra-se favorável a uma tal decisão, sendo mesmo maioritários nos grandes centros urbanos.

A primeira conclusão mais importante desta sondagem é que os portugueses apoiam maioritariamente a presença de Portugal na NATO. Dos entrevistados com opinião definida (excluem-se os não respondentes, critério que se seguirá ao longo desta comunicação), 56 por cento estão de acordo com a presença de Portugal na NATO, e apenas 12 por cento não concordam. Repare-se que a percentagem de opiniões concordantes corresponde aproximadamente ao apoio eleitoral da AD e do Partido Socialista, que, como é sabido, são fortes apoiantes da NATO, e que a percentagem dos que se opõem é menor que o apoio eleitoral do PCP e das outras forças políticas que se opõem à NATO.

A PRESENÇA DE PORTUGAL NA NATO (% DE INDIVÍDUOS COM OPINIÃO DEFINIDA)



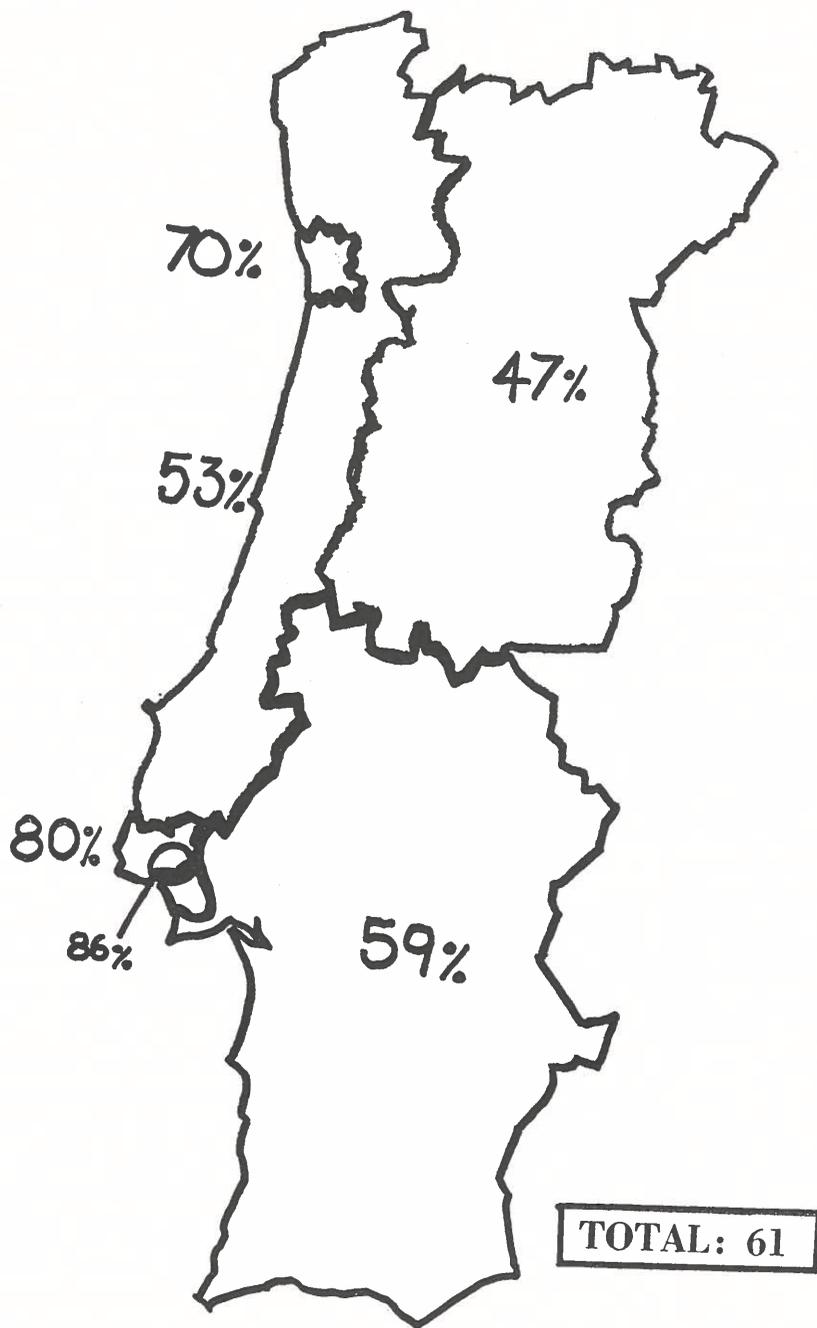
Há no entanto que considerar que 39 por cento dos entrevistados não sabe o que é a NATO, o que em parte explica os cerca de 26 por cento de não respondentes às restantes perguntas. Estes são principalmente habitantes das zonas rurais, indivíduos com educação primária incompleta ou nula ou que não estão em contacto regular com nenhum meio de comunicação social.

Este desconhecimento do que é a NATO, e certamente de muitos outros temas da vida do país, realça a necessidade de se fazer chegar a uma larga parcela da população portuguesa informação, através dos meios mais apropriados, a rádio e a televisão, sobre a aliança militar cuja existência tem um profundo significado, não só para a defesa da Europa e, portanto, dos portugueses, como também para a paz a nível mundial.

Mísseis nucleares: uma campanha sobre uma não-questão

A segunda parte da sondagem trata da instalação de mísseis nucleares em Portugal. Mas, antes de entrar na análise desse capítulo

CONHECIMENTO DA NATO



da sondagem, teria interesse recordar a exemplar campanha de intoxicação de opinião pública levada a cabo, antes de se ter efectuado a sondagem, sobre este mesmo tema.

A campanha surgiu com evidência quando do reingresso de Portugal no Comité de Planeamento Nuclear da NATO, solicitado ao tempo do Governo de Sá Carneiro. No regresso de Bruxelas, o ministro da Defesa, Adelino Amaro da Costa, vê-se de imediato perante a pergunta desferida por um jornalista. Tinha sido proposta a instalação de armas nucleares em Portugal? Amaro da Costa nega que tal tivesse sido proposto.

Novo alento é insuflado na campanha por ocasião das hesitações do governo holandês quanto à autorização de modernização do arsenal nuclear instalado nesse país no âmbito da NATO, tal como outros países membros da Aliança Atlântica. Os promotores da campanha, alguns deles membros do Conselho Português para a Paz e Cooperação, secção portuguesa de uma organização com sede em Moscovo, especializada em operações deste tipo, começaram por procurar fazer crer à opinião pública que havia por parte do governo português e da NATO intenção em estabelecer mísseis nucleares em Portugal no âmbito daquela renovação.

Na realidade, tal questão nunca tinha sido posta, nem pelo Governo nem pela NATO, e não está sequer provado que utilidade para a defesa teria estacionar tais armas em Portugal. Era uma questão que o passou a ser por via dos opositores ao reforço da defesa da Europa.

Logo choveram as perguntas sobre o ministro dos Negócios Estrangeiros, Gonçaves Pereira, que por acaso visitava na ocasião o seu homólogo americano, sobre o que já se tinha tornado na «eventual instalação de mísseis nucleares americanos em Portugal». O ministro negou que a questão alguma vez se tivesse colocado mas que caso o viesse a ser haveria que a estudar. Mário Soares pronunciou-se em termos semelhantes. Contudo, os argumentos dos promotores da campanha anti-NATO não foram devidamente contrariados. Uma das razões será talvez a ignorância dos responsáveis políticos e militares sobre a opinião do público, aliado à necessária prudência no que respeita a declarações que pudessem vir a comprometer futuras decisões.

Portugal é já um alvo

Questões importantes levantadas pelos promotores da campanha ficaram por responder. Afirmavam que caso viessem a ser instalados mísseis nucleares, Portugal se tornaria alvo de ataque nuclear. Alvo de quem? Certamente que não dos seus aliados. Claro que nunca foi afirmado que o alvejador só poderia ser a União Soviética. Tornar-se-ia Portugal num país agressor pelo facto de a sua defesa

incluir mísseis nucleares? A hipótese é ridícula. Nunca se ouviu dizer que a França, com a sua «force de frappe» independente, fosse um país agressor. Mas que dizer da União Soviética, que possui o maior arsenal dessas armas devastadoras e que boa parte dele está apontado para a Europa?

E será que Portugal deixaria de ser um alvo pelo facto de não manter armas nucleares no seu solo, em caso de conflito generalizado na Europa? É evidente que, numa tal situação, nenhum país europeu, incluindo o nosso território insular, escaparia ao conflito, com ou sem armas nucleares. Basta ter presente o facto de o avião bombardeiro soviético **Backfire** ser capaz de atingir sem reabastecimento o território nacional, continental e insular, a partir das bases na Península de Kola, a leste da Escandinávia.

Portugal é já um alvo, com ou sem mísseis nucleares. É precisamente para fazer face à ameaça representada pelo **Backfire** e pelos mísseis SS-20 que se torna necessário modernizar o equipamento nuclear de defesa da Europa com mísseis Pershing II e de cruzeiro.

Mas os objectivos da campanha não eram impedir a instalação dos mísseis em Portugal, visto que a questão nem sequer se punha. Os objectivos eram antes de cariz político e psicológico: criar dificuldades ao governo português obrigando-o a pronunciar-se sobre uma questão que não o tinha sido até esse momento, mas que era apresentada como uma quase certeza, tendo como pano de fundo a crise do governo holandês; procurar abrir brechas na solidariedade europeia e atlântica, tentando provocar declarações contra a renovação da defesa nuclear que pudessem vir a ser utilizadas internamente e no estrangeiro; tomar a iniciativa junto da opinião pública; procurar criar um clima de medo a partir da ideia «Portugal com mísseis, país-alvo».

Maioria nas grandes cidades concorda com o estabelecimento de mísseis

Que efeitos produziu a campanha na opinião pública, não é possível aferir com exactidão visto não se dispor de sondagens anteriores. Mas, pelos resultados agora obtidos, pode afirmar-se que não terá tido sucesso.

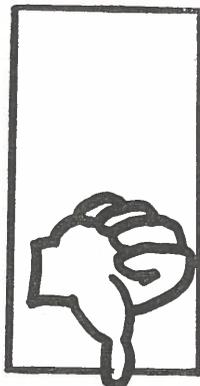
A segunda constatação mais importante da sondagem é que apenas 33 por cento dos inquiridos com opinião definida se opõe ao estabelecimento de armas nucleares em Portugal, caso tal seja considerado necessário para a defesa de Portugal e da NATO, enquanto 47 por cento concorda com uma tal medida. Os 20 por cento de indiferentes aceitam em princípio qualquer decisão, havendo ainda que ter em conta que não houve nenhuma acção de sensibilização da opinião pública no apoio ao estabelecimento de mísseis, visto não ter sido necessária.

INSTALAÇÃO DE MÍSSEIS NUCLEARES EM PORTUGAL

o/o

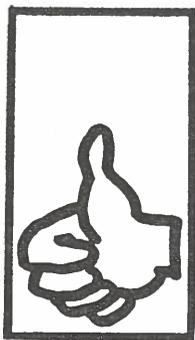


18



56

Posição de princípio



50



30

Se for necessário
para defender Portugal
e a NATO

(o/o DE INDIVÍDUOS COM OPINIÃO DEFINIDA)

A este respeito são significativas as respostas à mesma pergunta, mas feita de outro modo, secamente, sem se mencionar que o estabelecimento de mísseis poderia ser considerado necessário para a defesa de Portugal e da NATO. Comparando os resultados obtidos desta maneira (18 por cento concordam e 58 por cento discordam) com os referidos acima, torna-se evidente que se for explicado à opinião pública porque seria necessário tomar uma tal medida esta teria todas as possibilidades de ser aceite.

Esta conclusão torna-se mais clara em face dos resultados obtidos nos grandes centros urbanos de Lisboa e Porto, centros decisivos para a formação da opinião pública e das decisões políticas. Na região da Grande Lisboa, concordam com a presença de Portugal na NATO 52 por cento dos entrevistados, e discordam 17 por cento. No Grande Porto, 65 por cento é favorável e 12 por cento desfavorável. Quanto à questão dos mísseis, estão de acordo na Grande Lisboa 53 por cento, contra 35 por cento, e na região do Grande Porto 53 por cento concorda e 27 por cento discorda.

Finalmente é de notar, ainda no que se refere à parte da população mais influente na formação da opinião pública, no que respeita à opinião por grupos etários, que é entre a juventude (dos 15 aos 31 anos) que se manifesta maior concordância em relação a ambas as questões. Por outro lado, os resultados por profissões revelam que entre os empregados de comércio e indústria, operários qualificados e não qualificados e empregados de serviços, isto é, uma população sediada em geral em centros urbanos, é elevada a percentagem de respostas concordantes com a presença de Portugal na NATO (63 por cento) e com o estabelecimento de armas nucleares (57 por cento).

Pode concluir-se que, apesar de ainda não esclarecidos sobre questões fundamentais da defesa nacional, os portugueses reconhecem a sua necessidade e que a presença na NATO é a via para a garantir.

Defesa Total e Dissuasão

D. C. CHARLIER

O PAPEL DA DEFESA CIVIL NA DEFESA TOTAL **- As Responsabilidades do Governo**

A segurança de uma Nação é na maior parte das vezes tomada como certa até surgirem circunstâncias que a ameçam. Nesta situação, pode perguntar-se que medidas tomou o Governo para defender o país e o povo. Se se verificar que essas medidas são inadequadas, o Governo não pode utilizar a desculpa de que não deu ao assunto a suficiente prioridade, pois já será demasiado tarde, na ocorrência da crise, para tomar quaisquer medidas práticas de defesa. Por mais improvável que seja uma ameaça, uma das principais responsabilidades do Governo é tomar medidas de defesa contra ataques exteriores ou contra a subversão interna, mesmo que não seja patente qualquer ameaça imediata.

A segurança de um país significa que ele deve ser capaz de se defender, o que inclui não apenas a defesa do seu território nacional no mais amplo sentido mas medidas para a sobrevivência e protecção da população civil. Este último aspecto da defesa é conhecido como Defesa Civil ou Interna.

Esta comunicação analisa o papel e as funções da Defesa Civil enquanto parte integrante da Defesa Total de um país.

O significado de Defesa

Para se compreender o termo Defesa é necessário separar os seus componentes Militar e Civil. Do ponto de vista militar, há dois objectivos principais. O primeiro é defender o território nacional contra uma invasão por terra, mar ou ar e o segundo é manter a capacidade para tomar a ofensiva através das suas próprias Forças Armadas.

Isso não só requer a construção, manutenção e operacionalidade de navios, forças terrestres, tanques, artilharia e aviação, mas também o desenvolvimento de sistemas de abastecimento de provisões, munições e equipamento para manter essas forças em campo.

Se um país for atacado, a protecção e a sobrevivência das Forças Armadas é uma responsabilidade primordial do Governo.

A maioria dos países, com uma ou duas excepções, dá, por essa razão, prioridade às tarefas da Defesa Militar em oposição às requeridas para os civis.

Por outro lado, a Defesa Civil ou Interna diz respeito não só à manutenção do Governo, aos elementos essenciais à existência, à lei e à ordem, mas em última instância, tem que providenciar medidas para proteger a população civil, mitigar os efeitos do ataque e, acima de tudo, assegurar a sobrevivência. Pode argumentar-se que o moral e a vontade de resistir dependem da eficácia das medidas de Defesa Civil e simultaneamente da confiança na capacidade das Forças Armadas de defender a pátria e, se necessário, atacar o agressor.

Não se pode considerar a Defesa Total sem prestar atenção aos efeitos de um ataque moderno, seja ele em termos convencionais com ogivas não nucleares ou em termos nucleares com os consequentes danos e destruições de grande extensão e o risco adicional de radiação e de chuva radioactiva.

Se considerarmos os efeitos de um ataque com armas convencionais, os alvos seriam em primeiro lugar os militares, tais como bases, campos de aviação, centros de transporte, portos e fábricas de material de guerra, que provocariam graves perturbações no sistema de transporte na área afectada, numerosos feridos, pesados danos à propriedade e a possibilidade de o ataque não ser de curta duração mas continuar por alguns dias até ser atingido o conjunto dos objectivos. Os danos seriam particularmente pesados nos aglomerados e nas áreas urbanas, exigindo esta situação uma concentração de todos os tipos de assistência na periferia e no interior da área atingida. Mesmo com a crescente precisão dos modernos rockets, bombas e mísseis convencionais e os progressos técnicos em sistemas de precisão de tiro da aviação, não há dúvida que seriam provocados danos não apenas nas instalações e forças militares como nos armazéns e propriedades civis situados na área atingida ou próximo dela.

Para além das baixas, entre feridos graves e soterrados e feridos ligeiros, haveria consideráveis danos em bens, na distribuição de água e de electricidade, e na rede de esgotos, assim como prejuízos nos transportes e no tráfego, derrube de pontes e dificuldades e quebras nos sistemas de comunicações, particularmente nos de cabos aéreos.

Do ponto de vista de um ataque convencional, a protecção e a sobrevivência dos recursos militares e civis fariam parte de uma única operação.

Em casos de escalada com utilização de armas nucleares, as baixas, os danos e as destruições em geral seriam muito maiores e abrangeriam uma área muito mais ampla. Por exemplo, uma ogiva de uma megatonelada causaria a devastação completa até 1,5 milhas do ponto de impacto, haveria danos pesados em 2 a 2,25 milhas,

e haveria danos médios de 3 a 5,5 milhas, com danos ligeiros, janelas partidas, telhas levantadas e vidros pelas ruas até 9 milhas.

A partir desta breve observação dos efeitos de um ataque, compreender-se-á que protecção e sobrevivência são um objectivo essencial do ponto de vista militar e civil.

No sentido de aprofundar a relação entre os requisitos militares e civis da defesa, devemos considerar vários componentes da Defesa Total, que podemos resumir da seguinte forma: Sistema de Alerta, Abrigos, Comunicações, Controle e Informação, Obras e Reparações, Combustível e Energia, Alojamento alternativo, Alimentação, Manutenção da Produção e Abastecimento.

Sistema de Alerta

Considera-se normalmente que em caso de agressão, é improvável que um país receba um aviso de mais de 7 dias, sendo provável que não exceda 48 horas. Um sistema de alarme moderno, tem, por isso, de estar alerta 24 sobre 24 horas, dado que o alerta em todo o país tem que ser feito em poucos minutos.

De um ponto de vista militar, a reacção a um possível ataque tem de ser imediata e daí que os sistemas mais modernos sejam controlados em primeiro lugar pelos militares, que detêm as ligações mais rápidas e directas às medidas de retaliação tais como a aviação. No entanto, tem também de ser tomada em conta uma reacção mais lenta da máquina civil e a necessidade de avisar as pessoas a abrigarem-se, o que é obviamente uma operação mais demorada do que pôr no ar aviões que já têm os depósitos cheios, que já estão armados e preparados para esse fim, tal como as suas tripulações. Na maioria dos sistemas modernos accionados por pessoal civil e militar há ligações nacionais entre países confinantes com as duas respectivas alianças na Europa, a Organização do Tratado do Atlântico e o Pacto de Varsóvia. Um sistema de alerta é pois aplicável tanto às necessidades civis como militares.

Abrigos

O principal meio pelo qual os recursos militares são conservados na eventualidade de um ataque inimigo é através da protecção e abrigo. Isto aplica-se aos esconderijos para submarinos, abrigos para aviões, abrigos subterrâneos para as tropas e para o pessoal que os acciona, para munições e para os quartéis-generais que controlam as operações defensivas. Abrigos construídos para esse efeito não constituem a resposta completa mas decerto reduzem os efeitos e conservam os recursos militares.

Do mesmo modo, em termos civis, a manutenção do Governo, a coordenação de assistência depois de um ataque, a conservação de

alimentos e de outros bens essenciais exigem postos de controle construídos para esse efeito, normalmente subterrâneos, o que constitui obviamente a melhor protecção. No entanto, as necessidades não acabam aqui, porque permanece a questão primordial de fornecer a necessária protecção à população civil que minore os efeitos de um ataque, o que se pode alcançar quer através de um programa de abrigos públicos, que já foi instituído em alguns países há muitos anos mas noutros ainda não começou, quer por uma política centrada em abrigos em casas individuais, complementados com abrigos em edifícios públicos adaptados para esse efeito.

Abrigo e protecção são uma necessidade quer no campo militar quer civil, embora armas específicas como aviões, navios e blindados exijam abrigos específicos. Os meios normais de existência podem assim ser mantidos, cordenados e organizados por uma política de abrigos conjunta quer para o pessoal civil quer para o militar.

Comunicações

As comunicações militares são necessárias para se manter a ordem numa batalha defensiva e em operações e também neste caso é preciso proteger os sistemas de comunicações, de rádio, de teleimpressão e de telefone contra possíveis danos, tendo de facto as Forças Armadas sistemas especiais para esse fim.

No entanto, no rescaldo de um ataque, as comunicações entre os centros de controle civis são igualmente vitais e em vários países estão a ser enquadrados no sistema de reabilitação e sobrevivência. A ajuda militar ao poder civil também requer comunicações, sendo uma prática normal existir uma Equipa Militar no controle civil com esse objectivo, que ou usa os sistemas de comunicações civis destinados para esse fim ou dispõe em alternativa de sistemas móveis próprios.

A questão a que todos os que planeiam a defesa, sejam militares ou civis, têm de responder é a de como comunicar com a população em geral. Se os efeitos de um ataque convencional rompem as comunicações na área atingida, é o rescaldo de um ataque nuclear que coloca o maior problema. É opinião geral que um sistema de comunicações sofisticado, por mais bem protegido que esteja, provavelmente não sobreviverá, em particular nas áreas de danos pesados ou médios, devendo por isso as comunicações ser baseadas ao nível mais baixo, isto é, o da comunidade, e construídas a partir daí até que sistemas estejam reparados e restabelecidos.

O planeamento de comunicações deve pois ser conjunto tendo como objectivo primordial a sobrevivência quer dos recursos e pessoal militares quer dos meios civis de produção e abastecimento.

Controle e Informação

A questão de controle já foi referida mas nunca é demais insistir nela porque, embora no pior dos casos os civis e os militares comecem o esforço de sobrevivência a partir do nada, deve existir uma estrutura de controle mais ampla no sentido de fixar as prioridades e canalizar o abastecimento dos recursos escassos. Muitos países construíram postos de controle subterrâneos altamente sofisticados com meios para manter a existência por algumas semanas com sistemas de protecção e ventilação apropriados.

Tem de haver uma ligação estreita entre os aspectos militares e civis mas, obviamente, o ideal é haver um controle conjunto. Além disso, estes controles devem informar o público e as unidades militares à medida que a situação progride e que acções de assistência podem ter lugar. Os Controlos Cívicos são portanto complementares dos estados-maiores e dos sistemas de controle militares, fazendo a ligação essencial entre as Forças Armadas e as organizações civis e o Governo de cada país.

Obras e reparações

A maioria dos programas de defesa baseiam-se na probabilidade de destruição e danos e na necessidade de reparações. Em termos militares, as instalações de reparação para navios, aviões e blindados têm a prioridade, existindo sistemas alternativos de aquecimento, iluminação e energia. Do mesmo modo, em termos civis, a energia será inevitavelmente afectada em larga medida sendo substituída pela aplicação de geradores a diesel, aparelhos auxiliares a gás e outros sistemas, de modo a que os meios de existência se mantenham para todos os sobreviventes.

Deve dizer-se, no entanto, que as necessidades de reparação do equipamento militar são altamente especializadas enquanto as necessidades de manutenção de serviços tais como aquecimento, iluminação e gás são de natureza mais geral; quer organizações militares quer civis podem usar sistemas alternativos. É talvez aqui que surge uma das maiores oportunidades para mútua cooperação, acontecendo muitas vezes que, em casos de destruição, os sistemas civis podem ajudar a manter o potencial de defesa militar e vice-versa.

Combustível e Energia

A maior parte dos serviços modernos utilizados pelo público e pelas forças militares utilizam combustível e, no período que se segue ao ataque, a autorização para a sua utilização tem de ser estritamente controlada. As necessidades militares serão muito ele-

vadas e em muitos casos terão prioridade; mas há também as necessidades da população civil para a sua própria existência, como manter a produção de provisões e equipamento e fornecer suficiente alimentação básica. Actualmente, a agricultura está altamente mecanizada e seria necessário combustível para este elemento essencial, além da água e doutros bens essenciais.

Os meios de coordenar a distribuição, racionamento e prioridades no uso de combustível devem ser uma decisão de conjunto dos estados-maiores militar e civil. Em alguns países onde existem estados-maiores separados, isso poderá conduzir, segundo muitos, ao desastre e a um atraso desnecessário no restabelecimento e recuperação.

Alojamento de Emergência

Uma das principais áreas afectadas será a de edifícios e propriedades e dentro da área danificada não haverá qualquer selecção entre edifícios militares e civis, alguns deles vitais para a prossecução do esforço de guerra e de defesa. A questão de alojamento alternativo para pessoal militar ou civil é vital, particularmente durante os meses de Inverno. Para se evitar confusões e divergências acerca das prioridades, mais uma vez se torna necessário o planeamento conjunto e os preparativos e, se for caso disso, a realização de um plano e de uma estratégia de alojamento alternativo.

Alimentação

Já se referiu a agricultura e a necessidade de manter esta actividade. Sem comida e, mais importante ainda, sem água, uma nação não sobreviverá, mesmo com uma dieta pobre em calorías. O principal problema no rescaldo de um ataque é a distribuição de comida às áreas necessitadas onde as provisões de alimentos foram destruídas, sendo óbvio que será necessário alimentar quer as forças armadas quer as organizações civis e o público. Mais do que qualquer outra, esta necessidade tem de ser atendida em conjunto para fazer durar as restantes provisões de alimentos no território. Uma política de «os primeiros a chegar são os primeiros a receber» ou de prioridades locais à custa de outras áreas poderia eventualmente levar a uma situação de quase fome e certamente impediria a recuperação e a reabilitação.

Indústria

A riqueza de um país é criada pela produção industrial o que é igualmente válido em termos de defesa, embora os artigos produzidos sejam necessariamente encaminhados para o esforço de

guerra. São as empresas civis e os seus empregados que realizam a totalidade da produção. Sem ela, degradam-se progressivamente os meios de defender uma nação. A capacidade de produção desempenha, pois, um papel essencial no esforço de defesa total, e, como ficou provado muito em particular na Segunda Guerra Mundial, se ela não for mantida, falha a capacidade de resistência da Nação.

A Vontade de Resistir e o Moral

Até aqui, lidámos com os componentes materiais da defesa nacional, tanto em termos militares como civis. Nenhum deles permitirá alcançar os objectivos globais de defesa sem que a vontade da Nação de resistir e o moral do seu povo estejam presentes. Tanto em termos psicológicos como práticos, isso requer um sistema nacional de informações acerca do progresso do esforço militar de defesa, que tem como objectivo principal inculcar aos civis confiança nos militares e, inversamente, inculcar aos militares confiança na capacidade dos civis em sobreviver e manter o seu apoio às Forças Armadas.

Trata-se de algo indefinível mas que, em defesa, é absolutamente crucial para prosseguir uma guerra, sendo igualmente válido no esforço militar e no civil. Se isso falha por falta de cooperação mútua ou mais provavelmente por falta de direcção a qual exige grande sangue frio e presença de espírito, quaisquer esforços para defender uma Nação serão nulos.

Preparativos e Planeamento

São, portanto, estes os componentes da Defesa Total mas é preciso saber como serão eles alcançados antes que se desenvolva uma crise e em tempo de paz relativa. Como dissemos atrás, nas condições actuais, as crises podem desenvolver-se muito rapidamente e a agressão pode dar-se numa questão de dias. Sem planos e preparativos civis e militares que abranjam todos estes aspectos da Defesa Total, a existência de uma Nação não será efectiva e sofrerá provavelmente o colapso.

Não se deverão efectuar os planos e os preparativos exigidos em compartimentos estanques mas em conjunto a todos os níveis com responsabilidades partilhadas pelo pessoal militar e civil. Esses preparativos deveriam ser testados através de exercícios a nível local, regional e nacional.

Implementação de uma Política de Defesa

A defesa é organizada e administrada de diferentes maneiras em diferentes países, mas a mais efectiva e bem sucedida tem sido

onde um só Departamento ou Ministério detém a responsabilidade global por ambas as defesas, militar e civil. Isto não é fácil de se alcançar onde, quer histórica quer tradicionalmente, é prática usual que a defesa civil, protecção e sobrevivência estejam a cargo do Ministério do Interior ou dos Assuntos Internos ou ligadas à Polícia, enquanto, por outro lado, a defesa militar permanece debaixo da alçada do Ministério da Defesa ou equivalente. Isto, é preciso dizê-lo, não tem funcionado satisfatoriamente, sendo a principal vítima a defesa civil.

A Defesa Total é portanto uma conjugação dos recursos Militares e Civis, coordenados, planificados e geridos por uma organização civil e militar conjunta (onde esta política encontre oposição devido a causas tradicionais ou históricas, deverá ser feita através da avaliação das prioridades do Governo, enquadrada pelos recursos e limitações do país), tendo este provado ser o melhor método de conseguir uma política de defesa nacional integrada e eficaz.

GENERAL ROBERT CLOSE

DEFESA CIVIL E DISSUAÇÃO

Ninguém ignora que a estratégia da Aliança Atlântica assenta fundamentalmente no binómio «Dissuasão-Defesa».

Embora se faça grande alarde do potencial nuclear em lançadores e ogivas atómicas, e se aborde com interesse o equilíbrio — ou antes, desequilíbrio — das forças convencionais, há todavia um domínio capital que atrai muito pouca atenção: a defesa civil.

O que se deve entender por defesa civil? Muito sucintamente, o conjunto das medidas postas em prática para assegurar a permanência das autoridades governamentais e locais, a continuação da vida económica da nação e a protecção da população civil.

É unanimemente admitido que a teoria da «destruição mútua assegurada» (MAD, em inglês) era um perigoso logro por nunca ter sido aceite pela União Soviética. Daí que seja aberrante que as medidas necessárias sejam quase completamente inexistentes, na maioria dos países europeus membros da Aliança Atlântica e, em menor grau, nos próprios Estados Unidos.

Não existem planos de evacuação nem abrigos colectivos ou individuais, o que torna completamente aleatória a dissuasão de conjunto, dado que as perdas em vidas humanas constituem um factor essencial. Nada de semelhante na URSS, onde seriam utilizadas para a protecção civil 250 mil pessoas em tempo de paz e seis milhões em tempo de guerra.

Já é mais que tempo de nos inspirarmos no exemplo da Suíça, capaz de abrigar 90 por cento da sua população e com uma protecção civil notável, ou nos exemplos da Suécia e da Noruega, que consagraram consideráveis meios para a salvaguarda dos seus cidadãos.

A par deste aspecto elementar, outros há que não são menos importantes. É imperiosa a criação de uma **rede de comunicações e de comando**; segura, secreta, impermeável às interferências, se desejarmos que o governo consiga governar em período de crise ou de guerra. De nada serve dispor de um abrigo subterrâneo que resista às explosões nucleares se não for possível transmitir as ordens e directivas necessárias.

É igualmente necessário evitar a **paralisia económica**, que pode surgir de duas maneiras: quer pela sabotagem ou neutralização de pontos vitais essenciais (centrais eléctricas ou telefónicas, postos de comando, centros de informática, etc.), quer por penúria de matérias-primas estratégicas essenciais a qualquer economia desenvolvida. Estou a pensar particularmente no crómio, na platina, no cobalto e no manganésio, sem os quais nenhuma indústria automóvel, eléctrica e electrónica pode funcionar e de cujo fornecimento dependemos quase totalmente do hemisférico austral.

Falta, por fim, referir o **elemento psicológico**, quer dizer, uma informação adequada e realista da população que igualmente a possa mobilizar. Porque é inútil lançar-se numa dispendiosa política de equipamento se não existir vontade de defesa.

Eis, em resumo, as grandes linhas de um programa cuja realização é indispensável se quisermos ter nas mãos todos os elementos necessários para prevenir o desencadeamento de uma III Guerra Mundial.

Talvez não seja muito tarde, mas já é tempo...

**A Defesa Civil
das Grandes Cidades**

GENERAL J. J. NEVES CARDOSO
TEN. COR. J. C. PAIS

A PROTECÇÃO CIVIL E A DEFESA

SUMÁRIO

1. Objectivos da Protecção Civil — Função da Análise dos Riscos e da Situação Política, Social e Económica

— Os objectivos da protecção civil nos diversos países do mundo são idênticos, embora nuns países se dê ênfase e prioridade às catástrofes naturais e noutros à catástrofe guerra. Isto decorre obviamente da análise dos riscos que impendem sobre cada comunidade nacional.

— Em alguns países a análise referida define a guerra como a catástrofe de maior risco, sendo implementados sistemas de defesa civil avançados com meios de actuação poderosos. A construção de abrigos familiares e públicos assume nestes países grande importância e consome recursos financeiros consideráveis. Noutros países, a análise de riscos determina que seja dada prioridade às catástrofes naturais apesar de a guerra também ser uma catástrofe possível. Para esta definição de prioridade por certo não é estranha a situação política, económica e social própria, a carência de estruturas e meios financeiros e a difícil aceitação por parte da população de gastos acrescidos com a defesa nacional.

— Na Europa esta constatação é notória.

Enquanto nos países mais desenvolvidos do Norte a guerra convencional ou nuclear constitui a principal preocupação dos sistemas de Defesa Civil respectivos, nos países menos desenvolvidos da orla mediterrânica as catástrofes naturais, algumas de ocorrência frequente e quase cíclica, constituem problemas de difícil solução para os sistemas de Protecção Civil.

Portugal está neste caso.

2. O Sistema de Protecção Civil em Portugal

- Nível nacional — Primeiro-Ministro — SNPC
- » regional — Governos Cívís — CCPC
- » local — Presidentes das Câmaras — OMPC

— Estrutura coordenadora com o objectivo de potenciar as capacidades úteis dos vários organismos tirando deles o máximo rendimento quando empenhados em acções de protecção civil.

— Portugal é um país pequeno com meios e recursos reduzidos. As acções de protecção civil a executar, nomeadamente as operações de socorro e assistência na ocorrência de catástrofes, determina muitas vezes a mobilização rápida de grande volume de meios e pessoal.

Há por isso necessidade do apoio das Forças Armadas, tanto em pessoal como em meios especiais, nomeadamente de transporte.

Para assim concluir-se que o Sistema de Protecção Civil é um sistema misto pois que sendo uma estrutura civil da responsabilidade das autoridades político-administrativas, com forças próprias, vai buscar grande parte da sua capacidade de intervenção ao apoio das Forças Armadas a que frequentemente recorre.

3. Auxílio Internacional

— Nos últimos anos a ocorrência de grandes catástrofes em Portugal tem provocado grandes prejuízos materiais que representam sempre considerável diminuição na produção de riqueza (o terramoto dos Açores de 1 de Janeiro de 1980, que atingiu apenas 3 ilhas, provocou prejuízos estimados em 420 milhões de dólares, o que representa o dobro do orçamento anual do arquipélago de 9 ilhas).

— Na circunstância, Portugal teve necessidade de recorrer ao auxílio de países amigos e organizações internacionais (Cruz Vermelha e UNDRO), nomeadamente para conseguir as tendas necessárias.

— Constata-se que, tanto nesta como em outras situações conhecidas, a solidariedade internacional e o espírito humanitário de entreatajuda têm determinado um apoio e auxílio elevados, mas que sempre demora algum tempo (dias ou semanas) a efectivar-se.

Por vezes, mesmo, sucede que algum auxílio chega após a fase aguda da emergência e é constituído por artigos desnecessários.

— Portugal está interessado em conseguir um pré-planeamento do auxílio exterior previsivelmente necessário, por forma a permitir:

- rapidez e facilidade na formulação do pedido de auxílio, directamente à entidade apropriada;

- redução sensível no tempo gasto para fazer chegar ao local de destino o apoio solicitado;
- o conhecimento dos países e organizações possuidoras dos meios e materiais críticos necessários.

— Deverão ser estabelecidos acordos bilaterais que possibilitem e efectivem o pré-planeamento referido.

Portugal tem vindo a procurar sensibilizar os seus aliados da NATO para esta questão discutindo-a no âmbito do Comité de Defesa Civil, pois é nossa convicção que o pré-planeamento permitirá o salvamento de muitas vidas humanas e a minimização dos prejuízos, e terá consequências positivas na manutenção do potencial de defesa.

4. As Catástrofes nas Grandes Cidades — Um problema de difícil solução

— À medida que os grandes aglomerados urbanos vão crescendo em área e em altura, são acrescidas as dificuldades de garantir aos seus habitantes a protecção das suas vidas e bens na ocorrência de uma catástrofe seja ela natural ou provocada pelo homem.

— Em muitos casos terão mesmo que ser encontradas soluções novas para os riscos também novos ou aumentados que o desenvolvimento das cidades coloca. Essas soluções nem sempre são fáceis de implementar dado exigirem recursos financeiros incomportáveis, sobretudo para as economias débeis.

— Haverá por isso que efectuar um esforço sério na planificação do desenvolvimento urbano tentando evitar, além de outros males, o agravamento dos riscos decorrentes de uma possível catástrofe.

— Sobre este assunto, e considerando a catástrofe guerra, tivemos oportunidade de escutar a exposição brilhante do Sr. Charlier.

5. Catástrofe Sísmica — Um problema de defesa

— As catástrofes naturais mais frequentes em Portugal e que merecem um esforço prioritário são:

- Incêndios florestais
- Inundações
- Sismos

— Particularmente, os sismos representam uma grande preocupação nacional sendo de aceitar como possível, segundo os cien-

tistas, a ocorrência de um terramoto de grandes proporções, nomeadamente em Lisboa (O sismo de 1 de Novembro de 1755 destruiu completamente a cidade tendo provocado cerca de 40 000 mortos numa população de 150 000 habitantes).

— Em Lisboa estão concentrados todos os órgãos de soberania, e grande parte dos serviços dirigentes e dos meios e recursos.

Na área metropolitana da nossa capital residem 2,2 milhões de habitantes (24 % da população) e estão implantados 47 % dos serviços e 40 % da indústria.

— Lisboa está situada numa das regiões de maior risco sísmico do território. Uma catástrofe sísmica, idêntica à de 1755, provocaria enormes destruições e afectaria de forma decisiva e trágica a vida nacional por alguns anos. O problema transcende por isso os níveis local e regional sendo uma responsabilidade nacional.

— A Defesa Nacional globalmente considerada seria nesta possível situação seriamente afectada e a contribuição de Portugal para o esforço global de defesa ficaria comprometido.

— A acção destruidora de um terramoto em Lisboa poderá ser equiparada ou mesmo ser mais gravosa que a devastação provocada por um ataque aéreo convencional.

— Temos como certo que estudar, preparar e implementar as medidas para fazer face a uma catástrofe sísmica é, em Portugal, um primeiro passo importante e possível para poder vir a fazer face a uma catástrofe bélica.

— O SNPC elaborou um «Programa para Minimização do Risco Sísmico» que o Governo aprovou em Abril passado e está presente-mente em franca execução.

— Seguidamente o Ten. Cor. Pais fará uma descrição do referido Programa.

Muito obrigado Sr. Presidente.

PROGRAMA ANTI-SÍSMICO

Em Dezembro de 1980 preparámos um Programa anti-sísmico dividido em 3 fases:

Fase I — Área de Lisboa.
(para ser executada até JUN. 1982)

Fase II — Região de Lisboa e Sul do Algarve.
(para ser executada até JUN. 1983)

Fase III — Restantes áreas do Território Nacional com
risco sísmico.
(para ser executada posteriormente)

Face à diversidade e importância das tarefas a executar, torna-se necessário mobilizar as capacidades de vários departamentos e instituições e sensibilizar os seus responsáveis, o que nem sempre se consegue com facilidade apesar da alta prioridade conferida pelo Governo à execução do Programa.

Não se pretende executar um Programa dispendioso, o que seria insuportável pelas finanças do meu país, mas organizar os meios e recursos da maneira mais inteligente e rentável e potenciar as capacidades existentes no Território Nacional aumentando o grau de prontidão e de operacionalidade das forças de socorro.

O conceito do Programa obedece ao princípio da progressividade e aperfeiçoamento constante. Pretendemos executar, no presente, tudo o que for possível, sem aguardar por estudos técnico-científicos profundos que são lentos e dispendiosos, tendo sempre em mente a intenção de melhorar e aperfeiçoar os estudos de base e a organização e implementação dos meios.

O Serviço Nacional de Protecção Civil foi dotado dos meios financeiros necessários para a execução da Fase I do Programa.

O Programa articula-se em 15 tarefas diferentes. As seis primeiras constituem um grupo de tarefas técnico-científicas com o objectivo de definir as situações de catástrofe sísmica (cenários) possíveis a partir dos quais será possível planear as acções de socorro e assistência a executar.

O segundo grupo de tarefas diz respeito ao estudo das soluções técnicas possíveis no domínio da saúde, alimentação, vestuário, alojamento, movimento das populações, telecomunicações, etc.

Finalmente estaremos em condições de elaborar um plano operacional de emergência e de realizar exercícios e treinos.

Programa de acções imediatas e a prazo para minimização do risco sísmico

FASE 1 — ÁREA DE LISBOA — PRAZO 12 MESES

Tarefa T.1 — Aprovação do Programa pelo Governo. Atribuição da prioridade. Definição do esquema de controle. Concluída com a publicação da Resolução do Conselho de Ministros 91/81.

Tarefa T.2 — Listagem das lacunas e carências. Concluída.

Tarefa T.3 — Microzonagem de Lisboa.

Com o objectivo de conhecer local a local o risco sísmico.

T.3.1 — Trabalhos de campo de sismologia experimental.

Efectuados pelo INMG em Fev. 81.

T.3.2 — Estudo da sismicidade histórica.

Estudo sistematizado e exaustivo dos sismos mais importantes de que há notícia terem acontecido em Território Nacional.

Está a ser efectuado por técnicos do INMG e pelo Departamento de História da Universidade Nova de Lisboa.

T.3.3 — Estudo geológico dos solos.

A fim de conhecer melhor o comportamento sísmico dos vários locais da cidade há necessidade de conhecer a constituição geológica dos solos.

Está a ser efectuado por técnicos do INMG e dos Serviços Geológicos de Portugal.

T.3.4 — Estudo da Sismotectónica de Lisboa.

Há necessidade de conhecer globalmente as falhas existentes e o seu trabalho, uma vez que grande parte dos sismos tem origem (epicentros) em falhas activas.

Está a ser efectuado pelo Sr. Professor Doutor António Ribeiro da Faculdade de Ciências e dos SGP.

Tarefa T.4 — Estudo do comportamento sísmico das infraestruturas e dos edifícios.

Inventariação dos edifícios mais importantes, perigosos ou especiais.

Há necessidade de saber como se poderão comportar as infraestruturas e os edifícios da cidade face às solicitações dos sismos, mormente dos edifícios mais importantes, perigosos ou especiais.

Está a ser efectuado por técnicos do LNEC e do SNPC.

Tarefa T.5 — Estudo da Ocupação Socio-Económica.

Há necessidade de saber como a cidade é ocupada e que actividades se desenvolvem durante o dia, a semana, o mês e o ano.
Em organização e planeamento.

Tarefa T.6 — Cenários possíveis e sua caracterização.

Há necessidade, face aos dados colhidos nas tarefas anteriores, de visionar quais os cenários de catástrofe sísmica que se podem apresentar.

Tarefa T.7 — Levantamento expedito dos meios e recursos.

Há necessidade de conhecer os meios e recursos existentes para fazer face à catástrofe sísmica.
É uma tarefa difícil e trabalhosa que na fase inicial se limitará a uma inventariação dos meios e recursos existentes em organismos, instituições e departamentos vários.

Para tanto urge elaborar uma lista dos materiais de primeira necessidade para a catástrofe sísmica por forma a permitir uma inventariação fácil dos mesmos.

Tarefa T.8 — Previsão das necessidades no domínio da emergência médica. Estudo das soluções possíveis.

Face aos cenários possíveis, há necessidade de estudar e planificar as soluções de emergência para o tratamento e hospitalização dos feridos.
Em estudo e organização.

Tarefa T.9 — Recolha, identificação e enterramento dos mortos.

Constitui problema estudar e planear a recolha, identificação e enterramento de grande número de mortos e das medidas profilácticas a adoptar.
Em estudo e organização.

Tarefa T.10 — Estudo dos movimentos das populações e comportamento dos transportes e vias de comunicação.

Importa ter uma visão do que poderá acontecer neste domínio face a uma catástrofe sísmica.
Em estudo e organização.

Tarefa T.11 — Previsão das necessidades em roupas, agasalhos, alojamentos de emergência e alimentação.

Face aos cenários previstos, importa calcular as necessidades mínimas em roupas, agasalhos, alojamentos, alimentação e estudar as soluções possíveis. Em estudo e organização.

Tarefa T.12 — Telecomunicações de emergência — Meios de comunicação social.

Importa estudar este problema quer no que diz respeito às telecomunicações necessárias para o socorro quer à utilização dos meios de comunicação social (TV e Rádio). Em estudo.

Tarefa T.13 — Controle da situação pelo Governo — Locais de alternativa — Centro Operacional.

É imperioso garantir a continuidade da acção dos órgãos de soberania, sendo por isso necessário prever locais de alternativa para o seu funcionamento.

Tarefa T.14 — Plano preliminar anti-sísmico de Lisboa.

No plano de operações constarão medidas de prevenção, de socorro e assistência, de recuperação e reconstrução.

Tarefa T.15 — Realização de um exercício sem participação das populações.

Para testar o plano, rotinar procedimentos e dar a conhecer missões é necessário efectuar um exercício.

D. C. CHARLIER

A ORGANIZAÇÃO DA DEFESA CIVIL NUMA GRANDE CIDADE

Introdução

Todas as cidades têm como característica comum que os edifícios estão concentrados numa área relativamente pequena e com uma alta densidade populacional. A população total varia de 300 mil a mais de 7 milhões; os serviços básicos distribuem-se por um complexo sistema subterrâneo de canos, condutas e cabos a que se juntam linhas aéreas de electricidade e telefones. Além disso, são inúmeras as antenas de rádio e televisão, que proporcionam não só a informação como também, em alguns casos, comunicações essenciais.

Por aqui se vê que a Defesa Civil tem de ser suficientemente ampla e efectiva para dar alguma protecção não só aos serviços essenciais e à população que os utiliza, como aos cidadãos que vivem nos limites da cidade.

Objectivo deste Artigo

Embora seja correcto dizer-se que um certo número de países já estabeleceram um programa de evacuação das suas maiores cidades em caso de ataque, muitos, na realidade a maioria, têm uma política de «ficar onde se está». Este artigo parte de uma situação em que não se prepararam quaisquer planos de evacuação e em que a sobrevivência e a recuperação se baseiam em medidas de protecção realizadas no perímetro da cidade.

Uma Avaliação para a Defesa Civil

Antes de se poder avaliar o tipo de ataque e os efeitos prováveis de uma acção agressiva, é necessário olhar para o plano da grande cidade em causa para se decidir dos possíveis alvos, dos pontos-chave de controle e comunicações, dos serviços essenciais e das áreas mais densamente povoadas. Estas últimas são importantes pelo

facto de na maior parte das cidades a população aumentar consideravelmente durante as horas de trabalho e diminuir quando este termina, dado que muita gente vive nos arredores e trabalha na cidade.

O Apêndice A mostra um plano de conjunto de uma grande cidade média e indica as áreas-chave e os elementos essenciais para os preparativos da Defesa Civil, explicitados na legenda.

Problemas de uma Situação de Ataque

Para que os Responsáveis do Plano da Cidade possam tomar medidas de Defesa Civil, é preciso assentar no tipo de ataque previsível e nos seus possíveis efeitos. Essa avaliação será, em consequência, a base dos Planos de Defesa Civil e dos preparativos necessários.

Tipos de Ataque

Segundo as hipóteses correntes de planeamento estratégico, os preparativos devem ser feitos para um ataque convencional, quer dizer, armas altamente explosivas ou incendiárias com uma grande precisão potencial num número limitado de alvos. No pior dos casos, seguir-se-ia um ataque nuclear estratégico.

Em termos de Defesa Civil, os preparativos que tenham em conta os efeitos de um ataque serão muito maiores para o caso de serem utilizadas ogivas nucleares do que para o caso de um ataque convencional a alvos limitados. Em termos de medidas a tomar, os princípios são os mesmos. A diferença está na amplitude.

Efeitos de um Ataque sobre uma Cidade

Um dos problemas iniciais mais importantes a ter em conta no período posterior ao ataque é o das baixas resultantes de um ataque, quer convencional quer nuclear, o mesmo é dizer que salvar vidas torna-se a principal prioridade. Os planos devem, por isso, prever feridos graves soterrados nos destroços, o que envolve equipas de salvamento treinadas nesse tipo de acção e apoiadas por um Serviço de Emergência Ambulatório e de Primeiros-Socorros, que forneça um tratamento inicial antes da evacuação para os Centros de Tratamento e para os Hospitais. Deve dizer-se que no caso de um ataque nuclear esta operação teria necessariamente de ser de curta duração devido aos riscos de radioactividade. Tem de haver preparativos semelhantes para evacuar feridos graves não soterrados.

Haverá, além disso, um considerável número de pessoas com ferimentos ligeiros, em estado de choque ou de exaustão que terão de ser tratadas pela comunidade ao nível local ou de rua.

Ruptura do Controle Administrativo

Todas as grandes cidades têm vários níveis de governo local e municipal que, em termos genéricos, incluem a sede camarária e um segundo nível de repartições locais. Um ataque sobre a cidade cortará as comunicações entre estes níveis e algumas zonas intensamente atingidas teriam de agir sem qualquer contacto devido às ruas bloqueadas e aos destroços. Os planos devem, por isso, prever esta eventualidade.

Comunicações

A vida de uma cidade e a organização dos seus serviços públicos depende em larga medida das comunicações entre os dois níveis já referidos. Decerto que um ataque as romperia e dessa forma os planos têm de ser feitos de modo a que as autoridades municipais agissem por si sós.

Serviços Essenciais

Mencionei na introdução deste artigo os serviços vitais e essenciais de qualquer cidade e que os sistemas de distribuição que os proporcionam estão geralmente concentrados numa área relativamente pequena. Entre eles incluem-se os abastecimentos de água, electricidade, gás, rede de esgotos e de drenagem e abastecimento alimentar. Os pontos-chave e de ligação destes serviços podem ser danificados e os próprios serviços ficar interrompidos. Daí que seja preciso fazer preparativos de sistemas alternativos e improvisados.

Tráfego Rodoviário

A densidade da propriedade que referi na Introdução significa que está mais sujeita a danos de ataques convencionais ou nucleares do que as casas e edifícios dispersos das áreas rurais. Se os estragos forem de ordem a provocar a destruição das casas, a situação criada pelo bloqueio de estradas e pontos-chave pelos destroços será extensiva e decerto será impossível durante um certo período o acesso a várias partes da cidade.

Além disso, a chuva radioactiva resultante do uso de armas nucleares interditará o movimento a pé ou de veículos dada a necessidade de sobrevivência, de permanência nos abrigos que garantam protecção contra os particularmente perigosos raios gama. Pode assim dizer-se que nos momentos iniciais, depois de um ataque convencional e especialmente nuclear, as deslocações serão muito limitadas ou cessarão em absoluto. Os planos e preparativos para esta situação devem concentrar-se na criação de abrigos locais auto-suficientes por uns dias ou talvez semanas.

O Problema dos Desalojados

Os danos causados à cidade e particularmente às habitações provocarão um grave problema: os desalojados. A sua resolução envolverá providenciar acomodação e abrigo temporário àqueles cujas casas ficaram inabitáveis. Estes problemas são consideráveis. Na eventualidade de um ataque forte, poderá não haver outra solução que a de evacuar sectores da cidade para áreas de acomodação e recepção fora dos seus limites. Para isso, os planos devem incluir a indicação de edifícios apropriados para Centros de Repouso antes do esquema de requisição ou acomodação temporária, que deve ser preparado desde logo.

Lei e Ordem Pública

A quebra dos sistemas de comunicação e a conseqüente falta de informação aos habitantes da cidade poderá conduzir a uma ruptura potencial na legalidade e na ordem pública, motivada pelas necessidades de sobrevivência dos indivíduos e dos grupos mesmo à custa das comunidades em conjunto. Nestas circunstâncias, a Polícia e outros Serviços de Emergência serão alargados ao máximo e poderá ser necessário recorrer à autodisciplina de grupo e das comunicações assente no princípio básico de que tudo deve ser feito para o máximo bem da comunidade e não do indivíduo. Numa grande cidade, a Organização de Rua ou Comunidade é obviamente de vital importância no âmbito da Defesa Civil.

Combustível

É óbvio que ocorrerão danos em depósitos de combustíveis, em bombas de gasolina e noutros reservatórios de combustível. Haverá inicialmente uma considerável falta de combustível e, no período posterior ao ataque, Centrais de Energia, fábricas, aviões, barcos e todos os outros meios de transporte terão necessariamente de funcionar segundo um sistema de prioridades e, nalguns casos, ficarão impossibilitados de cumprir qualquer serviço que seja. Terão de ser planeados esquemas de prioridades com base nas informações recolhidas quanto a stocks e fornecimentos de combustível.

Comida

Em tempo de paz, o abastecimento e distribuição de comida a uma grande cidade é basicamente organizado através da cadeia de grossistas e de retalhistas, abastecendo directamente o público.

Na previsão de um ataque, é natural que o público esvazie as lojas e que os grossistas não recebem fornecimento dos seus abastecedores habituais e dos fabricantes.

Desta forma, uma grande cidade terá de viver durante uns dias após um ataque com os abastecimentos de comida feitos pelas donas-de-casa até à data em que o fabrico normal e o sistema de distribuição possa funcionar de novo.

São estas as circunstâncias prováveis depois de um ataque e a questão que se deve ter agora em conta é a forma de nos prepararmos para esta larga gama de problemas de modo a que não só a população da grande cidade sobreviva e se recomponha como se possa restaurar uma relativa normalidade.

Planos para a Defesa Civil de uma Cidade

Todos os planos e preparativos de Defesa Civil se devem basear em certos princípios que se podem resumir desta forma:

— Dado que o período de aviso de um ataque é muito curto, caso de dias, os planos devem ser preparados logo, bastante antes de uma crise deste tipo ocorrer;

— Deve ser nomeado em tempo de paz um controlador ou coordenador da Defesa Civil da Cidade em tempo de guerra, geralmente o funcionário superior do Governo Local ou Municipal da Cidade;

— Devem ser levados a cabo esquemas de familiarização e treino para oficiais em postos-chave de modo a fornecer-lhes os ensinamentos e a prática dos deveres da Defesa Civil, devendo este treino ser contínuo para garantir um núcleo efectivo de pessoal treinado;

— Deve ser estabelecida em tempo de paz uma organização comunitária de Defesa Civil que cubra todas as zonas da cidade e que receba treino para a sobrevivência nas circunstâncias descritas.

Além disso, presume-se que haveria estádios de prontidão estabelecidos pelo departamento governamental responsável pela Defesa Civil de forma a tornar possível que os planos preparados possam ser postos em prática num curto espaço de tempo antes que um ataque real ocorra. A base desses estádios seria:

— **Inspecção Prévia** — Período de alerta que poderia ser tão curto como 48 horas em que teria de haver a possibilidade de «varrer o pó» aos planos já preparados e verificar se haveria pessoal disponível para levar a cabo as medidas de Defesa Civil anteriormente previstas.

— **Medidas Preparatórias** — Um período preparatório não inferior a 1 ou 2 dias em que os oficiais e pessoal chave seriam coadjuvados nas tarefas da Defesa Civil e libertados de todas as outras funções. Nem é necessário dizer que deveria ter havido treino para pessoal suficiente de forma a pôr em prática esta fase de preparação, de alerta.

— **Activação** — Um período de completa activação em que todas as autoridades e organizações poriam em prática medidas urgentes para enfrentar verdadeiramente o ataque. Isso significaria na prática a total concretização dos planos anteriormente preparados sob a supervisão geral e a direcção do controlador ou coordenador da cidade.

Preparativos

Já foi realçada a necessidade de se preparar planos e devemos agora entrar com mais detalhe no seu conteúdo.

Primeiro. Comando, Controle e Administração. É a base em que assenta a sobrevivência e a recuperação da cidade pós-ataque, devendo incluir listas de nomeações para a Defesa Civil que cubram todos os níveis administrativos da cidade, a escolha de sedes construídas para esse efeito ou previamente atribuídas à Defesa Civil. Deveriam, além disso, incluir-se nestes planos pormenores relativos à cadeia de comando e aos procedimentos de emergência.

Segundo. Plano de Comunicação. Deveria incluir diagramas dos sistemas de comunicações internas e externas em conjunto com o auxílio de organizações de rádio-amadores e detalhes relativos ao equipamento, postos de transmissão e tudo quanto é necessário para fazer funcionar o sistema num período pós-ataque.

Terceiro. Plano de Informação. Uma das tarefas primordiais deveria ser a criação de um Serviço de Informação de Emergência preparado para alcançar toda a gente no perímetro da cidade. Este plano deveria conter detalhes relativos à organização da distribuição de folhas volantes informando onde se pode obter assistência, conselhos gerais e de orientação do público, assim como sobre os meios de manter e restaurar as comunicações. Envolverá o estabelecimento de Centros de Informações Locais, abrangendo toda a área da cidade.

Quarto. Controle dos Alimentos, Distribuição e Alimentação de Emergência. A água e a comida são os bens essenciais à existência, devendo por isso ser preparados planos para o caso de uma quebra completa ou uma ruptura no sistema de distribuição de comida pelos produtores ou outras fontes. A conservação das restantes fontes alimentares é vital e o plano deveria incluir elementos sobre a dieta básica com um mínimo de 1600 calorias por pessoa e por dia, em conjunto com os meios de se construir equipamento do estilo cozinhas de campanha. Deveriam preparar-se sistemas de racionamento, a ser concretizados por decisão do Controlador e do Chefe do Abastecimento de Emergência.

Quinto. Cuidados com os Desalojados. Ao tornarem as casas inabitáveis, os danos provocados por um ataque podem originar um grave problema de alojamento, obrigando ao planeamento de alo-

jamento temporário, como Centros de Repouso, e à preparação do quadro de pessoal e administração e com um Plano de Requisição para o período de reparação dos edifícios ou de construção de novas casas. Deveria ser desde já nomeado o Director do Plano de Alojamento, o que, provavelmente, necessitaria de subdirectores de zona com responsabilidades específicas em determinada parte da cidade.

Sexto. Salvamento e Plano de Desobstrução. Salvar vidas após um ataque convencional em alvos limitados é de importância vital. Um dos principais problemas seria dispor de um eficiente serviço de salvamento de feridos soterrados sob os escombros. É em tempo de paz que se deve preparar, planear e treinar este serviço, que pode ser efectuado pelos Bombeiros ou numa base voluntária. Este trabalho precisa de treino próprio. A remoção dos destroços e a desobstrução das estradas bloqueadas fazem igualmente parte deste serviço, pelo que quer o equipamento quer o pessoal têm de ser escolhidos e treinados para levar a cabo esta operação vital. O plano indicaria as responsabilidades específicas; os exercícios práticos para testar as providências tomadas deviam ter lugar em tempo de paz.

Sétimo. Obras e Reparações. O rescaldo de um ataque a uma cidade provocará igualmente graves problemas não só no que respeita à manutenção de serviços essenciais mas também à reparação dos edifícios existentes, pelo que um dos aspectos de qualquer Plano de Obras e Reconstrução seria a execução de um programa de reconstrução. O conteúdo básico deste Plano seria a organização de um Serviço de Obras de Emergência.

Oitavo. Requisição de Edifícios. A maior parte dos Planos referidos obrigará ao uso de edifícios localizados no interior da cidade para fins de Defesa Civil, o que exige planos de requisição desses edifícios se se verificar uma ameaça ou um ataque. Isto também implica a requisição de transportes, equipamentos, propriedade e um regulamento que permita pôr em prática um esquema de requisição de alojamento. Deve tratar-se desde já das provisões legais para um Plano de Requisição e também das indemnizações ou compensações, o que necessita de uma preparação cuidadosa.

Planos para os Serviços Essenciais. Estes planos abrangem as organizações sob controle directo das autoridades municipais, mas, em conjunção e em estreita ligação com a cidade e seu Controlador e Coordenador, outros serviços essenciais, tais como a água, os correios, a electricidade e o gás deveriam ir preparando os seus próprios planos como parte de toda a operação preparatória. Isto incluiu as autoridades hospitalares e da Saúde, à parte da evacuação de feridos, que também incluiria providências de saúde, higiene e sanitárias.

Ordem e Segurança. As forças armadas localizadas no perímetro da cidade ou, em alguns casos, no seu exterior, têm um papel pri-

mordial no auxílio à Polícia e às autoridades da cidade na manutenção da ordem e da segurança e também no auxílio a eventuais evacuações. Deveria haver reuniões entre o Exército e outros serviços, assim como com a Polícia e os Bombeiros para que o Coordenador e Controlador dispusesse do total apoio e da acção dos serviços profissionais na cidade. É importante que o Coordenador e Controlador seja aceite como o elemento número um dos preparativos, e no caso de ser necessário, do conjunto de operações da Defesa Civil em cada uma das grandes cidades.

O Plano de Defesa Civil da Grande Cidade — O Produto Final

Veremos agora que preparar um Plano de Defesa Civil de uma Grande Cidade é uma empresa essencial que tem de cobrir imensos serviços essenciais para a sobrevivência e recuperação, sendo aconselhável que este Produto Final seja alcançado com base em todos os Planos num Livro de Emergência de Guerra, em formato de dossier, que permita a introdução fácil das emendas e alterações, à medida que vão sendo feitas.

Treino e Familiarização

Já se disse — e a experiência justificadamente o provou — que os planos e preparativos no papel só têm valor se forem testados e experimentados. Nunca é demais insistir na necessidade de treino para pôr em prática os Planos de Defesa Civil previamente estabelecidos.

Os programas de treino exigem uma base que permita alíneas detalhadas. A experiência provou que a produção de um opúsculo/ /manual de notas operacionais de Defesa Civil é um método excelente de formulação de um programa de treino. Este livro deveria cobrir não só as tarefas de Defesa Civil dos Departamentos de Cidade mas também as de todos os Serviços Camarários, a indicação, estabelecimento e detalhes de equipamento, os edifícios escolhidos para Centros de Controle, cartões de identificação da Defesa Civil para oficiais-chave e um efectivo de Defesa Civil para a Cidade, juntamente com elementos de acções de emergência, que seriam provavelmente procedimentos de tempo de paz simplificados.

Os programas de treino exigirão oficiais especializados para os organizar e implementar, sendo necessário que a cidade, em conjunto ou não com o Governo, forneça os recursos que tornem possível realizá-los.

Conclusão

As autoridades municipais que elaboraram um livro de Defesa Civil para a Emergência de Guerra incluindo os planos e preparativos

referidos neste artigo, demoraram uma série de anos para o completar, e, mesmo quando isso foi feito, resta ainda o programa de teste e treino tanto do pessoal-chave como dos próprios planos, e a actualização de tudo isso.

É, pois, necessário a qualquer grande cidade nomear um especialista no cargo de Chefe do Plano de Emergência e o pessoal apropriado para levar para a frente todo este projecto sob o controle directo do Controlador ou Coordenador nomeado.

Os Planos e os preparativos envolvidos na Defesa Civil de uma grande cidade são uma tarefa considerável para todos, sendo aconselhável constituir um Comité Especial da Cidade para orientar os progressos e que receba informação sobre os preparativos que se vão fazendo.

APÊNDICE A

A defesa civil de uma grande cidade: Liverpool (população: 576 600)



Legenda

- | | |
|-----------------------------|------------------------|
| 1. Royal Liver | Abrigo público |
| 2. Hospital | Hospital |
| 3. Estádio | Abrigo de mercadorias |
| 4. Escola Politécnica | Centro de repouso |
| 5. Paços do Concelho | Controle da Cidade |
| 6. Serviços Municipais | Centro de repouso |
| 7. Museu | Centro de repouso |
| 8. Terminal de autocarros | Abrigo de mercadorias |
| 9. Correios | Centro de comunicações |
| 10. Parque de Autocarros | Abrigo de mercadorias |
| 11. Escola | Centro de alimentação |
| 12. Estação | Armazém de Transportes |
| 13. Teatro | Abrigo público |
| 14. Cinema | Abrigo público |
| 15. Instalações da «Cunard» | Abrigo público |
| 16. Administração do porto | Abrigo público |

F. SAGER

A ABORDAGEM SUÍÇA DO PROBLEMA

Informar-vos sobre a defesa civil na Suíça pode ter aqui interesse por duas razões principais:

- O modelo suíço de defesa civil diz respeito à protecção da população de um país densamente povoado, situado na Europa Central, e com numerosas cidades.
- o modelo suíço não existe apenas no papel, foi parcialmente posto em prática.

Infelizmente, o tempo é demasiado curto para tratar deste assunto, relativamente complexo, em grande detalhe. Peço, portanto, desculpa por muitas simplificações na minha comunicação.

Antes de entrar verdadeiramente na exposição do tema, gostaria de vos dar algumas informações acerca das condições psicológicas particulares existentes na Suíça.

Os problemas de defesa são sempre discutidos abertamente por toda a população. A experiência histórica deu à população a convicção de que a discussão é útil. Quase todos os homens cumprem serviço uma vez no nosso exército miliciano e estão, portanto, familiarizados com os problemas de defesa.

Nos últimos 50 anos, cresceu no nosso país a ideia de que uma defesa activa não é suficiente por si. Os efeitos das armas põem cada vez mais em perigo o **hinterland** e a população civil. Esta corre ainda mais perigo que o exército. Quanto mais o tempo passa, mais nos convencemos de que exército e defesa civil devem marchar lado a lado. Mantenham presente, por favor, esta mentalidade básica durante a minha explicação posterior.

Gostaria agora de vos dar:

- uma pequena resenha sobre o desenvolvimento da defesa civil na Suíça;
- alguns tópicos acerca da origem, conteúdo e possibilidades da nossa actual base constitucional e legal;
- uma ideia sobre a origem e os principais aspectos do nosso conceito de defesa civil;
- finalmente, a descrição de uma cidade suíça protegida.

Recuemos até ao princípio dos anos '50, ou seja, para os anos de 1950-51. Perante o impacto da Guerra da Coreia, o governo e o parlamento tomaram então uma importante decisão: construção de abrigos em todas as comunidades com mais de mil habitantes, quer dizer, a lei tornou compulsiva a construção de abrigos em todos os novos edifícios. A este respeito, dois factos são importantes:

- foram tomadas primeiro medidas estruturais concretas;
- o governo pagou subsídios consideráveis para a construção desses abrigos.

O conceito das nossas primeiras medidas de protecção era muito simples, não tendo sido considerado o perigo nuclear. Os abrigos tinham que proteger contra o choque de armas convencionais, estilhaços e desmoronamento, sendo semelhantes aos abrigos da Segunda Guerra Mundial. Havia, contudo, uma diferença fundamental: os abrigos estavam situados sob modernos edifícios, quase todos subterrâneos. Todos estes edifícios tinham tectos de betão reforçado, com uma espessura de 10 a 15 cm, e paredes exteriores maciças. Habitualmente, situavam-se em subúrbios modernos, com grandes intervalos.

No final dos anos '50, a nossa filosofia de protecção foi abalada pelo conhecimento de que ambos os campos, Este e Oeste, tinham armas nucleares. O possível uso dessas armas para a destruição massiva tinha de ser tomado em consideração realisticamente.

Em 1962 — e permitam-me recordar a crise cubana de Outubro de 1962 — a defesa civil foi formalmente consagrada na nossa constituição. Declarou-se que a protecção da população civil faz parte da defesa nacional. Nesta base, foram aprovadas novas leis que constituem os fundamentos da nossa defesa civil até à actualidade:

- Manteve-se a construção de abrigos em todos os nossos edifícios, casas privadas, fábricas, escolas, etc. Os subsídios estatais aumentaram, prevendo-se correctamente que os abrigos se tornariam mais complicados com vista aos efeitos das armas nucleares;
- As autarquias têm de construir abrigos públicos onde quer que não possam ser feitos abrigos privados. Também estes abrigos são subsidiados pelo Governo.

Assim, criámos uma base para garantir um lugar num abrigo para cada habitante, na sua casa ou nas vizinhanças. Através deste

sistema, excluiu-se o princípio da evacuação das cidades. No entanto, as leis não se ficaram por aí:

- o serviço de defesa civil para cada homem, entre os 20 e 60 anos, que não esteja ou já não esteja alistado nas forças armadas, foi tornado obrigatório;
- as comunidades foram declaradas principais suportes da defesa civil. Cada uma tem que formar uma organização de DC, constituída por todos os homens a cumprir o serviço DC. Cada organização comunal de DC tem de instituir uma protecção estrutural especial: postos de comando e médicos protegidos, etc.

Continuava, entretanto, a faltar um elemento muito importante: uma concepção ampla que explicasse e decidisse de que modo os novos instrumentos legais deveriam ser formulados e utilizados.

Por outras palavras:

- que «peso» deve ter o sector estrutural de protecção?
- quais são as principais tarefas a preencher pela organização de defesa civil de uma comunidade ou cidade?

Estes problemas são igualmente importantes à luz dos nossos debates. Por esse motivo, explicá-los-ei mais em detalhe. Actuámos da seguinte forma:

Todos os possíveis cenários de guerra foram projectados em todas as áreas povoadas típicas do país, prevendo-se todo o tipo de ataques nucleares, armas convencionais modernas e guerra química. Em todos estes cenários, variaram os parâmetros de protecção. Por exemplo:

- população completamente desprotegida sem organização de defesa civil;
- população parcialmente protegida nas suas próprias casas, dispondo de uma organização de DC;
- população em abrigos de diferentes graus de protecção e com diferentes tipos de organização.

Fizemos, para todas estas situações, estimativas de perdas (mortos e feridos). Comparámos as baixas no caso de não haver quaisquer medidas de protecção com as baixas em diferentes tipos de medidas de protecção. O nosso objectivo era encontrar o sistema com a máxima redução de perdas e o mínimo de gastos, isto é, a optimização de todo o sistema de protecção.

Os resultados são evidentes e claros, e, apesar de adaptados à Suíça e às suas condições típicas, podem ser parcialmente projectados para outros países europeus. Representam as traves-mestras

e as prioridades que determinam hoje a defesa civil suíça, em especial nas cidades. Mencionarei apenas as mais importantes:

- O resultado, que é, na nossa opinião, válido em todo o lado, mostra claramente que só abrigos para toda a população podem diminuir as perdas até um nível tolerável. A protecção preventiva de toda a população em abrigos é muito mais efectiva do que qualquer esforço posterior de salvamento e tratamento;
- O efeito de protecção, ou, como nós lhe chamamos, o grau da protecção de um abrigo, pode ser escolhido de diferentes maneiras. Abrigos caseiros nas caves de edificios modernos representam, sem dúvida, uma solução óptima, desde que preencham os seguintes requisitos técnicos:
 - as paredes do abrigo têm de ser suficientemente fortes e sólidas para resistirem à sobrepressão dinâmica de uma arma nuclear à distância de 1 bar;
 - as paredes de um tal abrigo têm também de ser suficientemente sólidas para diminuírem a principal radiação gama e neutrónica à distância de 1 bar até um valor total absorvido não superior a 100 rem. Ambos os requisitos podem ser preenchidos por uma cave normal de um edificio moderno;
 - o abrigo tem de ser equipado com ventilação de modo a que seja possível uma permanência durante uma ou duas semanas devido a radioactividade ou gás.
 - Este sistema de protecção só funciona completamente, no entanto, se houver uma efectiva organização dirigente, completada por elementos de serviço médico e de salvamento. Deste modo, é da maior importância que os ocupantes dos abrigos sejam directamente levados para e tratados nos abrigos;
 - outro elemento absolutamente necessário é fornecer desde já uma informação frequente e correcta de toda a população sobre os seguintes assuntos:
 - o tipo de riscos;
 - os efeitos potenciais das armas e a sua importância;
 - as medidas de protecção possíveis e a sua utilidade;
 - as etapas de protecção já tomadas ou em preparação.

Permitam-me que vos diga, para finalizar, como ficará uma cidade suíça média, de acordo com os princípios mencionados e as nossas possibilidades legais no que respeita à sua situação de defesa civil. Ao mesmo tempo, gostaria de acentuar que este objectivo ainda não foi conseguido em todo o país. O mais importante é ver correctamente as prioridades:

- primeiro, a construção de abrigos. Tempo perdido neste sector jamais poderá ser recuperado;
- segundo, a construção sucessiva e aperfeiçoamento de uma efectiva organização de quadros.

Tomemos como exemplo uma cidade modelo de 100 a 200 mil habitantes. Regra geral, terá um centro histórico rodeado por áreas com edifícios antigos datando do século XIX e dos inícios do século XX. Hoje em dia, em ambas as áreas há poucos apartamentos e muitos escritórios e lojas. Adjacentes a este grupo, ficam os bairros residenciais, constituídos especialmente por casas de habitação construídas nos anos do pós-guerra. Estes edifícios são quase todos bastante maciços e têm amplos intervalos entre si.

- A nossa cidade dispõe de abrigos modernos em número suficiente onde todos os habitantes podem encontrar um lugar.

Cerca de 80 % de toda a população tem um lugar no seu próprio abrigo caseiro. Deste modo, a ocupação do abrigo reduz-se ao mais curto caminho de acesso e é possível o uso óptimo da infra-estrutura da casa pelos habitantes da mesma.

Cerca de 20 % da população ocupa abrigos públicos que na maior parte dos casos se situam em garagens de automóveis subterrâneas. Em média, a distância entre a casa e o parque não excede 1 km.

- Todos os habitantes da cidade sabem onde se situa o seu abrigo.
- Cada abrigo tem um chefe capaz e treinado que conhece os efeitos mais importantes das armas e tudo o que se refere ao equipamento do seu abrigo e está igualmente treinado no tratamento das pessoas e na sua condução. Em caso de ocupação, todos os abrigos são providos de reservas de água para 5 ou 6 dias, isto é, cerca de 4 litros por pessoa por dia, retretes químicas e ainda comida apropriada para ser utilizada fria.
- A cidade dispõe de um posto de comando central de protecção e — de acordo com o seu tamanho — de vários postos de comando mais pequenos nos bairros. Esses postos de comando têm um grau de protecção de 3 bar. São equipados com o seu próprio gerador diesel de emergência e reservas de água e de comida de modo a funcionarem independentemente do exterior durante pelo menos 2 semanas. Estão ligados por uma rede de rádio EMP especial protegido com a sua direcção superior e entre si, mas também com os abrigos da população.

- Esses postos de comando são ocupados por pessoal capaz e bem treinado, cuas principais tarefas são:
- apreciação constante da ameaça potencial e da situação dos estragos de toda a área municipal (radiação, contaminação, desmoronamentos, fogos, etc.);
- contacto permanente com os chefes de abrigo nos abrigos da população e instruções sobre o comportamento e atitudes;
- planeamento de salvação, acções de desradiação e descontaminação; coordenação do serviço médico.
- A cidade dispõe de várias unidades especiais treinadas e equipadas com material especial adaptado. Tais unidades, em conjunto com o seu material, são instaladas em abrigos especiais, os quais devem situar-se nos pontos focais das áreas de abrigo.
- A cidade dispõe igualmente de uma rede de postos médicos ou de primeiros socorros protegidos, um por cada cinco mil habitantes, dispersos por toda a área urbana. Estes postos são chefiados por um médico (melhor solução: pelo clínico geral da área urbana considerada). Substituem as práticas médicas normais.

Além disso, a cidade dispõe de postos de primeiros socorros protegidos, um por cada 20 mil habitantes, contendo 130 a 150 camas. Também estes postos se dispersam por toda a área urbana e têm um grau de protecção de 3 bar. Têm os seus próprios geradores **diesel** de emergência e abastecimento de água e comida, sendo equipados para levarem a cabo uma cirurgia não muito complicada e dirigidos por vários médicos e pessoal especializado.

Poderia ainda falar da importância dos hospitais neste sistema. No entanto, receio que isso ultrapassaria o meu tempo. Sublinharia ainda mais uma vez que o sistema que vos descrevi só funcionará se tiver sido desenvolvido e posto de pé pela sequência de prioridades mencionada. Isto significa que as medidas que mencionei ao princípio — abrigos para a população e postos de comando com um pessoal capacitado — são as mais efectivas. Isto é a profilaxia.

Todas as outras medidas são decerto, na nossa opinião, úteis e desejáveis, mas, no âmbito de um cenário de guerra nuclear, nunca darão um contributo decisivo. O mesmo se pode dizer para outros tipos de perigos e ameaças por armas convencionais, especialmente no caso das modernas armas químicas.

Com estas notas finais, cheguei ao fim da minha comunicação. Espero ter-vos dado um quadro suficientemente claro do modo como nós, na Suíça, encaramos uma defesa civil moderna, e em especial uma protecção efectiva das nossas cidades.

Conclusões

NEM SÓ DE ARMAS VIVE A ESTRATÉGIA

Apresentar as conclusões de uma conferência como a que o Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais realizou, este ano subordinada ao tema «A Segurança Europeia e a Defesa Civil das Grandes Cidades», é tarefa difícil pois ela foi essencialmente virada para o debate de ideias, constituindo um fórum onde diferentes opiniões e posições se confrontaram. Daqui resulta necessariamente que ao apresentar as conclusões o faço de um ponto de vista pessoal, expondo aquilo que, em suma, me parece mais importante extrair desta conferência.

A lição fundamental, que julgo estar presente em quanto foi expresso pela grande parte dos oradores, é que a abertura de espírito, a recusa de visões partidárias demasiado estreitas, a capacidade para enfrentar os problemas do mundo contemporâneo de uma maneira realista, a necessidade de uma reflexão profunda sobre a situação internacional, radicalmente diferente do que era na altura da crise de Cuba, quando a força de dissuasão nuclear americana resolvia por si só as grandes tensões, é condição primeira para preservar a paz e fazer gorar os planos dos que visam perturbá-la.

A teimosia no apego a pressupostos ultrapassados, a recusa em analisar a realidade concreta porque os resultados seriam diversos dos que gostaríamos de obter, o recurso ao **slogan** fácil e a incapacidade de compreender que para lá da propaganda existe uma realidade em constante movimento que com ela se não compadece, é condenar-se a acontecer o Irão e ficar-se de boca aberta, ou vir o Verão quente de 1975 em Portugal e dizer-se que tudo está perdido para a democracia. Em suma, é correr o risco de ver um dia as decisões dos Estados ocidentais, particularmente dos europeus, dependentes dos ditames dos soviéticos, sem se entender como foi possível chegar a isso.

Para lá destas considerações gerais, parece-me de interesse, de tudo quanto foi discutido na conferência, abordar quatro pontos principais.

1. As relações transatlânticas e a necessidade de compromisso numa aliança

O principal problema que se põe à defesa do Ocidente não é tanto o poderio militar soviético, facilmente à mercê do poderio industrial e tecnológico do mundo ocidental (Europa Ocidental, Estados Unidos, Canadá, Japão), mas as dificuldades e obstáculos à concertação e coordenação das diferentes políticas nomeadamente as divergências entre os Estados Unidos e a Europa Ocidental. Divergências estas que são fruto dos vaivéns da política americana nos últimos anos e do apego de vários dirigentes europeus a um desanuviamento sem princípios e substancialmente imposto pela parte contrária, avivadas e avolumadas por uma hábil política de agravamento das clivagens entre a Europa e os EUA desenvolvida pelos estrategas soviéticos.

A Europa Ocidental, apesar do enorme poderio industrial que representa, não toma as medidas necessárias para poder garantir a sua defesa. Os governantes dos países europeus não estão na disposição de atribuir à defesa as dotações orçamentais que eventualmente lhes permitiriam, em conjunto, passar sem a protecção americana. Nada leva a crer que a presente disposição se altere, pelo que isso poderia representar em termos da diminuição das regalias sociais dos europeus.

Mas, por outro lado, como o demonstram o relatório do Departamento de Defesa americano (conhecido por «relatório Weinberger») e a última edição do **Military Balance**, publicado pelo Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, a União Soviética não tem abrandado, bem pelo contrário, o seu esforço de armamento, sobretudo no que se refere às armas ofensivas, nem deixou de ameaçar militarmente a Europa Ocidental. A mais perturbadora conclusão destas publicações é, precisamente, o aumento considerável da ameaça nuclear sobre a Europa Ocidental. No tocante às armas nucleares de teatro, capazes de atingir a Europa Ocidental a partir da União Soviética e da Europa de Leste, e vice-versa, a desproporção é de 1 para 3, evidentemente favorável à União Soviética. O armamento soviético apontado contra a Europa inclui 175 mísseis SS-20, cada um deles equipado com três ogivas nucleares. E estão em construção mais 65 mísseis SS-20.

Do lado ocidental, a modernização das armas nucleares de teatro — para repor o equilíbrio —, com a instalação de mísseis **cruise** e Pershing II, que deveria ter lugar em 1983 caso os soviéticos não desmantelassem os SS-20, decisão tomada em Dezembro de 1979 (sob proposta europeia e não americana, como agora é sugerido), está comprometida na Bélgica e na Holanda e causou perturbação noutros países e controvérsia no seio da Aliança.

A Europa Ocidental continua a ter de abrigar-se sob o guarda-chuva nuclear americano e a depender das tropas americanas na frente europeia para assegurar a sua capacidade de decisão política autónoma perante a chantagem nuclear soviética. Este dado terá necessariamente de pesar nas decisões dos dirigentes políticos europeus. Ao quererem, como querem, aliar-se aos Estados Unidos, e também ao Japão, ao Canadá ou a outros países, os governos da Europa Ocidental devem estar na disposição de fazer compromissos e cooperar. Não há aliança em que cada uma das partes possa pensar que os seus interesses e a sua vontade serão integralmente aceites pela outra parte. A participação numa aliança impõe determinadas regras do jogo que, por exemplo na reacção europeia à invasão do Afeganistão, não foram respeitadas (recorde-se o encontro de Giscard d'Estaing com Brejnev em Varsóvia).

O crescimento do neutralismo na Europa poderá estar a contribuir para o isolacionismo americano, considerando que os EUA podem sobreviver na sua quase ilha, prescindindo do velho continente, ao passo que o inverso não é naturalmente verdadeiro. E os europeus não podem criticar os Estados Unidos por demasiado fracos e por não estarem a rearmar-se convenientemente (com Carter), para depois virem criticá-los por estarem a rearmar-se (com Reagan).

Os EUA, por seu lado, têm de compreender e tomar em consideração as realidades da política europeia, a diversidade da sua opinião pública, e não podem proceder como se «unidade» fosse sinónimo de «uniformidade». Em suma, como afirmou Joseph Godson na sua intervenção, **«os americanos têm de reconhecer a diversidade da Europa e os europeus têm de provar que possuem o sentido das responsabilidades e estão dispostos a partilhá-las».**

No entanto, sendo embora preciso inovar, e foi esse o sentido da intervenção de Daniel McMichael, o balanço das relações transatlânticas é positivo. Afirmou-o Jonathan Alford, salientando que à NATO se deve em larga medida a paz que se vive na Europa desde a Segunda Guerra, e que **«o objecto da NATO é afinal a constante conciliação da liberdade nacional com um objectivo comum — tal como, em qualquer democracia, o processo político é a conciliação da liberdade individual com as restrições que lhe são impostas pelo bem comum».** E neste ponto Van Campen, director do Gabinete do Secretário-Geral da NATO, esteve de acordo com ele.

2. Batalha das armas, batalha das ideias

No carácter democrático da sociedade em que vivemos, e em que vivem os nossos aliados, no debate de ideias que lhe é inerente, reside a nossa força. Mas, apesar de esta consideração ser inúmeras vezes repetida (e nem por isso menos verdadeira), o terreno da luta de ideias é com demasiada frequência abandonado aos inimigos da

democracia. Que a nossa força não se transforme na nossa fraqueza, foi uma preocupação constante ao longo dos três dias da conferência.

O reforço do armamento nuclear ou convencional, o esforço de defesa militar, não é incompatível com o tomar em consideração a opinião pública ou a dimensão social da estratégia. Admitindo por exemplo que existe a capacidade para os países europeus se defenderem dos SS-20 ou de qualquer ameaça militar, isso pouco significa se não prosseguirem uma política ofensiva nos mais diversos domínios da vida social, satisfazendo a vontade de progresso e a fome de ideais das gerações que povoam a Europa e não viveram a Segunda Guerra. Gerações que querem defender-se desde que devidamente esclarecidas, como ficou provado no inquérito de opinião apresentado por Nuno Torres.

No que diz respeito a esta matéria os campos extremam-se muitas vezes entre os que querem mais armas e descuram outros aspectos não menos importantes e os que querem a **détente**, imensamente preocupados com a opinião pública, normalmente incapazes de informar frontalmente a população sobre a gravidade das actuais tensões internacionais e a importância que o reforço do armamento nuclear e convencional ocidental infelizmente tem para preservar a nossa liberdade de decisão, a paz, a democracia.

Várias intervenções feitas durante a conferência focaram a possibilidade e a necessidade de os Estados garantirem a sua capacidade de defesa, conjugada com uma audaz política de desenvolvimento, de apoio ao Terceiro Mundo, de luta pela paz, de recusa do belicismo, de reformas sociais, de combate pela democracia, fazendo reviver os velhos princípios em que se fundamenta a nossa convivência social. Foi aliás esta a razão pela qual a defesa civil constituiu um dos temas desta primeira edição da Conferência Internacional de Lisboa.

A protecção civil e a defesa civil são imprescindíveis para que a população, sentindo-se na medida do possível protegida contra a calamidade da guerra, aumente a sua capacidade para se defender e a sua vontade de o fazer. Na União Soviética, a defesa civil é um factor que aumenta a sua capacidade de convencer o Ocidente da possibilidade de recorrer ao ataque nuclear, tendo parte da sua população protegida em relação ao contra-ataque. O Ocidente aumentaria evidentemente a sua capacidade dissuasora com a generalização da defesa civil.

A preparação séria para a batalha das armas, mostrando claramente a determinação em travá-la quando for necessário, é condição fundamental para impedir a repetição de aventureirismos como o do Afeganistão que podem, por escalada, vir a lançar o mundo nos horrores da guerra nuclear. Mas não basta, como muito bem foi apontado por vários oradores.

No dizer de Lucas Pires, «o desenvolvimento da cultura é a própria essência de civilização da liberdade e é por isso, como já disse, que estamos cada vez mais entre uma hecatombe e um renascimento, e destinados a promover este para evitar aquela.»

A decisão de nos prepararmos para a batalha das armas tem que ser combinada com o travar desde já a batalha das ideias.

3. Consenso nacional em matéria de defesa

Há questões que, por serem vitais para uma nação e corresponderem a interesses permanentes da mesma, podem e devem ser objecto de consenso entre cidadãos de diferentes ideologias e posições político-partidárias. Entre elas está, evidentemente, a defesa da integridade e da unidade territorial do país, tornando-se indispensável criar um consenso nacional no que diz respeito à defesa.

Como foi sublinhado na conferência, é erro grave pensar que só os partidos não socialistas são a favor do reforço da defesa. A demonstrá-lo está o caso da França. Como creio ter ficado provado ao longo dos debates, a política de defesa de François Mitterrand tem até agora feito aumentar o empenhamento da França na defesa da Europa Ocidental e a sua colaboração com a Aliança Atlântica.

Erro grave ainda mais evidente será fazer depender a concordância com determinada decisão em matéria de defesa do facto de ter sido proposta por uma dada força política. Isto não quer de modo algum dizer, pelo contrário, que se ponha de parte a necessidade de um debate franco e aberto entre políticos e especialistas de diferentes tendências, necessidade imperiosa e que constitui a própria razão de ser desta conferência e das que se lhe seguirão.

4. A segurança da Europa não diz exclusivamente respeito aos europeus e aos ocidentais

A segurança europeia não preocupa apenas os países da Europa Ocidental, os EUA, o Japão e outros países desenvolvidos. No chamado Terceiro Mundo, é cada vez maior a compreensão de que uma Europa submissa ou dominada o colocaria muito mais à mercê do dominador. Compreensão esta que não se verifica apenas nos governos que se identificam política ou ideologicamente com as democracias ocidentais, e que na conferência foi manifestada por Zhang Xichang, do Instituto de Relações Internacionais de Pequim, que deixou expressa a ideia de que na Europa Ocidental está a chave da paz mundial.

Sobre esta questão, Leonardo Mathias afirmaria a dado passo da sua intervenção: «A defesa da Europa, em nosso entender, ganhará com o estreitamento das relações com países de outros continentes, procurando estabelecer com eles laços estreitos baseados não em

General Neves Cardoso
Luís Nandin de Carvalho
Coronel Silva Carvalho
Comandante Virgílio de Carvalho
J. Baptista Comprido
António Neiva Correia
Brigadeiro Abel Couto
Brigadeiro Mendes Dias
General Lemos Ferreira
Wilton Fonseca
Pedro de Almeida Freire
Nicolau de Freitas
Jaime Gama
José Bernardino Gomes
Alexandre Patrício Gouveia
Almirante Abílio da Cruz Júnior
Almerindo Lessa
Victor de Sá Machado
General Altino de Magalhães
Leonardo Mathias
José San-Bento Menezes
José Luís Nunes
Tenente-Coronel J. C. Pais
Carlos Pardal
José de Azeredo Perdigão
A. Gomes de Pinho
Nuno Rebelo Vaz Pinto
F. Lucas Pires
Luís Pitta
Victor da Cunha Rêgo
Comandante António Ferraz Sachetti
Brigadeiro Hugo dos Santos
Major Ribeiro da Silva
Maria Idalina Neves de Sousa
João Rocha Silva
Eduardo Cintra Torres
Nuno Cintra Torres
Acácio Trigo
Alvaro Vasconcelos

NOTA SOBRE OS AUTORES

Coronel Jonathan Alford

Reino Unido.

Subdirector do Internacional Institute for Strategic Studies.

Robert Brown

Reino Unido.

Deputado do Partido Trabalhista e antigo ministro do Exército.

General J. J. Neves Cardoso

Portugal.

Presidente do Serviço Nacional de Protecção Civil.

Wg. Cdr. D. C. Charlier

Reino Unido.

Presidente do Instituto de Defesa Civil.

General Robert Close

Bélgica.

Senador.

J. Baptista Comprido

Portugal.

Membro do Conselho Directivo do IEEI.

Jacquelyn Davis

Estados Unidos da América.

Institute for Foreign Policy Analysis.

Joseph Godson

Reino Unido.

Centro de Estudos Estratégicos da Universidade de Georgetown.

Victor Sá Machado

Portugal.

Antigo ministro dos Negócios Estrangeiros. Presidente do Conselho Geral do IEEI.

Tenente-Coronel J. C. Pais
Portugal.
Serviço Nacional de Protecção Civil.

António Gomes de Pinho
Portugal.
Secretário de Estado da Cultura.

Francisco Lucas Pires
Portugal.
Ministro da Cultura e Coordenação Científica.

Fritz Sager
Suíça
Subdirector do Serviço de Protecção Civil.

Jacques Soppelsa
França.
Director do Departamento de Geopolítica da Sorbonne e Delegado Nacional do Partido Socialista.

Nuno Cintra Torres
Portugal.
Director Administrativo do IEEI.

Álvaro Vasconcelos
Portugal.
Director Executivo do IEEI.

Zhang Xichang
República Popular da China.
Instituto de Relações Internacionais.

TESTEMUNHOS DA CONFERÊNCIA

Gostaria (...) de felicitar o Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais pela realização desta Conferência sobre a Segurança Europeia e a Defesa Civil das Grandes Cidades. A categoria e a qualidade dos seus participantes, tantos deles figuras de renome já internacionalmente reconhecido, são testemunho do prestígio que o Instituto alcançou.

Neste momento, quando as questões de segurança na Europa suscitam tão grave preocupação e são motivo de justificada apreensão para os responsáveis pelos destinos políticos do nosso continente, são de encorajar iniciativas como esta, que contribuem para alertar a opinião pública para os riscos que a actual correlação de forças na Europa cria às sociedades democráticas, livres e pluralistas.

Embaixador Leonardo Mathias, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

Esta Conferência, que constitui um enorme enriquecimento para todos os que de mais perto a acompanharam, serviu igualmente para, através dos órgãos de comunicação social, ajudar a sensibilizar o País para os riscos a que está sujeito e para o valor duma segurança que se pretende fortalecer. (...)

Ao Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais e a todos os que contribuíram para a realização desta Conferência agradeço, antecipadamente, os frutos que dela se espera.

Eng. Carlos Pardal, Secretário de Estado da Defesa